



Universidade Federal
de Campina Grande

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES - CH
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA**

**ENTRE ENXADAS, FOICES, METRALHADORAS E FUZIS: ESTADO AMPLIADO
E LUTA DE CLASSES NO MUNICÍPIO DE MARI 1964.**

Ítalo Ramon Coelho Aquino

**Campina Grande
Setembro/2021**

ÍTALO RAMON COELHO AQUINO

**ENTRE ENXADAS, FOICES, METRALHADORAS E FUZIS: ESTADO
AMPLIADO E LUTA DE CLASSES EM MARI 1964.**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de
Pós Graduação em História do Centro de
Humanidades da Universidade Federal de Campina
Grande, sob a orientação do Prof. Dr. José Luciano de
Queiroz Aires.**

CAMPINA GRANDE - PB

2021

ÍTALO RAMON COELHO AQUINO

**ENTRE ENXADAS, FOICES, METRALHADORAS E FUZIS: ESTADO
AMPLIADO E LUTA DE CLASSES EM MARI 1964.**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de
Pós Graduação em História do Centro de
Humanidades da Universidade Federal de Campina
Grande no dia 27/10/2021, sob a orientação do Prof.
Dr. José Luciano de Queiroz Aires.**

BANCA EXAMINADORA:



**Prof. Dr. José Luciano de Queiroz Aires
(Orientador)**



**Prof.Dr.Ramsés Nunes e Silva
(Examinador interno)**



**Prof(a). Dr(a). Patrícia Cristina de Araújo Araújo
(Examinadora Externa)**

A657e

Aquino, Ítalo Ramon Coelho.

Entre enxadas, foices, metralhadoras e fuzis: Estado ampliado e luta de classes no município de Mari 1964 / Ítalo Ramon Coelho Aquino. – Campina Grande, 2021.

172 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2021.

“Orientação: Prof. Dr. José Luciano de Queiroz Aires”.

Referências.

1. Reforma Agrária – Mari-PB – História. 2. Ligas Camponesas – História – Paraíba. 3. Tragédia de Mari – Conflito de Classes – História. 4. Sindicatos Rurais – Lutas Camponesas – História – Paraíba. I. Aires, José Luciano de Queiroz. II. Título.

CDU 332.2.021.8(813.3)(091)(043)

Lembrem-se do que aconteceu no passado:

Naqueles dias, depois que a luz de Deus brilhou sobre vocês,

vocês sofreram muitas coisas,

mas não foram vencidos na luta.

Alguns foram insultados e maltratados

publicamente,

e outros tomaram parte no sofrimento

dos que foram tratados assim.

Vocês participaram do sofrimento dos

prisioneiros.

E quando tiraram tudo o que vocês tinham,

vocês suportaram isso com alegria,

porque sabiam que possuíam

coisa muito melhor,

que dura para sempre

Portanto,

não percam a coragem,

porque ela traz grande recompensa"

(Hebreus 10, 32-35)

AGRADECIMENTOS

Pensar na história dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais da Paraíba é, sobretudo, pensar sobre nós mesmos. Eu, Ítalo Ramon Coelho de Aquino, nascido e criado na cidade de Campina Grande, durante muito tempo me pensava enquanto um sujeito social com raízes apenas na urbanidade. Porém, com o decorrer da vida e com o amadurecimento que ela propõe comecei a resgatar sobre o porquê estudar os / as camponeses? Foi aí que embarquei em uma viagem sobre o que me trouxe até aqui. Foi aí então, que relembro as histórias que meu falecido Pai (Luiz Aquino) contava, pude perceber que meus avós por parte de pai (João da Rocha Guerra e Nelcina Rocha) ambos eram filhos de agricultores, se mudaram de Boa Vista, cidade que fica a 55 km de Campina Grande em busca de uma vida melhor, ou seja, foram fruto de uma complexa e desigual estrutura agrária que os expulsaram de sua terra natal motivado principalmente pela falta do básico: emprego, alimentação e saúde . Em um primeiro momento vão morar no bairro do José Pinheiro, depois por motivos financeiros, vão morar no Monte Santo onde criam parte dos seus filhos e vão viver até o final da vida. No Monte Santo educam Luiz Carlos (meu pai) que vira sargento da Polícia Militar no final dos anos 1980.

Já em relação aos meus avós por parte de mãe, muito e pouco tenho a falar isso porque Maria da Conceição Coelho de Aquino nasceu no dia 12 de dezembro de 1964, filha de uma triste estatística que sofreu abandono paternal antes mesmo de nascer, portanto, mais uma daquelas filhas do Brasil que nunca pode conhecer os pais. Filha de Campina Grande, com uma família que tinha em sua maior parte trabalhadores da indústria, donas de casa e caminhoneiros, Conceição conseguiu mesmo com todas as dificuldades impostas por uma sociedade desigual e misógina ser a primeira mulher da família a frequentar um curso superior e posteriormente se formar enquanto professora.

O que quero explicitar aqui é que a contradição sempre foi algo profundamente marcante na minha trajetória, o fato de ser filho de uma professora que utilizava o educador Paulo Freire como um bastião e um Policial Militar, policia essa que até então tinha cometido verdadeiras atrocidades na vida política e do Brasil, não foi algo simples. Entretanto, no seio da contradição minha consciência de classe foi sendo forjada, por conta da minha condição social, não existia outra possibilidade desse

trabalho sair a não ser a sua íntima relação com os que vêm de baixo, dedico esse trabalho a todos que assim como eu sonham com uma história que seja mais inclusiva que se esforce e não negligencie ou relativize horrores comandados por nossas elites contra as classes populares.

Particularmente, precisaria de mais 90 páginas para conseguir agradecer a todas as pessoas que contribuíram para que esse trabalho fosse possível. De antemão afirmo, todas as pessoas que passaram por minha vida nos últimos anos tiveram uma participação fundamental nos rumos deste trabalho, diretamente ou indiretamente. Primeiramente queria agradecer a minha falecida Mãe, Tia Filhinha, que era professora e educadora popular que me mostrou através de ações diárias que só a educação transforma a nossa vida, principalmente para nós, classe trabalhadora, ela sempre me ensinou que o estudo é a nossa principal arma. Também queria agradecer ao meu falecido pai, Luiz Aquino, por nunca ter desistido de mim, mesmo em um dos piores momentos de nossas vidas, acreditou em mim e no meu potencial.

Além dos meus pais, agradeço também aos meus irmãos, Carlos Aquino, sou grato por todo o suporte nas horas de surto e agradeço a você e a sua escuta paciente e compreensiva; agradeço também a minha irmã Aluska Fernandes, que a cada dia que passa só me traz orgulho e vontade de viver, principalmente pela potência de vida que você guarda em sua casa, essa potência é combustível primordial na minha trajetória, isso porque os dedos dos seus filhos, meus sobrinhos estão presentes na construção desse trabalho, de Marina, carrego à curiosidade, espero Marina, que essa curiosidade seja regra na sua vida, já de Ulisses, do meu pequeno, o seu sorriso é iluminação e energia. Por último e não menos importante, agradeço profundamente ao meu cunhado Lúcio Fernandes, você sabe da influência na minha formação e se hoje sou alguém minimamente crítico também devo a você.

Agradeço também ao meu orientador José Luciano de Queiroz Aires por não ter deixado de acreditar que esse trabalho era possível, agradeço também pela confiança depositada neste trabalho. Admiro você por antes de qualquer coisa ser um homem vinculado à práxis, um verdadeiro lutador do povo brasileiro. Agradeço também ao Professor e amigo Ramsés Nunes por ter topado a participação na banca sem nem exitar, agradeço a confiança e retribuo com a admiração que eu tenho por você. A Professora Patrícia agradeço a atenção e a ternura, a paciência de ter me acompanhado desde o tempo da graduação em História na Universidade Estadual da

Paraíba e hoje, estamos juntos novamente só que na obtenção de um título de mestrado, chegamos longe e o percurso que andei neste caminho devo muito a professores e professoras como você.

Aos meus amigos e as minhas amigas, que mesmo com tudo, nunca largaram de minha mão e me acolheram nos momentos de desilusão. Esse trabalho também pertence a Giovanna Andriolli, alguém que carrego um imenso carinho, respeito e admiração por tudo que é, saiba que tem um oceano de você nessas laudas, uma das formas mais genuínas do amor e do companheirismo que eu pude encontrar e trombar em minha vida. Ao meu irmão e companheiro Eghon, a vida nos colocou no momento exato e na hora exata, saiba que sua amizade é força motriz do meu dia a dia, tanto você quanto minha comadre Tainá, que tem meu enorme apreço e admiração, além, evidente do bebê Ethan, todos os dias antes de dormir penso em vocês e na vivacidade e futuro que carregam. A querida Sofia Isbelo, a sacudida de tua poesia me levou a um universo de possibilidades, parafraseando Neruda, o poeta que fala que o pão é pão e o vinho é vinho, é extremamente perigoso para os dominantes.

Queria agradecer também ao Levante Popular da Juventude, organização essa que me ensinou a importância da luta organizada e da necessidade imperativa que a luta se impõe, para nós, oriundos da classe trabalhadora. Tenho orgulho de afirmar que para além da Universidade, o que me construiu e formou o ser humano que sou hoje foi o Levante Popular da Juventude, que me mostrou que não há vida sem luta e que a história são os povos que a fazem. Agradeço profundamente a todos os companheiros e companheiras que passaram e deixaram sua contribuição neste trabalho, saibam que antes de qualquer coisa esse trabalho não é só meu e sim nosso, enquanto organização.

Ao Levante Popular da Juventude que carrego como uma chama nas veias e no coração chama essa que nunca será apagada. Além do Levante, também agradeço a Consulta Popular, parafraseando Neruda, o partido que me deu a fraternidade para o que não conheço que me fez indestrutível porque contigo não termino em mim mesmo. Agradeço em especial a duas grandes figuras e exemplos de militância, Paula Adassi e Sália Cássia, saibam que esse trabalho também é de vocês, que me ensinaram que o vínculo com as classes populares é um vínculo, sobretudo, de permanência. Esse trabalho só foi possível graças à luta dos trabalhadores e trabalhadoras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

(MST). Este trabalho não é meu nem muito menos da Universidade Federal de Campina Grande, e sim, desses trabalhadores que ousaram em construir o reino dos céus aqui na terra. Vida longa ao MST e que as suas lutas sigam inflamando gerações inteiras que são influenciadas por cada assentamento conquistado e cada terra ocupada.

Agradeço também as pessoas que de maneira direta e indireta contribuíram muito para que esse trabalho acontecesse a Ana Flávia, agradeço a escuta paciente e os empurrões nos momentos necessários. Ao meu amigo Mário Arthur Silva, meu professor de inglês, amigo e irmão que a vida me deu a mais de anos, você sabe que a nossa amizade é sinônimo de todas as coisas boas que o mundo pode dar: amor, paciência e solidariedade. Ao meu amigo, Matheus Pereira (vulgo Sona), que além de tudo é irmão de time e de vida, com Sona, aprendi a ser rock e a gostar de Hard Core, foi com Sona os grandes porres da vida, enfim, com Sona aprendi a viver. Ao meu primo e irmão de toda vida, Igor Lins, pelas conversas e aprendizados compartilhados nos últimos tempos, você é referência na vida, no estudo e no modo de lidar com os problemas da vida.

Agradeço também a minha companheira de vida, minha gata Xana que está comigo a mais de 18 anos de vida. Viveu comigo os melhores momentos da minha vida assim como os piores. Eu lembro que quando chegasse à minha casa a expectativa era que não durasse muito, tendo em vista que chegou doentinha, mas não, Xana hoje é o meu bastião e está mais viva do que nunca. Trabalho todos os dias, estudo todos os dias pra poder te dar o que de melhor o mundo proporciona, você é tudo, é sem sombra de dúvidas uma das coisas mais importantes da minha vida.

Queria agradecer também, por último, mas tão importante quanto tudo que me trouxe até aqui, a arte. Sim, essa entidade material e metafísica que serve, sobretudo, como uma extensão humana, são as verdadeiras antenas do presente. É como me ensinou o mestre de Catolé do Rocha em Sahariene: quem te escravizou o que fez a beirute fez ao rio, a teia de aranha midi me dá conforto e arrepio, o carneiro sacrificado morre, o amor morre só a arte não.

RESUMO

Entre foices, enxadas, metralhadoras e fuzis é um trabalho que tem como objetivo discutir como aconteceu o conflito conhecido como “Tragédia de Mari” ocorrido em janeiro de 1964 no estado da Paraíba. O conflito é marcado pela morte de 11 pessoas, sendo sete por parte de latifundiários e policiais, enquanto que quatro tombaram por parte dos camponeses; o combate é marcado por uma arma do exército que estava sob posse dos latifundiários. Esse choque é definidor para se compreender os rumos do Golpe Militar de 1964 na Paraíba, tendo em vista que depois do confronto a orientação por parte do governo de Pedro Gondim (que tentava manter um papel de conciliador) foi de repressão já que mais de 100 policiais passaram a vigiar a Região da Várzea onde estava situada a cidade de Mari.

Palavras-chave: Ligas Camponesas, reforma agrária, camponeses, latifúndio.

ABSTRACT

Among sickles, hoes, machine guns and rifles, this work aims to discuss how the conflict known as the “Tragedy of Mari” occurred in January 1964 in the state of Paraíba. The conflict is marked by the death of 11 people, seven by landowners and police, while four were killed by peasants; the combat is marked by an army weapon that was in the possession of landowners. This shock is defining to understand the course of the 1964 Military Coup in Paraíba, considering that after the confrontation, the orientation by the Pedro Gondim government (which tried to maintain a role of conciliator) was one of repression since more than 100 Police officers began to guard the Várzea Region where the city of Mari was located.

Keywords: Peasant leagues, agrarian reform, peasants and large states

LISTA DE IMAGENS

Imagem I: Domínio territorial das famílias latifundiárias a Paraíba

Imagem II: João Úrsulo Ribeiro Coutinho e Helena Pessoa

Imagem III: Diagrama da família Veloso Borges e do entroncamento com outras famílias poderosas, entre elas a Ribeiro Coutinho.

Imagem IV: Inauguração da sede da Associação Integralista Brasileira - Paraíba em 1935

Imagem V: Gráfico do censo do IBGE de 1960

Imagem VI: Bandeira do município de Mari

Imagem VII: Trabalhadores de Mari na frente do Sindicato Rural de Mari, 1964.

Imagem VIII: Trajetória do conflito (elaboração do autor).

Imagem IX: Capa do Diário da Borborema apoiando o golpe militar de 1964.

Imagem X: Capa do Diário de Pernambuco, sobre o golpe militar de 1964.

Imagem XI: Miguel Arraes ex-governador de Pernambuco pelo PSB sendo preso e destituído do cargo

Imagem XII: Capa do Jornal da Diário da Borborema no dia 16 de janeiro de 1964.

Imagem XIII: Capa do Jornal da Diário da Borborema no dia 17 de janeiro de 1964.

Imagem XIV: Capa do Diário de Pernambuco do dia 16 de Janeiro de 1964.

Imagem XV: sepultamento dos funcionários da Várzea, Diário de Pernambuco.

Imagem XVI: mais de 100 soldados na região da várzea.

Imagem XVII: Jornal "Terra Livre" apresenta sua versão sobre o conflito.

Imagem XVIII: O aumento do preço do açúcar concedido pelo IAA.

LISTA DE QUADROS

Quadro I: Produção açucareira da província da Paraíba no século XIX

Quadro II: criação dos engenhos Centrais 1885 - 1928

Quadro III: Produção da lavoura Comercial da Paraíba entre 1940/1970

Quadro IV: produção da lavoura comercial paraibana entre 1940 e 1970

Quadro V: Membros do Grupo da Várzea candidatos ao Poder Legislativo, Executivo, Municipal, Estadual e Federal (1945 - 1955).

Quadro VI: Membros do Grupo da Várzea candidatos ao Poder Legislativo, Municipal, Estadual e Federal (1955 - 2010).

Quadro VII: Concentração fundiária no município de Mari, de acordo com IBGE de 1960.

Quadro VIII: lavoura permanente do município de Mari, 1960.

Quadro IX: lavoura temporária no município de Mari, 1960.

Quadro X: Principais reivindicações da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

Quadro XI: Números de Funcionários das Usinas São João, Santa Helena e Policiais Mortos

Quadro XII: Número de camponeses mortos no conflito

Quadro XIII: Número de feridos por parte dos funcionários do Grupo da Várzea

Quadro XIV: Números de feridos camponeses

LISTA DE SIGLAS

LC - Ligas Camponesas

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PCB- Partido Comunista Brasileiro

UDN - União Democrática Nacional

PSD - Partido Social Democrata

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PL - Partido Liberal

ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUPRA - Superintendência da Política Agrária

DB - Diário da Borborema

DP - Diário de Pernambuco

CP- Correio da Paraíba

SUMÁRIO

1. **Introdução:** página 17 até a página 45.
2. **Estrutura econômica e social paraibana na região açucareira:** página 46.
 - 2.1 **Diversificação da economia paraibana do Açúcar ao Algodão:** página 46 até a página 56.
 - 2.2 **A formação do Grupo da Várzea:** página 56 até a página 73
 - 2.3 **Pedro Gondim um governador entre Deus e o Diabo na terra da luta:** página 73 até a página 82.
3. **O município de Mari: História, resistência e conflito de classes:** página 83.
 - 3.1 **História e estrutura fundiária do município de Mari (1960 - 1964):** página 83 até a página 91
 - 3.2 **A organização do trabalho em Mari: uma reflexão sobre as relações de trabalho em Mari.** página 91 até a 95.
 - 3.3 **Os Sindicatos Rurais e as Ligas Camponesas:** elementos para compreender uma reorientação tática. página 95 até a página 106.
4. **Luta de Classes e Estado Ampliado: o caso da “Tragédia de Mari”.** página 107 até a página 121.
 - 4.1 **Os guardiões da Propriedade: uma reflexão sobre o papel da Polícia, Judiciário e Exército no caso do conflito de Mari.** página 121 até a página 134.
 - 4.2 **Diário da Borborema, Diário de Pernambuco, O Norte e Correio da Paraíba: aparelhos privados de hegemonia e consenso na Paraíba de 1964.** página 134 até 159.
 - 4.3 **A imprensa subalterna na perspectiva Gramsciana: uma análise do jornal Terra Livre.** página 159-163
6. **Considerações finais:** página 164.

INTRODUÇÃO

O objetivo geral deste trabalho é entender como ocorreu o conflito de Mari, também conhecido como “Tragédia de Mari”. O conflito que ocorreu em 15 de Janeiro de 1964 é resultado de um conflito entre trezentos camponeses que faziam um mutirão (trabalho coletivo) na fazenda Olho D’Água contra nove funcionários do latifúndio e dois policiais do efetivo da polícia estadual da Paraíba. O conflito terminou em 11 mortes, sendo sete mortes por parte da comitiva de funcionários do latifúndio e policiais, já por parte dos camponeses foram quatro mortes. O conflito ficou conhecido na historiografia paraibana como “Tragédia de Mari”.

A pesquisa que apresento neste trabalho é de ordem qualitativa, ou seja, é um tipo de pesquisa que tem a preocupação de estudar os aspectos subjetivos da realidade social. Entretanto, dentro do materialismo histórico e dialético (método e metodologia utilizado neste trabalho) a dicotomia entre pesquisa qualitativa e quantitativa sempre é nos apresentada como fundamento e diferenciação entre esses dois tipos de pesquisa, entretanto, no interior das pesquisas pautadas no materialismo histórico e dialético, tanto pesquisa qualitativa quanto pesquisa quantitativa não estão em oposição, e sim funcionam de maneira que se complementam, segundo Marques (1997) o entendimento aponta para uma visão dialética de que o quantitativo e qualitativo se interpenetram, as duas dimensões não se opõem, mas se inter-relacionam como duas faces real de um movimento cumulativo, transformador de tal forma que não existe a interpretação de uma sem a outra.

A metodologia deste trabalho está fundamentada no materialismo histórico e dialético. Vinculada à tradição marxista, o materialismo histórico e dialético, fundamentado nas obras de Karl Marx e Friedrich Engels, o materialismo histórico e dialético é a tentativa de compreender as formas organizativas da sociedade através de uma relação dialética entre materialidade e subjetividade. O terreno de onde essa compreensão parte é determinado pela divisão da sociedade em classes sociais e do conceito de totalidade. O materialismo histórico e dialético pode tanto partir do particular para compreender o universal assim como do particular para entender o universal, essa lógica é determinada enquanto dialética. É interessante observar que a influência de Marx parte para construir o materialismo histórico e dialético, tem como base o empirismo inglês e a fenomenologia alemã, influenciou diversas pesquisas

acadêmicas até os dias de hoje. É importante salientar que o método marxista também está vinculado a um projeto de sociedade, sobre isso José Paulo Netto (2011) em seu livro a Introdução do Método de Marx afirma:

A teoria social de Marx a questão de método se apresenta como um nó de problemas. E, neste caso, problemas que não se devem apenas a razões de natureza teórica e/ou filosófica: devem-se igualmente a razões ideopolíticas – na medida que a teoria social de Marx vincula-se a um projeto revolucionário, a análise e a crítica de sua concepção teórico-metodológica (e não só) estiveram sempre condicionadas às reações que tal projeto despertou e continua despertando. Durante o século XX, nas chamadas “sociedades democráticas”, ninguém teve seus direitos civis ou políticos limitados por se durkheimiano ou weberiano – mas milhares de homens e mulheres cientistas sociais ou não, foram perseguidos, presos, torturados, desterrados e até mesmo assassinados por serem marxista. É preciso levar tal referência sempre em conta, porque uma parcela considerável das polêmicas em torno do pensamento de Marx parte tanto de motivações científicas quanto de recusas ideológicas – afinal, Marx nunca foi um obediente servidor da ordem burguesa: foi um pensador que colocou, na sua vida e na sua obra, a pesquisa da verdade a serviço dos trabalhadores e da revolução socialista. (NETTO, 2011, p.11)

A concepção dialética marxiana é fundamentada dentro do terreno do movimento e da contradição que a própria história produz. A dialética marxista parte do ponto de que o mundo não é apenas um amontoado de coisas acabadas, mas sim coisas que funcionam através dos processos históricos, em Marx a dialética está ligada a produção da materialidade e da subjetividade. Segundo Benitez (2014) o materialismo histórico-dialético se dá fundamentado em três movimentos simultâneos de crítica, de construção do novo conhecimento e de ação com o horizonte na transformação social, portanto para uma pesquisa ter como método e metodologia o materialismo histórico e dialético a investigação tem que está fundamentada dentro da concretude (ordem material), do conceito de totalidade e também da dinâmica dos fenômenos sociais que são definidos historicamente.

Por tanto esta pesquisa tem como método e metodologia o materialismo histórico e dialético, tradição criada por Karl Marx e Friedrich Engels que pode ser observado tanto na obra da Ideologia Alemã (1843) onde os autores acentuam as bases que vão influenciar a priori uma tradição gigantesca de autores e pesquisadores. O enfoque metodológico materialista histórico e dialético segundo José Paulo Netto (2011) tem como base apreender a totalidade do qual a problemática levantada faz parte, identificando inclusive os sujeitos históricos e a

quem essa problemática se refere. Por tanto o método do materialismo histórico e dialético é, sobretudo, um método que se legitima através da interferência humana na realidade social, portanto, esta pesquisa não se trata de uma pesquisa em história que não tenha sujeitos, muito pelo contrário, os sujeitos são parte fundante do método proposto neste trabalho.

A tradição marxista no qual este trabalho está inserido bebe de conceitos que são frutos do desenvolvimento do materialismo histórico e dialético enquanto método. No texto um conceito que é essencial para a compreensão do evento estudado é o conceito de Estado Ampliado de Gramsci, onde o autor italiano ao fazer a compreensão sobre a atuação do estado na vida das classes populares faz uma divisão e reconceitua a própria noção de sociedade civil. Para Gramsci, partindo da leitura de Kant e de Hegel o Estado não é a realização pura dos indivíduos, muito pelo contrário, em Gramsci, o estado ao ser dividido em sociedade civil e sociedade política a forma de dominação também se subdivide, isso porque, para o intelectual sardo a dominação da sociedade burguesa se exerce através da hegemonia.

O conceito de Hegemonia também é caro para se entender esta pesquisa, isso porque para Gramsci, as classes dominantes só conseguem desenvolver e manter sua Hegemonia através da força e do consenso é aí que o conceito de Estado Ampliado se relaciona com a Hegemonia, isso porque, a sociedade civil (partidos, ongs, jornais, sindicatos) é responsável pelo mantimento da hegemonia através do consenso e não da força. Esse consenso é legitimado através do que Gramsci vai chamar de Aparelhos Privados de Hegemonia, que são organismos de caráter de classe que são responsáveis por manter a hegemonia dominante através do consenso e não da força. Quem é responsável por manter a hegemonia através da força, é a sociedade política (judiciário, polícia e exército). É interessante notar que os aparelhos privados de hegemonia são a vertebração da sociedade civil, quando a hegemonia dominante passa a ser contestada, nós temos o que Gramsci vai chamar de crise de hegemonia.

Utilizo esses conceitos gramscianos para entender o governo de Pedro Gondim de 1961- 1964 e o caráter conciliador do seu governo que acaba descambando para uma crise de hegemonia do populismo gondinista, como de resto no Brasil, assim como utilizo a noção de Estado Ampliado para entender a atuação dos organismos de dominação como o judiciário, a polícia e o exército paraibano no intuito de manter uma ordem e de negligenciar as demandas camponesas. A noção

de aparelhos privados de hegemonia é utilizada para entender a atuação dos jornais em relação ao conflito, o papel que Diário de Pernambuco, Diário da Borborema, O Norte e Correio da Paraíba e como esses jornais ajudaram a construir uma narrativa que marginaliza os/as trabalhadores rurais da Paraíba. Dentro desse ponto utilizo também a noção de Gramsci sobre os jornais dos subalternos na tentativa de construir uma contra hegemonia que disputasse corações e mentes dos subalternos, o jornal utilizado para análise é o jornal Terra Livre.

Outro conceito que é extremamente caro na compreensão dessa pesquisa é o conceito de experiência do historiador inglês Edward Palmer Thompson, onde no seu texto “Miséria da Teoria” o historiador inglês parte do conceito de experiência para entender a ação social. É importante salientar que Thompson subdivide entre experiência histórica e experiência cultural, que de maneira geral seria a distinção entre experiência vivida e a experiência percebida. A experiência percebida dentro da teoria marxista pode ser compreendida como a consciência social, essa consciência social para o historiador inglês é determinada através de uma relação histórica com o mundo material. O conceito de experiência em Thompson é atrelado ao conceito de totalidade da teoria marxista, ou seja, não é possível determinar a experiência se ela não estiver relacionada ao conceito de classe. Por isso, ao tentar compreender o fenômeno das Ligas Camponesas na Paraíba, esta pesquisa tenta construir um paralelo histórico onde se pode perceber um aumento da organização dos camponeses principalmente por volta da década de 50 do século XX. As condições sociais, as relações e as formas de trabalho de uma estrutura latifundiária secular em detrimento a vida dos camponeses fizeram com que ocorresse um aumento na consciência de classe. A experiência em Thompson parte de que a experiência é um processo contínuo, para ele, a experiência histórica é quem determina a consciência social, através de uma relação dialética com a materialidade.

As fontes utilizadas neste trabalho são fruto de um processo bem anterior a essa pesquisa propriamente dita. Isso porque o processo de ampliação das fontes fruto da revolução teórica proposta pelos Annales, a ampliação do que é fonte saindo da ideia positivista de que o que era considerado fonte era apenas os documentos oficiais do estado, entretanto, a ampliação proposta pelos Annales pode ser sentida quando pensamos o redimensionamento sobre o conceito de fontes na última década. Vale o destaque de que todo o trabalho científico que se propõe a ser sério precisa fazer um debate sobre as origens das fontes e suas acuracidade histórica, não no

sentido de reprodução literal do passado, mas na proposta de passar credibilidade e confiança para quem ler a pesquisa, tudo isso relacionado a um rigor historiográfico e metodológico.

As fontes utilizadas nesta pesquisa são de acervos de jornais acessados através da digitalização dos acervos públicos. As fontes jornalísticas ou de periódicos foram resgatadas através do site da hemeroteca digital, principalmente os referentes ao jornal Diário de Pernambuco e ao jornal Terra Livre, que cumpriram em lados diferentes um papel fundamental no sentido do registro histórico sobre o conflito de Mari. Quanto ao jornal Diário da Borborema, o acervo que consegui foi através da pesquisa do professor Luciano Mendonça no arquivo do Átila Almeida da Universidade Estadual da Paraíba, já o jornal o Norte e o Jornal Correio da Paraíba, ambos são fruto da pesquisa de Nelson Coelho no seu livro “A Tragédia de Mari” onde o autor que teve acesso a documentação e reprodução na íntegra tanto dos jornais acima citados quanto dos autos do processo em torno quanto aos processos crimes que também subsidiaram a compreensão do conflito, utilizo também o trabalho de Maria Clyvia defendido em 2017 no programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, intitulado: “A Tragédia de Mari”: Resistência Camponesa em Mari-PB em 1964.”. A autora teve acesso aos processos crimes e aos depoimentos dos envolvidos no conflito, portanto, as fontes que fundamentam esse trabalho.

O trabalho está organizado em quatro capítulos, sendo o primeiro capítulo relacionado a uma revisão historiográfica sobre o tema das ligas camponesas, onde embarco em um debate revisionista no sentido de visitar as principais obras que tiveram como ponto de partida a luta camponesa ou o protagonismo de lideranças camponesas como nos casos de João Pedro Teixeira e Elizabeth Teixeira, é nesta revisão onde faço um debate sobre os conceitos utilizados no trabalho assim como os autores, na introdução também faço um apanhado sobre as principais produções em relação ao tema das ligas camponesas nos últimos anos, o objetivo desta introdução é demarcar teoricamente o posicionamento da pesquisa assim como contribuir para um processo de revisão sobre o tema das Ligas Camponesas na Paraíba. No segundo capítulo, intitulado “Estrutura econômica e social na região açucareira” subdivido o capítulo em três partes para entender como se formou o espaço produtivo paraibano no século XX, o capítulo é subdividido em: 2.1 - Diversificação da Economia Paraibana: do Açúcar ao Algodão do Algodão ao Açúcar,

discuto as mudanças ocorridas no espaço produtivo paraibano, já no tópico 2.2 intitulado: “A Formação do Grupo da Várzea” contribuo com elementos para entender como se formou esse grupo, composto majoritariamente por latifundiários que interferiam diretamente na vida política, econômica e social do estado. No tópico 2.3 nomeado de “Pedro Gondim: Um Governador entre Deus e o Diabo na Terra da Luta” discuto através do conceito de crise de hegemonia, como o governo de Pedro Gondim, atuou em relação às lutas sociais e as demandas dos latifundiários, entendendo a mudança do governo em relação às pautas dos trabalhadores paraibanos como uma fissura da crise de hegemonia que o estado vivia no período estudado.

O trabalho continua com o capítulo três intitulado: “O município de Mari: História, Resistência e Conflito de Classes” onde tento contribuir na reinterpretação do conflito de Mari sobre a perspectiva da luta de classes, subdivido em três subtópicos, o primeiro intitulado “História e Estrutura Fundiária do município de Mari” discuto como se formou o município de Mari assim como de acordo com os dados do IBGE de 1960 como se formou e se construiu a concentração fundiária do município. Em relação ao tópico 3.2 intitulado: “A organização do trabalho em Mari: uma reflexão sobre as relações de trabalho no município”. Faço uma discussão sobre as principais relações de trabalho e como era organizado o trabalho dos camponeses da região. Já no subtópico 3.3 nomeado de “Os Sindicatos Rurais e as Ligas Camponesas: elementos para se compreender uma reorientação tática” a proposta é discutir como a partir da década de 1960 as Ligas Camponesas passa por um debate interno que pode ser verificado através da influência de Julião e das diretrizes do PCB.

No capítulo quatro, intitulado “Luta de Classes e Estado Ampliado em Mari” proponho de maneira sistemática, uma discussão de como se deu o conflito ocorrido na manhã do dia 15 de janeiro de 1964, quais as principais motivações e o número de vítimas, esse capítulo é subdividido em três tópicos, o primeiro é intitulado “Os Guardiões da Propriedade: Uma Reflexão sobre o papel da Polícia, Judiciário e Exército Paraibano.” faço um estudo sobre a atuação desses organismos de dominação em relação ao conflito de Mari.

Já no subtópico 4.2 intitulado: “Diário da Borborema, Diário de Pernambuco, O Norte e Correio da Paraíba” estudo a partir da perspectiva de aparelhos privados de hegemonia, influenciado por Gramsci, tento analisar como esses jornais foram responsáveis por uma construção de um consenso sobre o conflito, consenso esse

que marginalizou e criminalizar os camponeses que lutavam por seus direitos. O último tópico intitulado “A imprensa Subalterna na perspectiva Gramsciana: uma análise sobre o jornal Terra Livre” parto da compreensão sobre as formas encontradas pelos trabalhadores e as trabalhadoras rurais na tentativa de construir um jornal próprio que disputasse o consenso da população.

Ao palmilhar o território paraibano no ofício de historiador encontraremos muitas histórias, histórias essas que são sobretudo construídas por braços e pernas humanas que nos levaram até os dias de hoje, dentro de um movimento histórico e dialético. Pensar o território paraibano é pensar o conflito do Engenho de Tracunhaém, revolta Potiguara que ocasionou a criação da Capitania da Parahyba, nosso território já é um território que é construído dentro do conflito. Nesse caminhar da história paraibana, pode-se perceber que até a fundação do nosso estado é fruto de luta social, então, não seria diferente que ao decorrer de nossa história outros conflitos fossem aparecer, como é o caso do Ronco da Abelha, conflito armado contra as medidas modernizantes do governo imperial, apesar de ser um movimento que tinha muitos proprietários de terras favorável, o movimento era majoritariamente composto pelas camadas populares.

Ao pensar o chão paraibano, também podemos pensar nas lutas dos populares em Quebra-Quilos, o que edifica o espaço paraibano como um espaço de conflito, por isso essa noção não pode ser negligenciada nem descartada ao pensar o nosso território. As Lutas Camponesas do século XX e em especial no posterior a segunda metade do século, não podem ser pensadas como um um processo evolutivo dos conflitos anteriormente citados, entretanto, o mesmo chão que João Carga D'Água pisou, foi o chão que João Pedro Teixeira foi assassinado e que Elizabeth foi perseguida. Pensar o chão paraibano, é pensar nas lutas que aqui aconteceram, que são frutos de um processo histórico que nos condiciona a ser o que somos: uma terra forjada no conflito. A importância de se estudar o conflito de Mari está vinculada principalmente a compreensão de como se formou o espaço paraibano, assim como entender como a experiência de luta popular pode inclusive nos ajudar a entender a história paraibana. Essa pesquisa, sobre o conflito ocorrido em 15 de janeiro de 1964 entre camponeses, funcionários do latifúndio e policiais evidencia também o papel que a estrutura agrária paraibana cumpria na realização desse evento. Entender o conflito por muitas vezes denominado de “Tragédia de Mari”

é perceber como a resistência camponesa em detrimento da autocracia agrária que gerou sobretudo um ambiente que evidenciava uma luta entre duas classes antagônicas. Esse trabalho surge também da necessidade de se produzir uma história local, com o intuito de resgatar um momento muito importante da História republicana paraibana que é o ante-sala do golpe militar de 1964 na Paraíba. Esse trabalho é também um acerto de contas com as vítimas do latifúndio na Paraíba, entender o conflito de Mari é entender um pouco do que somos nós e do que nos trouxe até aqui.

Evidente que com o desenvolvimento da história enquanto disciplina e ciência nos afastou de uma compreensão evolutiva de história. Quando pontuo que estudar a história da Paraíba é entender o que nós somos, tento de maneira teórica e epistemológica me diferenciar de noções que compreendem a história de forma evolutiva ou cumulativa. A noção central de história reivindicada neste trabalho está vinculada ao método do materialismo histórico e dialético, isto é, a compreensão de uma história vinculada às classes subalternas, que tem dois pilares enquanto pressuposto o terreno da luta de classes e o conceito de totalidade.

A ideia inicial deste trabalho quando entrei no programa de pós graduação em história da Universidade Federal de Campina Grande, era fazer um estudo sobre as peças jurídicas e o papel do judiciário no debate sobre as ligas camponesas na Paraíba, entretanto, diante da dificuldade apresentada pela pandemia da covid-19 e os consequentes fechamentos dos arquivos, impossibilitaram o trabalho com as fontes dos arquivos do judiciário paraibano. Entretanto, diante dessa dificuldade a partir de uma conversa com meu orientador José Luciano Queiroz, chegamos em um comum acordo de fazer um estudo sobre o conflito que ocorreu no dia 15 de janeiro de 1964 na cidade de Mari e que apesar de nos últimos tempos, principalmente os cursos das ciências humanas vem discutindo o papel do ano de 1964 na política brasileira, o conflito ocorrido em Mari por muitos chamados de “tragédia” é parte fundamental para se compreender como se organizava a Paraíba nos momentos que antecederam o golpe militar .

Diante da pandemia de Covid-19 as dificuldades dos pesquisadores que antes já eram evidentes foram potencializadas, principalmente em torno das fontes, esse debate será encarado pelos pesquisadores nos próximos tempos, principalmente pela questão da digitalização de fontes que antes só eram vistas nos grandes arquivos das

grandes cidades. É notório saber que todo trabalho sério sobre história tem que ter também um bom debate sobre as fontes utilizadas na pesquisa histórica. Sabemos que desde a chegada dos Annalles a noção de fonte foi totalmente remodelada, ocorre uma ampliação das fontes que antes só eram consideradas fontes, documento oficial do estado. Soma-se a essa renovação historiográfica a influência dos historiadores marxistas ingleses fundadores da *New Left Review* que também contribuíram para o processo de ampliação da noção de fonte dentro da própria tradição marxista. As fontes utilizadas nesta pesquisa são fruto de um trabalho coletivo, primeiro, os arquivos do diário da borborema são do arquivo do Átila Almeida, gentilmente cedido pelo professor Luciano Mendonça e o colega de turma Lucas.

Já os arquivos dos jornais Terra Livre e do Diário de Pernambuco são fruto do processo de digitalização da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, além desses dois acervos essa pesquisa também conta com dois textos como fonte, o texto de Nelson Coelho intitulado “Tragédia de Mari” onde o autor teve acesso às reportagens do jornal Correio da Paraíba e do jornal O Norte. Outro trabalho que utilizo como fonte é o de Maria Clyvia, intitulado: “Resistência Camponesa no Município de Mari.”. Ambos trabalhos tiveram acesso a fontes que são extremamente importantes para a escrita da história e conseqüentemente do conflito ocorrido em 15 de janeiro de 1964 onde morreram 11 pessoas.

Entretanto, para entender o conflito se faz necessário se aprofundar em como estava organizada a estrutura produtiva paraibana, dando uma ênfase maior à produção agrícola principalmente na região conhecida como várzea paraibana (Benevides, 1985). É necessário a importância do estudo desse conflito para memória histórica paraibana principalmente por pensar que o direito à memória é um direito inviolável, principalmente se formos compreender a conjuntura histórica na qual estamos inseridos onde temos um presidente da república que abertamente é um apologista da ditadura militar, ditadura essa que tem total relação com os conflito ocorrido em Mari em 1964 e conseqüentemente nos assassinatos que ocorreram nesse conflito.

Vale o destaque de que o conflito que ocorreu em Mari aconteceu no dia 15 de Janeiro de 1964 ou seja, poucos meses antes do golpe militar de 1964. O conflito de Mari está inserido na ante-sala de 1964 pois nele pode-se perceber que as tensões sociais que o país carregava, também pode ser vista no conflito. Tendo em vista essa conjuntura histórica estudada neste trabalho ou seja o momento anterior ao golpe

militar na paraíba e o conseqüente conflito de Mari cabe a esse trabalho pensar uma história, assim como pensou Walter Benjamin na sua tese 6 sobre história que explicava:

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo "como ele de fato foi". Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer. (BENJAMIN, 1940)

Esse trabalho também é para cumprir uma função histórica com aqueles que tombaram perante a luta de trabalhadores que tentavam não tomar o céu de assalto, mas garantir um pedaço de terra para poder sobreviver e ao sobreviverem teriam a possibilidade de tomarem o céu de assalto. Esse trabalho sobretudo, vive para reivindicar a libertação de todos os seres humanos e não sua servidão, por isso, não me escondo em um liquidificador de teorias e afirmo: esse trabalho está vinculado a uma história que pense a partir dos debaixo, trazendo a nota 7 de Benjamin sobre a história a contrapelo, essa análise está vinculada a uma tradição pensada e fundamentada ao marxismo, denominada de materialismo histórico e dialético.

A natureza dessa tristeza se tornará mais clara se nos perguntarmos com quem o investigador historicista estabelece uma relação de empatia. A resposta é inequívoca: com o vencedor. Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. Isso diz tudo para o materialista histórico. Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corvéia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo. (BENJAMIN, 1940)

Por isso, a ideia central deste trabalho é dividir a escrita em quatro capítulos que possam perpassar desde a estrutura econômica ou seja pensar como estava organizado o espaço produtivo paraibano, além de entender a atuação dos trabalhadores dentro deste espaço produtivo. O trabalho só foi possível por conta de um resgate de produções sobre o tema, nesta introdução faço um breve debate em torno da produção sobre as ligas camponesas na Paraíba, fazendo assim uma revisão bibliográfica em torno da atuação das ligas tanto no estado quanto no município de Mari.

Importante ter como ponto de partida um estudo sobre as principais produções historiográficas sobre as Ligas Camponesas na Paraíba, o intuito é fazer uma revisão bibliográfica sobre as principais produções acerca do tema proposto acima. A intenção deste parte da introdução é contextualizar os trabalhos que foram produzidos sobre o tema das ligas camponesas, entendendo esses trabalhos a partir de matrizes teóricas diferentes, entretanto o objetivo central é mostrar os avanços e limitações destas produções, além de discutir a originalidade desta pesquisa. O primeiro trabalho que vale o destaque nesta introdução é uma dissertação defendida no Programa de Pós Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Paraná o trabalho intitulado: **“Camponeses em Marcha: estudo das ligas camponesas paraibanas”** de Cezar Augusto Carneiro Benevides, sendo este trabalho a primeira produção acadêmica sobre o tema das ligas camponesas paraibanas.

O segundo trabalho que trago aqui é organizado por três pesquisadoras paraibanas que são: Neide Miele, Lourdes Bandeira e Rosa Godoy. O trabalho intitulado: **“Eu marcharei na tua luta - A vida de Elizabeth Teixeira”** foi publicado pela primeira vez em 1997 pela editora da Universidade Federal da Paraíba e trabalha com a ferramenta da história oral, pois além da obra ser construída através dos relatos orais de Elizabeth, pode-se perceber uma forte influência do trabalho de Paul Thompson intitulado: “A Voz do Passado”. Entretanto, o trabalho é mais um texto de memória da própria Elizabeth do que propriamente um trabalho de história.

Seguindo esta sequência o terceiro trabalho estudado é a defesa de dissertação de Maria do Socorro Rangel defendida na Universidade Estadual de Campinas no ano 2000 intitulado: **“Medo da morte; Esperança de Vida”** e discute a formação das Ligas Camponesas na Paraíba dando um foco especial às Ligas

Camponesas da cidade de Sapé. Maria do Socorro Rangel. Outro ponto muito importante deste trabalho que irei me debruçar nas próximas linhas é a mudança no marco temporal que a autora propõe para se entender as ligas no nordeste, para Socorro, o estudo das Ligas Camponesas na Paraíba tem como data fundamental o ano de 1959.

Para Socorro Rangel o ano de 1959 é fundamental na compreensão sobre as ligas camponesas pois foi neste ano que Julião se apresenta como figura política nacional; os debates se acirram na imprensa sobre a emergência da reforma agrária; é também o ano em que parlamentares da Frente Nacionalista tentam pautar a reforma agrária no congresso; é também neste ano que se cria a SUDENE e a igreja doa parte das suas terras para construção de colônias agrícolas. Acredito que esse recorte temporal seja o mais equilibrado para se compreender as ligas camponesas através de uma perspectiva histórica que tenha como ideia basilar a questão processual onde os eventos são apenas movimentos que nos ajudam e subsidiam a realidade tal qual compreendemos.

O quarto trabalho destacado é sobre a **“Tragédia de Mari”** de Néelson Coelho que é jornalista e constrói um processo de sistematização dos fatores que levaram ao conflito entre camponeses das ligas camponesas e funcionários dos latifundiários do Grupo da Várzea. Esse trabalho entra na análise das produções sobre as ligas camponesas, primeiro por ser sobre o conflito que ocorreu em Mari (conflito esse que é objeto de pesquisa deste trabalho) e em segundo pela importância que este trabalho tem em relação a um dos principais conflitos agrários da Paraíba. Essa pesquisa deve bastante ao trabalho de Néelson Coelho, apesar de não ser um trabalho que debate questões historiográficas e que tem em base muito nas memórias pois, Néelson Coelho participou ativamente do governo de Pedro Gondim e viveu o período histórico estudado neste trabalho. Além disso o autor que é jornalista teve acesso ao material (reportagens, processo crime, atas da assembleia legislativa) que o condiciona a construir um trabalho que se aproxima do contexto social, apesar de Nelson Coelho participar ativamente do estado enquanto funcionário de Pedro Gondim, isso também, o possibilita a falar sobre coisas que outros pesquisadores não teriam acesso, tanto de questões de fontes quanto da atuação do autor no processo político paraibano.

Porém as indagações colocadas por Nelson Coelho, apesar de limitadas no sentido de pensar criticamente o papel das elites locais na questão do conflito, o trabalho tem uma importância histórica pelo fato de ser um dos primeiros trabalhos

sobre o tema do conflito de Mari e também de pensar um processo de resgate da memória de um assunto extremamente importante para se compreender um momento único e singular da história paraibana, o autor se esforça, apesar das limitações epistemológicas, por não definir definitivamente a filiação teórica, faz com que o trabalho não tenha rigor metodológico, entretanto, isso não significa dizer que o trabalho não tenha importância, o processo do resgate do próprio conflito já delimita a importância histórica do trabalho de Nelson Coelho.

O quinto trabalho que é de extrema importância sobre o tema das ligas camponesas é a dissertação defendida no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba da autora Maria Clyvia Martins intitulado: **“A Tragédia de Mari: Resistência Camponesa no Município de Mari-PB em 1964”**. Este trabalho que foi apresentado na pós de graduação, me ajudou bastante no desenvolvimento da minha pesquisa principalmente pela sistematização dos dados que a autora discorre sobre o tema do conflito que ocorreu em Mari em 1964, o trabalho de Clyvia tem como base o materialismo histórico e dialético, já que a concepção de sociedade de classes e a noção de concentração de riqueza nas mãos de um pequeno grupo é presente a todo momento no trabalho da autora.

A minha pesquisa deve muito ao trabalho de Maria Clyvia, apesar de ser em Geografia, a sua pesquisa também tem embasamento histórico, pois ela parte do pressuposto da formação sócio-histórica do território, a utilização do método do materialismo histórico e dialético por parte da autora é ponto chave de compreensão da sua pesquisa, Clyvia passa por diversos pontos importantes para se compreender o conflito: a formação territorial do município de Mari, principalmente da zona rural, mas também aborda outros pontos importantes como a concentração fundiária desigual da região, assim como a atuação de outros organismos sobre o caso como a questão do processo crime, a arma do exército que estava sob posse de um funcionário da Fazenda Santo Antônio que pertencia a família Ribeiro Coutinho, entretanto, a autora não aborda como o contexto social no qual o conflito ocorreu era de efervescência e sobretudo de crise de hegemonia das elites locais.

A diferença primordial do meu trabalho para o de Clyvia é o fato de minha análise ter vinculação direta a teoria de Estado Ampliado de Gramsci, isso porque anteriormente ao pensador sardo, o conceito de sociedade civil abarcava também instituições privadas, interesses do mercado e da concorrência, equiparando esses organismos a própria civilização. Segundo Fontes (2010) Gramsci se interroga

triplamente sobre a sociedade civil, como ela se organiza e se exerce a dominação de classes nos países de capitalismo desenvolvido; sob que condições os setores subalternos (dominados, explorados) empreendem suas lutas de forma a direcioná-las para a superação do capitalismo.

O conceito de luta de classes é fundamental para entender o papel que a sociedade civil cumpre em Gramsci, isso porque ao ampliar a compreensão de estado, baseado na leitura de Hegel, Gramsci também amplia o conceito de sociedade civil, isso porque para ele o Estado era a sociedade política (judiciário, polícia, exército) e a sociedade civil (partidos, imprensa, sindicatos, organizações sociais), a sociedade política é responsável por manter uma ordem hegemônica através da força, um exemplo disso é o fato de pós conflito de Mari o governo do estado determinou que mais de 100 policiais ocupassem a região, com o intuito de manter a ordem. Quanto a sociedade civil, para o intelectual sardo, ela é responsável por manter a ordem, mas ao invés da força, a sociedade civil é responsável pela construção de um consenso, através de aparelhos privados de hegemonia, um desses exemplos é o papel cumprido pela imprensa escrita no mantimento dessa ordem hegemônica. Um outro conceito extremamente importante na compreensão deste trabalho é o de hegemonia, também vinculado na obra de Gramsci, esse conceito é utilizado para compreender a Paraíba do período de 1950 -1964, especialmente para entender o papel do modo de governar de Pedro Gondim que como falou o deputado conservador e apoiador do golpe militar Joacil Brito que acendia uma vela para Deus e outra para o Diabo.

Por tanto a noção de hegemonia de Gramsci está vinculado ao terreno da totalidade e também necessariamente da luta de classes. Abaixo observamos o funcionamento do conceito de hegemonia em Gramsci e quais são os pilares de funcionamento:

O exercício "normal" da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante o consenso, mas ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública -- jornais e associações --, os quais, por isso em certas situações, são artificialmente multiplicados. Entre o consenso e a força, situa-se a corrupção-fraude (que é característica de certas situações de difícil exercício da função hegemônica, apresentando o emprego da força excessivos perigos), isto é, o enfraquecimento e a paralisação do antagonista ou dos antagonistas através da absorção de seus dirigentes, seja veladamente, seja

abertamente (em casos de perigo iminente) com o objetivo de lançar a confusão e a desordem nas fileiras adversária (GRAMSCI, 1999).

Segundo o intelectual sardo a partir do momento em que o consenso começa a perder força a solução procurada pelas elites se ancora na força para legitimar a ordem. O consenso em Gramsci é construído através do que ele vai chamar de aparelhos privados de hegemonia, que são organismos situados dentro da sociedade civil que tem como objetivo construir um consenso dominante, um exemplo de aparelhos privados de hegemonia são os jornais da classe dominante. Vale o destaque de que o momento histórico estudado neste trabalho é marcado por uma intensa mobilização por parte dos trabalhadores tanto do campo quanto da cidade. Entre 1960 - 1964 as mobilizações sociais tomaram de conta do estado da Paraíba, na vanguarda deste processo estava o movimento camponês, isso porque a estrutura social paraibana de agro-exportação estava em crise, principalmente pelo fato dos camponeses não suportarem mais toda essa estrutura que os dizimava e excluía parte significativa da sociedade(camponeses) da vida social e política. É importante notar que no final dos anos 50 temos na Paraíba a fundação da primeira Liga Camponesa da Paraíba, nos anos 60 temos intensas mobilizações no campo, assim como também conflitos o do Engenho de Miriri em 1962 demarca isso, entretanto, o que marcou mesmo o ano de 1962 foi assassinato de João Pedro Teixeira, a mando do latifúndio (da família Ribeiro Coutinho), esse assassinato gerou uma grande repercussão tanto em território paraibano como também em todo território nacional.

Devemos considerar também o destaque de que o governo de Pedro Gondim exerce uma função de conciliar as classes dominantes, isso porque o acordo eleitoral que elegeu Pedro já representava essa crise de hegemonia abordada, isso porque a aliança envolvia UDN, PSB,PTB, PDC E PL, uma chapa de coalizão que tinha como objetivo construir uma grande aliança que inclusive aceitava colocar na vida política setores que até então haviam sido excluídos como é o caso dos camponeses, diante da crise de hegemonia a solução de parte da elite paraibana, principalmente representada pela UDN se alia a um governador que tinha como base a esquerda paraibana e quando falo da esquerda paraibana não me resumo apenas ao campesinato, mas também setores urbanos como os sindicatos, as entidades estudantis e também a Associação Paraibana de Imprensa, isso porque em um primeiro momento do segundo governo de Pedro Gondim (1961 - 1966) o governo havia tomado uma posição de não utilizar a força policial para lidar com questões em

torno da disputa pela terra o problema não deveria ser solucionado através de força policial e sim através do diálogo.

Entretanto, alguns eventos que começam a acontecer no final de 1963 demarcam a mudança do governo em relação às forças populares. No final de 1963 aconteceu uma manifestação de estudantes secundaristas que lutavam para que o preço do transporte coletivo abaixasse, porém a resposta por parte do governo foi de repressão, houve confronto entre manifestantes e policiais, deixando alguns feridos, outro evento que muda o posicionamento do governo em relação às esquerdas paraibanas é o caso do conflito de Mari, isso porque diante do conflito a atuação do governador se ancorou na repressão da polícia, isso porque no pós conflito, mais de 100 homens passam a vigiar a região da várzea criando assim um ambiente ameaçador e repressivo, principalmente para os camponeses, tendo em vista que aconteceram diversos abusos por parte da polícia quando ocorre essa ocupação militar no território da Várzea, esse fato, representa uma guinada autoritária do governo de Pedro Gondim evidenciando assim uma crise de hegemonia que o estado estava vivendo, pois, era notório de que as elites locais haviam perdido o consenso e os/as classes subalternas começavam a quebrar as correntes que os aprisionava, a intensa mobilização por parte dos trabalhadores já evidenciava que as classes oprimidas já não suportavam mais a opressão na qual viviam e não adiantava mais os aparelhos privados de hegemonia através dos jornais tentarem construir uma realidade que já não existia mais pois as classes subalternas paraibanas não suportava mais toda uma estrutura secular de opressão.

A intenção aqui é fazer uma pesquisa histórica onde os conceitos se situam dentro de um quadro operacional onde a ação dos sujeitos é processo fundamental para a compreensão da história e dos eventos históricos. Falo isso pois não quero cometer o erro de construir um trabalho de história onde os conceitos e os discursos construídos sobre o evento histórico se ancore apenas na superfície da questão, a ideia, central, é fazer uma imersão através da interferência das ações dos sujeitos sobre a construção da história, isso porque para se entender a história é preciso que se esteja em condições de fazer história A noção deste estudo é sobretudo fruto de um processo histórico onde a interferência humana e as necessidades mais elementares como: terra, alimentação, vestimenta, saúde e educação são questões concretas para se compreender a ação dos sujeitos na história

A sexta pesquisa em análise é o trabalho defendido em dois mil e dez no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande com o título **“A Fabricação de João Pedro Teixeira Como o Herói Camponês”** de Roberto Muniz, tem como objetivo principal discutir como João Pedro Teixeira foi fabricado através de máquinas discursivas que o construíram enquanto mártir da luta camponesa e do que é ser camponês, este trabalho tem como perspectiva teórica fundamentada na linha foucaultiana de análise dos discursos e se enquadra em uma perspectiva pós-estruturalista.

Ao invés de pensar as lutas camponesas como apenas tessitura heróica de uma narrativa revolucionária e secundarizar o papel em vida que seres humanos como João Pedro Teixeira e Elizabeth Teixeira desenvolveram ao longo de suas trajetórias. Ao produzir as relações sociais em nução com a produtividade material, os seres humanos produzem ideias e conceitos, pode-se afirmar que as expressões que são abstratas são frutos das relações sociais que são sobretudo históricas. Sobre essa noção de história como uma ferramenta discursiva vale o destaque pontuado por Marx e Engels na Ideologia Alemã não é a consciência que determina a vida, a vida que determina a consciência. Para um historiador materialista histórico e dialético, não são as ideias que constroem a realidade social e sim as relações materiais concretas que a humanidade estabelece entre si que explicam os discursos”, as ideias e as instituições, não se pode pensar os discursos apenas como categoria abstrata sem vínculo com a materialidade; "Os pressupostos de que partimos não são arbitrários, nem dogmas. São pressupostos reais de que não se pode fazer abstração a não ser na imaginação. São indivíduos reais, sua ação e sua condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas quanto as produzidas por sua própria ação. Esses pressupostos são, pois, verificáveis por via puramente empírica." (Engels;Marx, 2007)

O meu trabalho se diferencia da proposta metodológica do trabalho de Roberto Muniz (2010) pois a questão camponesa na qual João Pedro está inserido vai para além de uma máquina discursiva sobre o seu corpo e sim sobre existência concreta na realidade concreta, pois, os homens e mulheres devem estar em condições de viver para "fazer história". Como nos ensinou Marx e Engels na Ideologia alemã: "Somos forçados a começar constatando que o primeiro pressuposto de toda existência humana, e, portanto, de toda história, é que homens devem estar em condições de viver para pode "fazer história". Mas, para viver, é preciso, antes de

tudo, comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais." (Engels;Marx, 2007)

É importante resgatar o conceito de experiência em Thompson para entender a situação na qual Roberto Muniz ao analisar a atuação de João Pedro através do discurso da imprensa constrói a seguinte anedota: "Com isso notamos que à medida que ele é instituído enquanto herói, ele passa, por meio dessa imagem que é produzida para ele, a ser uma figura identitária de líder camponês para os outros, já que ele é dito e escrito como um exemplo de vida a ser seguido por outros camponeses. Uma vez que essa mesma imagem é também um signo que é construído para comunicar sentidos para outros".(MUNIZ, 2010, pg.59)

Vale salientar e perceber que é evidente que o discurso tem um poder incisivo na construção dos sujeitos históricos, entretanto ao efetivar de maneira quase que exclusiva às ações de João Pedro Teixeira e as consequências de suas ações apenas na ordem discursiva, a análise se torna incompleta. Isso porque o discurso, ideologia, subjetividade é construído no interior das relações concretas que são determinadas por um determinado modo de produção. Deixo o trabalho de Muniz como o último a ser colocado nesta introdução justamente por ser uma ponte para explicitar as noções que utilizo no decorrer do meu trabalho.

Dentro da tradição marxista existe um outro texto famoso que é a carta de Marx para Annenkov, onde ele formula uma crítica ao livro de Proudhon intitulado: "A filosofia da miséria" diz Marx; "Ele não viu que as categorias econômicas são apenas abstrações dessas relações reais, que só são verdades na medida em que subsistam essas relações." (Marx, p.549, 1982). Isso significa dizer que para o filósofo alemão ao produzir as relações sociais em nução com a produtividade material, os seres humanos produzem também as ideias, categorias, ou seja, essas ideias e categorias nada mais são que expressões abstratas das relações sociais, Marx conclui dizendo que: "Assim, as categorias são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem. São produtos históricos e transitórios." (Marx, p.551, 1982).

Na minha fundamentação tento resgatar a noção de experiência em Thompson onde se faz necessário entender que o aumento da consciência de classes dos camponeses no período de 50 e 60 é algo perceptível sendo as próprias ligas camponesas fruto desse processo histórico e que essa movimentação de classe pode se fazer tanto de maneira econômica, política e cultural. Dessa forma, é

imprescindível a reflexão em torno da coerência da pesquisa histórica a partir da perspectiva thompsoniana. É importante discutir a leitura e a interpretação que historiadores e historiadoras fazem sobre o evento histórico, que está em constante movimento, apresentando-se como contraditório. Alguns problemas fundamentam esta pesquisa histórica, tais como: de que maneira o pesquisador lida com os materiais recolhidos de sua pesquisa? Como interroga as evidências? Qual o conteúdo desta interrogação? Como constrói suas hipóteses e categorias de análise? De que modo os conceitos e evidências se articulam e se relacionam entre si? Ao levantar essas questões, o pesquisador é imerso dentro dos acontecimentos, que por si só já possuem uma grande complexidade por envolver processos históricos e a vida social.

Thompson constrói em seu livro *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*, uma crítica fundamentada no materialismo histórico e dialético às de um marxismo ortodoxo e estruturalista. O autor desenvolve o conceito de “hipóteses autogeradoras, onde o pesquisador cai neste erro quando não se atenta às questões de ordem ontológicas e epistemológicas, as aparências e ao método técnico da pesquisa – e, por fim, acaba construindo uma hipótese genérica de determinado assunto atrelado à pesquisa. A partir do domínio da teoria, o pesquisador não pode cair na possibilidade da teoria dominar a realidade e, conseqüentemente, o objeto de estudo. Se prender na teoria na sistematização da realidade (cheia de conceitos) pode acabar por tomar a realidade para si e dominá-la. Ou seja, quando apenas a teoria domina os fatos, a realidade também é dominada e corre o risco de tornar-se engessada. Thompson chama essas hipóteses autogeradoras de “marxismo idealista”, que seria um método lógico de investigação adequado a materiais históricos, destinado na medida do possível, a testar hipóteses quanto à estrutura, causação, etc, e a eliminar procedimentos autoconfirmadores [...] (THOMPSON, 1981, p. 49).

Na teoria do historiador inglês, pode-se perceber que o estudo da história em movimento exige que o pesquisador perpassasse constantes mudanças em seus procedimentos de análise, para que seja possível captar os movimentos do evento histórico. É perceptível que se o objeto de investigação se modifica, também se modifica o método de pesquisa utilizado. Thompson definirá esse método como método lógico, onde a história utiliza-se de “um tipo diferente de lógica, adequado aos fenômenos que estão sempre em movimento e que evidenciam mesmo que em um momento único, manifestações contraditórias” (THOMPSON, 1981, p.48).Falo da

pesquisa, mas evidente que o conceito de experiência em Thompson tem relação direta com o movimento real da luta de classes, pois a experiência da realidade concreta possibilita a consciência de classe, esse exemplo pode ser compreendido a partir do surgimento de organizações camponesas brasileiras do século XX, em especial no período estudado 1950-1964. É só observarmos o que a experiência das Ligas Camponesas, trouxeram para o campesinato paraibano, as Ligas Camponesas são compreendidas neste trabalho como verdadeiras ferramentas de organização popular, pois a questão da práxis era algo reivindicado pelo movimento ou seja a teoria vinculada ao trabalho de transformação das condições sociais existentes dentro do mundo em que vivemos. O trabalho era vinculado a luta política, ao fazer isso as Ligas Camponesas também construíram um processo de elevação da consciência de classe dos camponeses da região como pode-se observar no relato coletado por Maria Clyvia (2017):

“Os camponeses participaram quase que um trabalho coletivo né, nas plantações dele. Tudo aquilo que havia necessidade da participação do camponês estavam presentes. E aqueles que não participavam ainda eram trazidos para reuniões, onde voltavam já com outras ideias, com outra posição, era quase unanimidade os camponeses participarem da luta pela reforma agrária.” (Assis Lemos, ex-presidente da ALTAP, Maria Clyvia, outubro 2016)

Além do conceito de experiência em Thompson, podemos resgatar também a contribuição teórica de Gramsci tanto em suas formulações acerca do homem indivíduo/ homem massa e além disso o intelectual italiano contribui na construção do critério metodológico da história dos povos subalternos. No homem coletivo da sociedade capitalista em Gramsci se percebe que o processo de consciência coletiva e posteriormente de consciência de classe se subverte na superação do individualismo em linhas gerais se percebe que o processo de consciência está também ligado a um processo organizativo.

Esse processo organizativo em Gramsci se deve ao fato deste homem coletivo ter sido constituído dentro da racionalização do sistema capitalista, sendo esse homem coletivo diferente do líder carismático. Esta unidade configura-se, para Gramsci (2002, p. 139), como “o resultado das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e ‘sociedade civil’.” A história das classes subalternas está “entrelaçada à da sociedade civil”, e só poderá ser unificada quando ambas puderem tornar-se Estado.

Na teoria do intelectual italiano, “os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória ‘permanente’ rompe, e não imediatamente, a subordinação.” Verifica-se, em seu processo histórico, que “na realidade, mesmo quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos estão apenas em estado de defesa, sob alerta.” ou seja mesmo que se ‘fabrique’ uma narrativa heróica sobre João Pedro Teixeira as próprias condições sociais faziam que mesmo com toda a ‘maquinaria discursiva’ sobre as suas ações, as suas ações já eram limitadas pela própria estrutura social.

Já nos apontamentos sobre a história das classes subalternas pode-se perceber no próprio Gramsci a unidade histórica das classes dirigentes e se produz no estado, sua história é essencialmente a história dos estados e dos grupos que ocupam o estado. Para Gramsci e também para o autor que vos escreve, às classes subalternas por definição não são unificadas, diferente das classes dirigentes que tem na unidade histórica uma relação orgânica entre estado, sociedade política e sociedade civil.

Falo da pesquisa, mas evidente que o conceito de experiência em Thompson tem relação direta com o movimento real da luta de classes, pois a experiência da realidade concreta possibilita a consciência de classe, esse exemplo pode ser compreendido a partir do surgimento de organizações camponesas brasileiras do século XX, em especial no período estudado 1950-1964.

Repetidamente, o estudo da realidade concreta coloca ao intelectual italiano elementos materiais e históricos para desenvolver suas reflexões teóricas. Sendo assim, no §5: “Critérios metódicos” Gramsci traz de volta as considerações do §2 sobre a desagregação dos “grupos sociais subalternos” e a imposição de serem unificados. Desta vez, porém, explicita a sua proposta considerando que “A unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado”, em relação orgânica com a sociedade civil, “As classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não chegarem a se tornar ‘Estado’”.

Gramsci amplia o conceito de estado dentro da própria teoria marxista, se colocando em oposição a teoria marxista clássica que só via o estado como um aparato jurídico e formal. Ele defende a construção do estado pelas “classes subalternas” que lutam para sair da sua condição e buscam a unificação e a hegemonia.

No entanto, diversamente das posições liberais que consideram o Estado como um aparelho exterior de caráter “policial” e um “vigia noturno” (Q 5, §69, p. 604) voltado a garantir a ordem e a propriedade privada com a violência, Gramsci aponta que os subalternos devem criar uma nova concepção de “Estado”. Colocado entre aspas, deixa entender que a sua configuração deve ser profundamente diferente da concepção convencional, burocrática, elitista e autoritária. Ao contrário, desenvolvendo uma linha de pensamento que deriva de Rousseau-Hegel-Marx, para Gramsci, “tornar-se Estado” não significa alcançar algo “estático”, estabelecer um modelo pré-definido e autoritário, mas quer dizer organizar-se “ativamente em uma instituição criada incessantemente pelo agir político de “forças populares”, que têm consciência histórica e coletiva. Para sair da condição de “súditos” e de cidadãos formais, os subalternos precisam se unificar e afirmar sua hegemonia ao “fundar novos Estados”, assumindo livre e criativamente suas responsabilidades sociopolíticas em um “Estado ético-político” efetivamente democrático e universalizador. (SEMERARO, Educação & Sociedade, março 2014)

O processo de unificação da história das classes subalternas está atrelado/entrelaçado à história da sociedade civil, se apresenta como uma história desagregada e abrupta da história da sociedade civil o intelectual italiano constrói uma metodologia de análise sobre a história dos povos subalternos.

Na primeira parte contribui no estudo da diversificação que a produção agrícola paraibana passa a ter principalmente depois da crise de 29 e da revolução de 1930. A análise evidentemente desse processo histórico se embasa no materialismo histórico e dialético, então compreende-se a noção de Gramsci de estrutura e superestrutura como conceito importante no estudo do objeto proposto, ainda neste segundo capítulo, faço um tópico intitulado: “Diversificação da Economia paraibana do Açúcar ao Algodão do Algodão ao Açúcar” neste tópico faço uma abordagem que privilegia a estrutura para entender a formação do espaço agrário paraibano, é importante salientar que essa diversificação acontece por conta de duas coisas fundamentais: 1) crise de 1929 2) revolução de 1930, a proposta é discutir como se formou o espaço de produção agrícola paraibano e compreender quais foram as ações do estado frente a entrada no século XX e a atuação das frações da classe dominante. Com isso a propositura é entender como se complexifica o espaço produtivo paraibano principalmente com a ascensão do algodão tomando um certo protagonismo que até então era da produção algodoeira. Entretanto neste capítulo debato os debates para que a cultura do algodão entrasse em crise e o reflexo disso na economia açucareira. Parto neste capítulo de uma análise que se embasa nos

estudos de Irene Rodrigues, dois textos que a autora faz um estudo sobre o espaço produtivo paraibano o primeiro é intitulado: “A Economia Paraibana na fase de isolamento relativo (1585 - 1930)” e o segundo é intitulado: “A Economia Paraibana na Etapa de Articulação Comercial (1930 -1970)” onde a autora faz um estudo sistemático sobre a economia Paraibana desde a relação com Pernambuco no período colonial indo até a efetivação da moderna indústria açucareira paraibana do século XX.

Neste capítulo também discuto o processo de formação do Grupo da Várzea enquanto um grupo coeso a partir da aliança entre os Velloso Borges e a família Ribeiro Coutinho, a análise é feita a partir da atuação dos casamentos intrafamiliares como uma forma de se perpetuar no poder e como consequência um acúmulo de capital que é respaldada dentro o da formação social da Paraíba, um exemplo disso é a perpetuação desses grupos até hoje na vida política paraibana, no tópico 2.2 intitulado: “**A Formação do Grupo da Várzea**” o objetivo é entender como a política dos casamentos e o acúmulo de capital desses grupos gerou o processo de exploração e monopolização da terra.

No subtópico 2.3 intitulado “**Pedro Gondim: Crise de Hegemonia e Populismo**” a discussão é ancorada como o próprio título expõe no conceito de crise de hegemonia de Antonio Gramsci, para o intelectual sardo essa crise é fruto de diversos motivos, seja porque a classe dirigente tenha fracassado em alguma tentativa, ou porque as grandes massas haviam se levantado diante a opressão, pressuponho aqui essas duas hipóteses para entender o governo Pedro Gondim, o primeiro em 1958 - 1967 e o segundo 1961 - 1966, aqui o texto da professora Monique Cittadino, intitulado: “Pedro Gondim: entre Deus e o Diabo.”, isso porque, quando Pedro é eleito em 1960, a sua chapa era uma chapa que unia toda a oposição paraibana, por um momento tivemos UDN, PSB, PTB, PDC E PL compondo uma base de oposição ao PSD. O governo de Pedro Gondim foi eleito com base nas mobilizações de esquerda; destaco aqui a atuação das Ligas Camponesas, o movimento estudantil universitário e secundário, e a associação paraibana de imprensa, onde tento compreender os dois governos de Pedro Gondim que representava essa crise de hegemonia, isso porque como disse o deputado conservador e golpista Joacil Brito que havia sido deputado estadual no período de 1958 - 1967, onde ele afirmava que Pedro Gondim era um governador que acendia uma vela para Deus e outra para o Diabo.

O capítulo três é dedicado a um estudo sobre a história do município de Mari, dividido em três subtópicos intitulados: 3.1 **“História e Estrutura Fundiária do Município de Mari.”**, onde faço um debate resgatando a formação do município desde a construção da ferrovia que passava pela região até a influência da família freire, além disso, de acordo com os dados obtidos nesta pesquisa do IBGE discuto também neste tópico como se construiu através dos números concentração fundiária que será constatada e que vai levar a uma estrutura de concentração de terra na mão de poucos latifundiários. Quanto ao ponto 3.2- **A Organização do trabalho em Mari (1964).**” A preocupação gira em torno da questão do trabalho e como estava organizado as relações de trabalho na mesorregião da Várzea, destacando as formas de exploração e definindo alguns conceitos que às vezes geram dúvidas, por exemplo: como funcionava o sistema de arrendamento? o que era o cambão? Como operavam os barracões? O intuito deste segundo tópico é justamente fazer esse debate que é tão importante para a compreensão do objeto de estudo, já que as formas e as relações de trabalhos pré-existentes geraram o conflito do dia 15 de janeiro de 1964. No subtópico 3.3 resgato um debate muito significativo que é sobre o processo de sindicalização no campo e a reorientação tática que as Ligas Camponesas passam principalmente a partir da década de 60. Neste subtópico intitulado: **“Os Sindicatos Rurais e as Ligas Camponesas: elementos para se compreender uma reorientação tática.”** proponho, ancorado no texto de Socorro Rangel (2000) uma distinção temporal, onde as Ligas Camponesas passam a ser compreendidas dentro de dois blocos históricos diferentes. o primeiro data de 1953-1962 que é a primeira fase das ligas camponesas, onde o debate sobre a judicialização da luta era algo presente, pós 1962 o que se pode observar é justamente uma disputa interna sobre as orientações em torno da liga camponesa, de um lado, tínhamos um grupo que pode ser determinado conceitualmente enquanto Julianismo, influenciado pela revolução cubana que colocava como sujeito principal do processo revolucionário brasileiro o campesinato, enquanto que de um outro lado, nós tínhamos o PCB e a tática de sindicalização dos camponeses. Neste tópico discuto como esse debate se refletiu na Paraíba e quais consequências trazidas por ele.

No quarto capítulo intitulado **“Estado Ampliado e Luta de Classes no caso da ‘tragédia de Mari’.**” a proposta é discutir o conflito que ocorreu no dia 15 de janeiro

de 1964 que resultou em onze mortes, sendo sete deles de funcionários do grupo da várzea e quatro camponeses. Parto das observações propostas por E.P Thompson quando o historiador inglês desenvolve a compreensão da experiência como algo que está intimamente ligado ao processo da classe e da consciência de classe. No historiador inglês o que se pode observar é que a classe e a consciência de classe vão se formando juntas através da experiência. O que utilizo de Thompson para entender o conflito de Mari, é justamente a influência de tratar a categoria de classe como um fenômeno histórico, nas palavras do próprio Thompson como algo que ocorre efetivamente nas relações humanas.

Se detemos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observamos padrões em suas relações, suas ideias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história. (Thompson, 1987)

Além de utilizar o historiador inglês, parto também da noção de Gramsci de estado vigia noturno, a proposta de utilizar o filósofo italiano é justamente para entender as razões que levam: 1) como uma arma de uso privativo das forças armadas brasileiras, aparece na cintura de um administrador da fazenda de Aparecida Ribeiro Coutinho esposa de Renato Ribeiro Coutinho, um dos homens forte do grupo da várzea? 2) Por que o grupo que vai tentar retomar era composto por funcionários do grupo da várzea e da polícia militar do estado da Paraíba?. Essas duas indagações se colocaram como prioridades na compreensão do tema colocado para pesquisa, com isso, Gramsci nos ajuda a entender principalmente em torno da concepção de estado, onde no caderno 26, o autor se contrapondo à teóricos liberais, partindo da leitura de Marx, o estado vira apenas um comitê organizativo das classes dominantes, esvaziando assim as questões éticas que principiam inclusive a sociedade burguesa, por isso, para Gramsci não existe a possibilidade de um estado mínimo, pois a direção do desenvolvimento histórico cabe às forças privadas, à sociedade civil, que também é “Estado”, aliás, é o próprio Estado. Ou seja, para Gramsci, o desenvolvimento da sociedade civil dentro do corpo social burguês é determinado pelas forças privadas .

Aqui é utilizado o conceito de Estado Ampliado em Gramsci, que significa dizer uma ampliação na noção do que é estado, isto porque para Gramsci, o estado era a

junção da sociedade civil (igrejas, partidos, imprensa, organizações de classe) e sociedade política (judiciário, polícia, exército, parlamento) a opressão do regime de classe, segundo o pensador sardo é legitimada através de uma combinação entre força e consenso. O consenso é gerado pela sociedade civil, através do que ele chama de aparelhos privados de hegemonia (um exemplo é a imprensa) enquanto que a sociedade política legitima seu domínio através da força (um exemplo é a polícia). os dois funcionam com certa autonomia, entretanto, dentro do terreno da luta de classes. Quando se perde o consenso, temos aí uma crise de hegemonia e a solução geralmente é fundamentada na violência, um desses exemplos é a guinada militar e o conseqüente Golpe Militar de 1964.

No subtópico 4.1 nomeado de **“Os Guardiões da Propriedade: uma reflexão sobre o papel da Polícia, Judiciário e Exército.”** Ao pensar o papel do Estado, faço uma análise sobre a atuação da Polícia, do Judiciário e do Exército no caso do conflito. Como esses organismos atuaram com o intuito de beneficiar um lado, que era o lado dos Grupo da Várzea, acabaram por manipular o processo e como o golpe militar de março de 1964 interferiu no andamento e no conteúdo do processo discuto aqui as inconsistências jurídicas. Além dessas questões este capítulo também é reservado para discutir o papel da mídia imprensa no caso do conflito, no subtópico intitulado: “Diário da Borborema, Diário de Pernambuco, O Norte e Correio da Paraíba: **“Aparelhos privados de Hegemonia e consenso na Paraíba de 1964.”**”. Onde debato ancorado a partir do conceito de aparelhos privados de hegemonia de Antonio Gramsci, o papel que a imprensa paraibana teve na interpretação do conflito e também o posicionamento de classe que essas organizações tiveram diante do conflito, além de problematizar um processo de marginalização que esses organismos tiveram com os camponeses que se envolveram no conflito estudado aqui. O tópico 4.3 intitulado **“A Imprensa Subalterna na perspectiva Gramsciana.”** Destaco neste capítulo o papel que a imprensa camponesa e operária teve na repercussão do conflito que ocorreu no dia 15 de janeiro de 1964 no município de Mari.

Antes de adentrar propriamente no texto queria fazer aqui nesta introdução uma breve contextualização sobre a formação do território paraibano. O processo de reflexão sobre a formação do território paraibano se passa através de uma submersão na sua história. A ideia inicial esta introdução é a tentativa de se fazer um processo de imersão na formação do território paraibano, pois para chegarmos onde estamos

hoje é necessário voltarmos um pouco para entender como a Paraíba foi pensada dentro do contexto nacional e regional podemos esquecer de como se formou o território paraibano, isso porque pretendo fazer uma breve discussão sobre a Paraíba até a chegada no século XXI, para entendermos formação econômica do território paraibano para entendermos como chegamos no período estudado nesta pesquisa. A intenção é fazer um breve estudo da estrutura social e econômica do território Paraibano passando por suas principais transformações, para isso se faz necessário entrar um pouco nos caminhos da história colonial, imperial e republicana paraibana.

É importante entender que no início essa terra foi pensada como um apêndice de Pernambuco, pois Pernambuco era a capitania mais produtiva do Nordeste no período colonial. Entretanto um fato, demarca a formação do nosso território que é o confronto que aconteceu no Engenho de Tracunhaém, esse confronto demarca a nossa história e nossa formação enquanto capitania.

Segundo a historiadora Irene Rodrigues o (1585 - 1930) em A Economia Paraibana na Fase do Isolamento Relativo:

É necessário frisar que a atividade açucareira na Paraíba tem o seu desenvolvimento marcado pela posição complementar e dependente do setor mais forte localizado em Pernambuco que não por acaso, sedia os agentes que controlam internamente o movimento comercial. (Rodrigues, pág 24, 1999)

Para que se tenha noção em questões práticas a Paraíba saiu de um engenho em 1586 para dezoito engenhos em 1634. Olhando esse número hoje pode-se perceber argumentar que apenas dezessete engenhos não são muita coisa, entretanto, para o período esse número era gigantesco tendo em vista a intensa mobilização de mão de obra (escrava) e tecnologia que esses engenhos guardavam em si. O período equivalente à dominação holandesa é seguido por uma intensa crise na capitania paraibana. Segundo a historiadora Irene Rodrigues a Paraíba entre 1635 até 1645 existiam cerca de trinta e seis engenhos incendiados, a tática de incendiar engenho era utilizada para expulsar os holandeses dos engenhos, além disso o estado também passa por uma forte inundação por volta de 1644 e um surto de varíola em 1646. Todos esses eventos são primordiais para a compreensão do que nós somos hoje

Por conta dessas questões e ainda por cima somada pela guerra contra os holandeses, fez com que a Paraíba entrasse no século XVII com uma estrutura social e econômica bastante modificada. Além dessas questões: 1) surto de varíola, 2) inundações no território e 3) guerra contra os holandeses, a colônia sofria da instabilidade da metrópole tendo em vista que esse período é marcado pela tensão na relação entre Espanha e Portugal¹. A principal mudança está no papel da pecuária, antes os gados eram criados junto com os engenhos, entretanto depois desse período começa o processo de interiorização do território através da pecuária e da agricultura de subsistência. O gado é levado para o interior e o governo Português reedifica cerca de nove engenhos que tinham sido destruídos no confronto contra os holandeses. A intenção de levar o gado para o interior era evitar a destruição dos canaviais que estavam mais na zona litorânea.

A levada do gado para o interior impulsiona também o processo de agricultura de subsistência desses homens e mulheres que entravam no território paraibano. Essa produção de subsistência tinha como objetivo principal a sobrevivência, portanto tratava-se de uma produção pré-capitalista. A produção açucareira que era o principal produto de exportação da Paraíba se reestruturou na zona canavieira, a pecuária se consolidava no interior e o terceiro produto da economia paraibana começava a despontar que era o algodão, formando assim o tripé produtivo do período colonial e imperial paraibano. O século XVIII é marcado por crises intensas, entretanto é também o século que coloca base para uma nova expansão da economia paraibana que é a produção algodoeira. Junto do século XVIII vem também o processo de independência do Brasil, processo esse pactuado com as elites coloniais e com a metrópole. Pouca coisa mudou no Brasil imperial, a mão de obra continuava sendo o povo de África escravizado, mantendo assim a ordem escravista. Uma mudança que deve ser ressaltada é o aumento na produção do algodão brasileiro.²

¹ O período retratado na metrópole era de conflito entre Portugueses e Espanhóis que ficou conhecido como a Guerra de Restauração, o conceito é dado assim pelos historiadores românticos portugueses do século XIX. Os confrontos tiveram início em 1640 depois do golpe de estado dado e como consequência o fim da monarquia dualista filipina que se iniciou em 1580 e terminou com a assinatura do Tratado de Lisboa em 1668 com a assinatura do Tratado de Lisboa.

² Durante o início do século XVIII o algodão era utilizado para autoconsumo: confecção de roupas, lençóis grossos e pequenos utensílios. Já na segunda parte do século XVIII a indústria algodoeira se complexifica por demanda da primeira revolução industrial.

Durante o século XIX como já é notório saber o açúcar brasileiro entra em crise, resultado tanto da proibição do tráfico de pessoas escravizadas quanto a competição em relação ao açúcar da beterraba europeia. Em 1850 foi aprovada a lei de terras e que tinha os seguintes objetivos principais: 1) proibição do acesso à terra por outro meio que não fosse a compra 2) na extinção no processo de ocupação de terras devolutas 3) na transformação da terra em mercadoria 4) utilização dos recursos oriundos da venda de terras devolutas para investir na importação de colonos e conseqüentemente no processo de embranquecimento da população brasileira.

Dentro da teoria marxista no livro I d' O capital de Marx onde ele desenvolve no capítulo vigésimo quinto a moderna teoria da colonização e coloca luz sobre a complexificação do sistema capitalista em países que são colônias ou que foram colônias. Durante o processo de colonização ocorre uma separação entre produtor e meios de produção como elemento fundamental para acumulação primitiva. A expropriação do homem em relação a natureza permite a acumulação primitiva de capital que pode ser observada como uma progressiva dissociação do ser humano em relação ao seu território após a transformação do território em mercadoria de valor de uso ou em valor de troca. O trabalho do geógrafo inglês David Harvey intitulado: "O novo imperialismo" publicado em 2003 traz algumas reflexões que podem nos ajudar sobre este assunto, pois para ele a acumulação primitiva foi a responsável pela mercadificação e privatização de terra, expulsão de camponeses das terras, propriedade privada da terra e formação do proletariado e também dos sem terras.

A humanidade adotou um dispositivo simples para promover a acumulação de capital, que, naturalmente, tinha na ideia, desde o tempo de Adão, como objectivo último e único da sua existência: dividiu-se a si própria em possuidores de capital e possuidores de trabalho... Esta divisão foi o resultado de concerto e combinação.»⁽²⁵⁹⁾ Numa palavra: a massa da humanidade expropriou-se a si própria em honra da «acumulação do capital». Ora, dever-se-ia crer que o instinto deste fanatismo de auto-renúncia teria de dar-se rédea solta precisamente nas colónias, onde unicamente existem homens e circunstâncias que podiam traduzir do reino dos sonhos para a realidade um contrat social. (Marx, o capital volume I, capítulo 25)

Feito essa breve contextualização sobre como a Paraíba chega no século XX, é importante termos como ideia central uma história que encare os eventos enquanto um processo, resgatar a formação do território paraibano em perspectiva histórica, entendendo como esse processo

acumulativo gerou uma estrutura desigual no campo paraibano, formando assim uma classe de trabalhadores do campo que durante o século XX voltaram a se levantar contra os desmandos das classes dominantes. Portanto, agora a nossa proposta é ir para o texto propriamente dito.

I CAPÍTULO

EESTRUTURA ECONÔMICA E SOCIAL PARAIBANA NA REGIÃO AÇUCAREIRA

"Primeiro é nunca matar. Segundo, jamais ferir. Terceiro, estar sempre atento. Quarto, sempre se unir. Quinto, desobediência. Das

*ordens de sua
excelência que podem
nos destruir.”*

(Cantata para Alagamar)

Observamos anteriormente na Introdução que o espaço produtivo paraibano foi pensado a partir da economia do açúcar, diante de diversas crises, o espaço produtivo paraibano passa a ser repensado, entra em cena outro produto que irá disputar com o açúcar o protagonismo da produção local, influenciado pelas demandas dos mercados externos; a entrada do algodão no espaço produtivo paraibano acentua a concentração de terra nas mãos de poucas pessoas.

Acho importante que enquanto pesquisador fazer essa contextualização para entendermos como estava funcionando o espaço produtivo paraibano para que possamos ter uma noção das relações de trabalho que eram impostas aos camponeses, tendo em vista que toda essa estrutura agrária, que será contextualizada nos tópicos seguintes, eram construídas e edificadas por mãos humanas, portanto, o exercício que tento tratar neste capítulo é fundamentado na ideal de como a mudança do espaço produtivo paraibano levou a um processo de acentuação das desigualdades sociais vigentes principalmente no campo, afetando diretamente os camponeses, evidente que essa acentuação das desigualdades também passa pelo crivo das elites locais.

1.1 Diversificações da Economia paraibana do açúcar ao algodão

Este aumento na produção algodoeira poderá ser sentido na Paraíba principalmente na segunda metade do século XIX. Na contramão da produção algodoeira estava a produção açucareira, pois a crise do açúcar do século XIX mexeu com toda estrutura política e econômica paraibana. Essa crise se deu principalmente pela instabilidade do preço do açúcar internacionalmente. Para que possamos entender de uma melhor maneira vale observar o quadro que segue.

Quadro 1: Produção açucareira da província da Paraíba no século XIX

ANOS	PRODUÇÃO	PERCENTUAL RELAÇÃO	EM AO
------	----------	-----------------------	----------

		NORDESTE
1856 - 57	10.373	11,05
1866 - 67	5.621	9,25
1867 - 68	4.444	4,36
1868 - 69	7.084	5,96
1886 - 87	9.944	4,58
1887 - 88	9.449	3,49
1898 - 99	5.412	3,36
1905 - 06	4.884	2,16
1906 - 07	2.475	1,55
1907 - 08	3.300	2,60
1913 - 14	1.507	0,80

Fonte: DENSLOW JR. David Alberte, SUGAR PRODUCTION IN NORTHEASTERN BRAZIL AND CUBA. 1858 - 1908. Tese de Doutorado na Yale University, New Haven, 1969.

Outro fator que deve ser colocado em análise nesta pesquisa é a relação entre Paraíba e Pernambuco, pois o espaço açucareiro paraibano estava extremamente ligado ao capital mercantil pernambucano, principalmente o recifense. Sendo assim, a Paraíba podemos dizer que sofria duplamente por conta da crise do açúcar, isso porque: 1) A Paraíba não tinha comércio direto com o exterior sendo necessário a intermediação de Recife; 2) Os produtos paraibanos sofrem uma bitributação; 3) o processo de circulação da mercadoria acabava sendo mais caro por conta dos fretes e dos transportes.

Apesar dos problemas enfrentados ou mesmo em razão dessas dificuldades, os processos agrícolas não sofrem, durante toda a segunda metade do século XIX, modificações substanciais. O machado, a foice, a enxada continuam a ser os instrumentos basicamente usados, como também não há referências a preocupações maiores com a qualificação de mudas. (RODRIGUES, 1999, p. 35)

Apesar de em 1875 ter sido criado o decreto que estabelecia a construção de engenhos centrais só em 1885 é que se cria o primeiro engenho central como explica

a tabela abaixo. Com a criação dos engenhos centrais o espaço agrário paraibano passa por uma leve modernização, esse fato poderá ser bem explicitado a partir de 1925, isso porque, se percebe uma expansão da indústria açucareira que antes estava em sua grande maioria na região do Vale do Paraíba passou também a ocupar o espaço do brejo paraibano.

Quadro 2: criação dos engenhos Centrais 1885 - 1928

DATA DA FUNDAÇÃO	MUNICÍPIO	PROPRIETÁRIO	NOME DA USINA
1885	Santa Rita	J.Ursulo & Irmãos	São João
1910	Santa Rita	Flávio R. Coutinho	Cumbe (Santa Rita)
1917	Sapé	J.Ursulo & Irmãos	Bonfim (Sta. Helena)
1926	Alagoa Grande	Zenaide Holmes & Cia	Tanques
1927	João Pessoa	C Régis & Cia	Santa Alexandrina
1928	Santa Rita	Flaviano R. Coutinho	Pedrosa (Sant'Ana)
1928	Santa Rita	J. Ursulo & Irmãos	São Gonçalo (Nossa Sra. do Patrocínio)

Fonte: MARIZ, Celso. Evolução Econômica da Paraíba.

Até o final do século XIX o governo paraibano investe na produção açucareira para competir no mercado estrangeiro. Pode-se perceber que a transformação da cana-de-açúcar continua principalmente pela produção de engenhos de açúcar bruto e de rapadura, estima-se que em 1935 a Paraíba possuía cerca de nove usinas e mil cento e sessenta e um engenhos dos quais cento e dois produziam açúcar de engenho enquanto que oitocentos e oitenta e um produziam rapadura e trezentos e cinquenta produziam aguardente e um álcool anidro.

As duas primeiras décadas do século XX representam um número de crescimento nas usinas, apesar desse crescimento ser lento, pode-se perceber que existiu um aumento na circulação de capital no estado, principalmente por conta das

constantes transferências de propriedades. A expansão faz com que se monte a base do que posteriormente vamos conhecer como Grupo da Várzea, pois é nesse momento que os Ribeiro Coutinho preparam sua estrutura de dominação da região da várzea paraibana

Durante a década de vinte do século XX pode-se perceber certa estabilidade na produção de açúcar paraibano diferenciando um pouco da crise vivenciada pelo produto no final do século XIX, essa estabilidade na produção açucareira se deve ao fato do estímulo do Estado através de isenções fiscais a indústria açucareira. Com a ideia de modernizar a indústria açucareira, foi assinada a Lei nº 34 de março de 1896 que autorizava o presidente da província de Parahyba do Norte a subvencionar por meio de emissão de apólices, o estabelecimento de uma ou duas usinas no Vale do Paraíba e outra em Camaratuba com uma quantia de 500:000\$000 a cada empreendimento desse. Sobre essa Lei a historiadora Irene Rodrigues fala sobre as exigências feitas para a solicitação de benefício e a forma de financiamento que assegurado fizeram, porém, com que não se efetivasse o objetivo da lei e dessa forma o apoio do estado nesse período se ateve a concessões de isenções fiscais (RODRIGUES, 1999, p.38)

A estabilidade da produção do açúcar fez com que o governo provincial pensasse em um processo de diversificação da produção e é aqui que entra a questão da produção do algodão. Pois, impulsionado pela Revolução Industrial e a Guerra de Secessão dos Estados Unidos faz com que a Paraíba impulsione a sua produção algodoeira, alguns aspectos da própria estrutura agrária paraibana fazia daqui um bom local para plantar algodão: 1) a cultura algodoeira é bastante parcelada; 2) não era necessário extensas plantações; 3) a maior parte dos agricultores que viviam de uma pequena colheita podiam plantar. O surto da economia algodoeira dinamizou a economia paraibana, entretanto, com a retomada da produção do algodão dos Estados Unidos e a baixa do preço no mercado internacional fez com que muitos dos estabelecimentos paraibanos quebrassem e o estado entrou em uma profunda crise econômica.

A cotonicultura paraibana desenvolve-se sobre o prisma da agro-exportação, ou seja, em uma dinâmica voltada para o mercado externo. Essa política econômica fazia com que o excedente do produzido pelo algodão não fosse capaz de promover mudanças substanciais no sistema produtivo paraibano, é importante entender que

até o principal produto paraibano do período que era o açúcar, o seu excedente alterava pouco o sistema produtivo paraibano, fazendo com que o processo de industrialização ou de avanço das forças produtivas acontecesse de forma lenta no sentido da industrialização.

A Paraíba na década de 1920 tem sua economia marcada por uma estrutura de propriedade extremamente concentradora; um frágil mercado interno sendo fruto da extrema exploração presente nas relações de produção estabelecidas e, além disso, a economia paraibana tinha uma dificuldade pelos seus produtos básicos estarem marginalizados no mercado externo, tendo como alternativa apenas o mercado interno.

Não se pode, porém, identificar estagnação ou retrocesso na evolução industrial da Paraíba. No período de 1907 a 1920 apresenta-se um crescimento tanto absoluto quanto relativo, da indústria no que se refere ao número de estabelecimentos, capital empregado, número de operários e valor da produção anual. O que ocorre, porém, é que esse crescimento, face à base e dimensão de seus mercados locais, fundamenta-se em uma agro-pecuária pouco dinâmica e instável. (RODRIGUES, 1999, p.47)

É notório saber que até a década de 1930 a economia paraibana se apresentava com uma estrutura econômica marcada por um quadro produtivo que tinha como objetivo principal as relações com Pernambuco, como já foi discutido neste capítulo. É importante perceber que durante essa época ocorre uma reorientação comercial para atender ao capital que estava situado no sudeste do país. Este fato é fruto de um processo de modificações nos cenários internacionais e nacionais, que envolve não só a Paraíba, mas todo o território nordestino.

Esse processo de reorientação revela como estava a relação entre o capital mercantil e o capital industrial, este último no início, mas que cada vez mais empunha força na conjuntura histórica estudada, via no processo de submissão do capital mercantil a possibilidade de reprodução através da pressão de eliminação das barreiras regionais, essa pressão era feita tanto dentro de uma perspectiva do Estado, pressionando para que essas barreiras fossem extintas, tanto quanto através de competições regionais através de trocas de mercadorias entre produtos do setor primário com produtos industrializados.

Frente a crise de 1929 não existia outra alternativa a não ser o investimento na produção do algodão, isso se deve principalmente por dois fatores principais: o

primeiro se deve ao fato do algodão ser cultivado em roçado, logo a plantação de algodão possibilita também a plantação de produtos de subsistência (milho e feijão) fazia com que o proprietário tivesse a obtenção de mais de um produto abaixo custo. O segundo fator e não menos importante se deve a relação entre a comercialização do algodão brasileiro com a Alemanha, essa comercialização funcionava através do sistema de marcos compensados, ou seja, ocorriam trocas diretas de mercadorias brasileiras por mercadorias alemãs.

Com o início da Segunda Guerra Mundial, o fim do comércio com a Alemanha provocou a partir de 1940 uma mudança no sistema produtivo paraibano, isso porque o espaço algodoeiro paraibano não encontra outros mercados para vender seus produtos, tendo em vista que a Alemanha era um dos principais produtos do estado. Uma outra variante que deve ser colocada em análise neste trabalho é com a diversificação do espaço cafeeiro de São Paulo que a cidade paulista se torna na principal produtora de algodão do Brasil.

O processo de regionalização e industrialização do Nordeste, ou seja, de pensar o Nordeste enquanto espaço submetido ao Sudeste do país, se operou mais intensamente durante meados do século XIX. Esse processo de reorganização acaba por criar as condições de um desenvolvimento atrelado à divisão internacional do trabalho, estruturando os países dominantes ao mesmo tempo em que pensavam os espaços periféricos. Junto à dinâmica do capital industrial, essa divisão internacional do trabalho condicionada à emergência da região cafeeira faz com que a lavoura tradicional nordestina entre em crise e o espaço produtivo do Nordeste seja transferido para o Sudeste do país.

A Paraíba que observava os anos de 1930 como os anos do investimento no algodão viu sua produção de algodão ser reduzida drasticamente. Para que possamos ter uma ideia, segundo a historiadora Laura Helena Baracuby Amorim, na década de trinta todos os municípios do estado tinham plantação de algodão, a não ser a cidade de Cabedelo. Uma mudança importante é feita nesse período, que é a substituição do algodão pelo sisal, plantação essa que vai estimular a ocupação da mesorregião da mata paraibana que é onde está localizada a cidade de Mari. A alteração no quadro produtivo paraibano pode ser notada, segundo Amorim, por causa principal da relação entre trocas desiguais com o sudeste do país:

Foi no próprio setor agrícola onde se explicitaram os seus vestígios mais negativos. O aprofundamento das trocas comerciais regionais nesse período foi determinado pelas necessidades do capital localizado no Sudeste, mas o impulso de expansão do mercado nacional, em nada garante quanto à continuidade da aquisição de excedente de matérias-primas produzidas na Paraíba. (AMORIM, 1999, p. 51)

A tendência com essa medida de intercâmbio comercial com o sudeste do país em especial com São Paulo acabou por rebaixar mais ainda os preços dos produtos paraibanos, o maior exemplo disso seja o setor dos produtos alimentares, que no censo de 1940 e 1960 apresenta um crescimento mediano, entretanto o censo de 1970 que data dos anos 60 pode-se notar uma queda na produção alimentar e esses são um dos principais fatores para um processo de organização dos camponeses em movimentos sociais.

O estudo de Amorim (1999) compreende os anos de 1940 até 1970 é marcado por várias oscilações na economia paraibana, isso vai desde o setor da lavoura comercial³ até a lavoura de alimentos básicos, ou seja, naquele dedicado à produção de alimentos primordiais, como pode-se observar nos dois quadros abaixo. O primeiro é referente a produção da lavoura comercial no entre décadas de 1940/70.

Quadro III: Produção da lavoura Comercial da Paraíba entre 1940/1970

PRODUTO	PRODUÇÃO/TONELADA	DÉCADAS
ALGODÃO	103.347	1940
	18.691	1970
CANA-DE-AÇÚCAR	436.249	1940
	435.439	1970
ABACAXI	133.806	1950
	51.160	1970

³ Por lavoura comercial se entende toda a produção de: algodão, cana-de-açúcar, abacaxi, agave, batata-inglesa, inhame e tomate enquanto produção de alimentos básicos são feijão, milho, arroz, mandioca, batata-doce, bananas, laranja e manga.

AGAVE (SISAL)	716.474	1950
	1.120.477	1970
BATATA - INGLESA	3.546	1950
	2.042	1970
INHAME	12.192	1960
	5.417	1970
TOMATE	735	1960
	5.417	1970

Fonte: atividades produtivas da Paraíba (1500 - 1930)

O que se pode perceber com esses dados é que a redução no cultivo do algodão e a desorganização da produção algodoeira paraibana são decorrentes da carência de mercados e também da forte concorrência na produção do algodão paulista. A segunda tabela estudada nesta parte do texto tem como objetivo compreender a produção paraibana de produtos ligados à agricultura de alimentos. Lembrando que esses dados são fruto da pesquisa de Amorim ao arquivo da Associação Comercial da Paraíba além de dados obtidos através de censo do IBGE do período estudado.

Quadro IV: produção da lavoura comercial paraibana entre 1940 e 1970

PRODUTO	PRODUÇÃO/TONELADA	DÉCADA
---------	-------------------	--------

FEIJÃO	18.598 45.407 71.893 33.740	1940 1950 1960 1970
MILHO	47.855 104.860 118.360 56.385	1940 1950 1960 1970
ARROZ	6.100 14.968 14.493 9.545	1940 1950 1960 1970
MANDIOCA	291.471 209.675 não há dados 246.927	1940 1950 1960 1970
LARANJA	389.908 465.948 760.887 64.636	1940 1950 1960 1970
BANANA		1940

	2.680.446	
	2.103.078	1950
	3.139.099	1960
	3.087.473	1970

Importante salientar que esses dados estão ligados a uma conjuntura histórica e é também construído por mãos e mentes humanas. Uma das propostas desse trabalho é resgatar uma perspectiva da história econômica que esteja atrelada na perspectiva marxismo, logo, entender como funcionava a infraestrutura econômica paraibana, fazer uma breve síntese sobre a estrutura fundiária, as relações sociais de produção e a estrutura social, como condicionantes para entender quais foram as respostas da classe trabalhadora paraibana a toda essa série de fatos e conjunturas históricas.

Um dos objetivos principais deste capítulo é construir uma discussão que tenha como ponto de partida a formação da estrutura agrária da Paraíba para que possamos compreender o fenômeno das ligas camponesas. Vale salientar que a diminuição da produção de subsistência na década de 1960 e 1970 está intimamente ligada a acontecimentos que podem ser demarcados historicamente a partir da década de 1940.

O primeiro fato é que a aceleração das trocas comerciais com a região sudeste criou uma competição desigual entre as matérias primas produzidas no estado e os produtos industrializados da Região Sudeste, fazendo com que ocorresse um aumento da lavoura comercial para tentar compensar os prejuízos dessa troca desigual. O segundo ponto é que os principais responsáveis pela produção, (pequenos posseiros, pequenos proprietários, moradores, foreiros, arrendatários e etc) passam por um processo de pressão por parte dos latifundiários que vão desde elevação do foro, expulsão das terras e diminuição das áreas a serem cultivadas que afetam diretamente a agricultura de subsistência.

O segundo ponto nos leva diretamente ao terceiro, tendo em vista que essa pressão feita pelos latifundiários locais gerou um acirramento da luta de classes fazendo com que muitos dos sujeitos que eram explorados buscassem se organizar através das ligas camponesas. O quinto ponto e não menos importante é a “paz agrária” que tinha como objetivo silenciar as manifestações populares e que, além disso, acaba por garantir, segundo Amorim (1999) as conquistas anteriores de apropriação de terras aumentando assim a concentração fundiária no estado da Paraíba.⁴

Esses quatro pontos estão intimamente ligados à conjuntura histórica do período, pois a posição da agricultura paraibana a partir da década de 1940 é fruto das contradições que um espaço produtivo desigual e subordinado poderia ter. No mercado externo pode-se observar que a agricultura paraibana estava à mercê de medidas extremamente instáveis fazendo com que a agricultura paraibana fosse incapaz de manter mercados atrativos para escoar sua produção. No mercado interno o que se pode observar é que o setor da agricultura paraibana esteve ligado a um pequeno grupo latifundiário que ao enfrentar a crise vivida pelo setor toma uma opção de classe que é aumentar o processo de monopólio sobre a terra cultivável e junto disso uma exploração extremamente desumana a classe trabalhadora do período.

1.2 A Formação do Grupo da Várzea

A década de 1930 representava um salto para a economia paraibana, com o investimento na produção de algodão, entretanto, essa situação muda a partir da década de 1940 quando a economia paraibana passa a sofrer um processo de baixo investimento na máquina industrial e supressão do capital industrial paulista. Além disso, não se pode esquecer que a Revolução de 1930 trouxe repercussões no estado, ocorrendo uma reorganização das elites locais que se recompõem e se rearticulam mantendo a base do latifúndio como determinante na política.

Analisando a reorganização das elites paraibanas com o recorte de 1889 até 1945 tem como base a pesquisa de mestrado de Eliete Gurjão intitulada: “O poder

⁴ Os dados sobre a concentração fundiária foram tirados do texto de Amorim intitulado: A Economia Paraibana na etapa da articulação comercial (1930- 1970) a autora teve acesso ao cálculo do índice de GINI retirados do banco de dados da linha temática “Questão Agrária na Paraíba” localizado no programa de pesquisa do núcleo de documentação e informação histórica regional, órgão suplementar da UFPB.

oligárquico na Paraíba: descontinuidade e recriação” estuda o processo organizativo das oligarquias locais com esse recorte de se perceber que o período de 1889 até 1930 marca um processo de consolidação do sistema oligárquico. Junto a isso o processo de regionalização do Nordeste que proporciona cada vez mais um aprofundamento da divisão nacional do trabalho, favorecendo, sobretudo, uma burguesia sudestina.

Entre 1930 até 1945 o que se pode perceber é que as mudanças nos parágrafos anteriores (grande crise 1929, Primeira Guerra Mundial e crise econômica no estado) iniciado com a ruptura do pacto oligárquico que mantinha a base no bloco dominante durante a Primeira República, para Eliete Gurjão, o pós Revolução de 1930 pode ser sentido através de um processo de reorganização onde as elites locais se recompõem e continuam com seu poder econômico condicionando assim a dominação política. Vale o destaque que a dominação se deu através da estrutura agro-exportadora que é citada nos dois tópicos anteriores, estrutura essa que é advento da nossa formação histórica, essa "reorganização", pode ser vista na composição política.

Pode-se perceber que a manutenção da estrutura agrária e da superestrutura oligárquica da Paraíba está inserida nos mecanismos de transição para a constituição do chamado Estado Nacional, onde a estrutura agrária se mantém e se redefine no período pós- revolução de 1930, entre 1930/45 tanto em plano das relações gerais (nacionais) quanto no plano mais atrelado à política local. A insistência da tradicional estrutura agrária e de dominação na Paraíba complexificou um conjunto de relações capitalistas no campo paraibano e preservou uma estrutura agrária no que privilegiava a preservação da base econômica das oligarquias que tinham no setor agro-exportador a sua mina de ouro, mina essa construída em cima de mãos e enxadas de trabalhadores. Para pensarmos o conflito de Mari também se faz necessário entender um pouco do cenário eleitoral das eleições para governador e presidente da República em 1960. Essa campanha tinha como objetivo eleger presidente da república e governador em uma época em que se permitia a escolha de vices de partidos diversos.

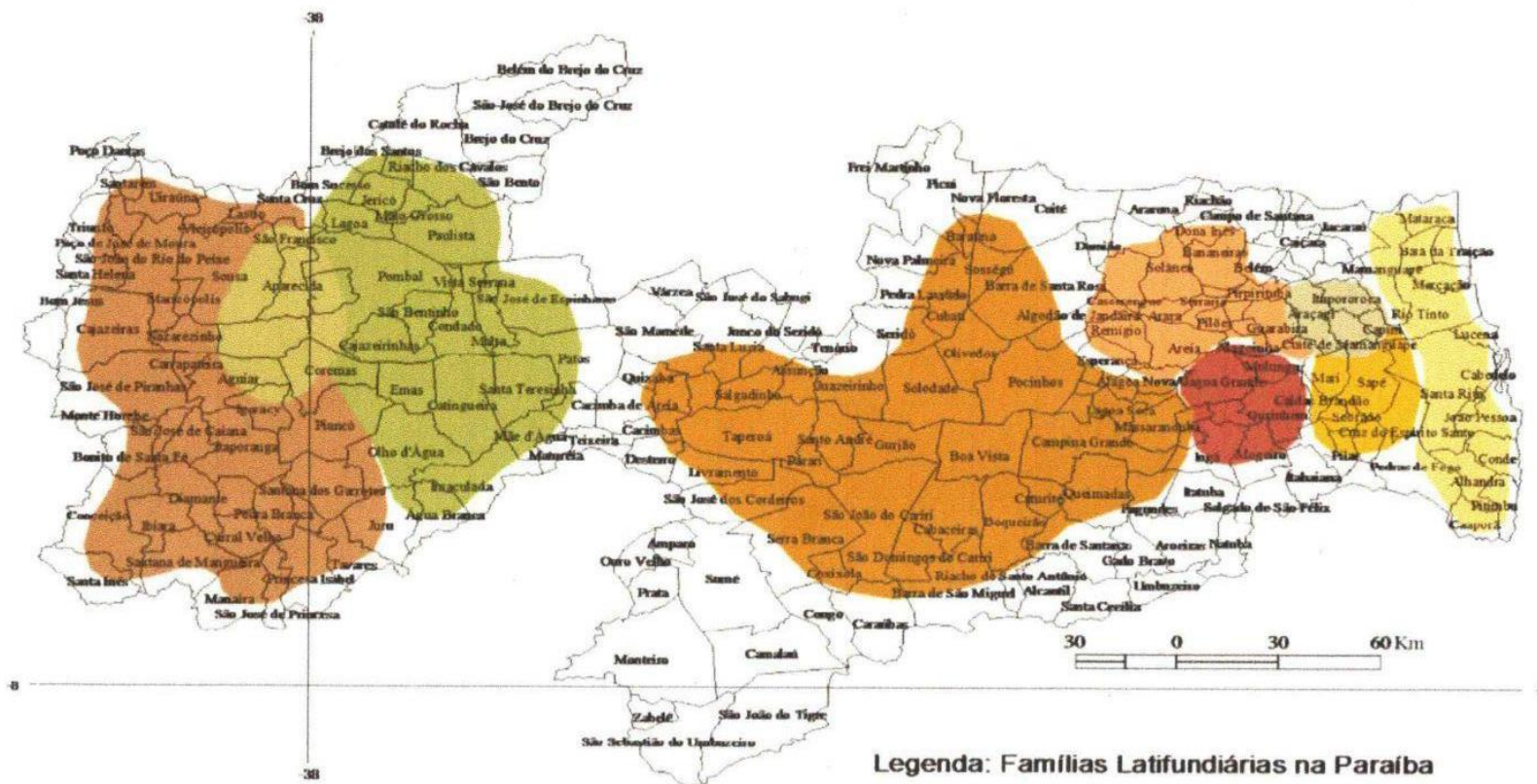
Vale a pena falar disso, pois os debates em torno da eleição também reverberam em uma conjuntura histórica onde o debate sobre as ideologias ganhava cada vez mais força, quando se fala de debate sobre as ideologias é importante que se tenha a noção de que o debate sobre o nacionalismo, desenvolvimento do

Nordeste, combate aos trustes estrangeiros e volta das relações diplomáticas com o bloco socialista que existia tanto em grupos gondinistas que eram a favor de Jânio Quadros quanto em grupos pessedistas que estavam alinhados ao João Goulart e aos trabalhistas, nacionalistas do MNB e comunistas. A grande vitória tanto de Quadros quanto de Gondim aqui na Paraíba tem uma relação espacial de votos diferente, pois a maior parte dos votos de Gondim foi fruto de áreas operárias onde se tinha uma forte base da esquerda operária, embora também fosse votado por camponeses e por frações da burguesia, imprimindo em escala paraibana o populismo nacional e a tentativa da conciliação de classes.

No texto de Monique Cittadino (2014), intitulado, Pedro Gondim: um governador entre Deus e o Diabo, a autora discute sobre o caráter conciliador do governo de Gondim de 1961-1966, isso tem base, segundo a autora, o governo de Gondim se baseava em uma política populista, a leitura de Monique sobre o populismo tem influência de Francisco Weffort, onde o autor conceitua o populismo não apenas como uma ferramenta manipuladora das classes dominantes sobre as classes populares. A leitura do populismo de Weffort na qual Cittadino bebe é de um populismo que absorve como um modo de expressão das demandas das classes populares e da incorporação desses grupos políticos que até então era excluídos do jogo político.

Ao final da década de 1940 o que se podia perceber na política paraibana era a forte influência de um grupo denominado: “Grupo da Várzea”, esse grupo era composto por algumas famílias possuidoras de vasta extensão de terra e de usinas de cana de açúcar que majoritariamente estavam situadas na várzea do Rio Paraíba, o termo “Grupo da Várzea” é determinado pelas condições geográficas do Rio Paraíba e também pela força que o capital açucareiro tinha na economia paraibana. É importante compreender o “Grupo da Várzea” como algo fruto do processo histórico do capitalismo brasileiro, as principais cidades onde se podia observar a influência direta do mesmo eram os municípios de Sapé, Santa Rita, Cruz do Espírito Santo, Mari, Pilar, Alagoa Grande e Itabaiana. As principais famílias que faziam parte do “Grupo da Várzea” eram os Ribeiro Coutinho e os Veloso Borges, evidentemente que outras famílias também interferiam na vida política, social e econômica do estado, destaque aqui os Lundgren e os Santiago, porém, nesta pesquisa por efeito metodológico tenha que me debruçar apenas sobre os Ribeiro Coutinho e os Veloso Borges.

(Mapa sobre domínio territorial das famílias latifundiárias da Paraíba. Fonte: MARTINS, p.18)



Sistematização dos dados: Marco Antonio Mitidieiro Junior
 Elaboração do mapa temático: Aline Barboza de Lima
 Fonte: Entrevista com Frei Anastácio

Legenda: Famílias Latifundiárias na Paraíba

- | | | |
|---------------------|------------------------|-----------------|
| Borges | Cunha Lima | Lundgren |
| Carneiros / Pereira | Fernandes | Mota |
| Borges / Ribeiro | Guadêncio / Cunha Lima | Rolim / Gadelha |
| Coutinho | | |

As principais figuras da família Ribeiro Coutinho foram lideranças provenientes do século XX que foram Flávio Ribeiro Coutinho e Renato Ribeiro Coutinho, já do lado dos Veloso Borges, o Aguinaldo foi a liderança de maior destaque por parte das oligarquias paraibanas. A antropóloga canadense Margo Matwychuck, em seu trabalho de doutorado intitulado: “Estratégias de casamento, história de mulheres e experiências de mulheres entre famílias de usineiros em Paraíba, Brasil”, que estuda como se formaram as elites oligárquicas paraibanas através dos casamentos, afirma que as duas famílias já exerciam uma forte influência na região desde o Império e chegam ao período republicano já ocupando cargos de poder enquanto latifundiários.

A família Ribeiro Coutinho tal qual conhecemos é fruto do matrimônio de João Úrsulo Ribeiro Coutinho com Ana Maroja. João Ribeiro Coutinho que era pernambucano, filho de um, nas palavras de Margo Matwychuck, não ilustre dono de engenho de Pernambuco, veio para Paraíba para se casar com Ana Maroja, que era irmã de Flávio Maroja, participante da primeira Assembleia Constituinte republicana e fundador do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). O casal teve um total de doze filhos sendo cinco homens e sete mulheres, pouco se tem registro sobre a atuação das filhas do matrimônio, entretanto, a pesquisa de Margo Matwychuck levanta alguns pontos interessantes sobre essa questão:

As sete filhas de João e Anna e seus descendentes tiveram algumas vezes um papel menor dentre aqueles que se mobilizavam no estado e seus laços de parentesco com os dominantes Ribeiro Coutinho são mínimos e subordinados. Duas das sete filhas (Francisca Leocadia e Severina) nunca se casaram, embora uma delas fosse uma acionista ativa, por certo tempo, numa das usinas de seu irmão. Outras duas filhas (Maria Rangelina e Octavia) casaram-se com proprietários de engenhos locais relativamente mal-sucedidos e raramente são mencionadas. Outra filha, Debora Úrsula, casou-se com um oficial militar e político de uma família de profissionais da capital. Ele tinha laços de parentesco importantes com a elite política do estado. Com a notável exceção de sua filha Berenice, que casou com o irmão de sua mãe (Flávio), nenhum de seus descendentes teve alguma visibilidade especial no estado (Margo Matwychuck, 1998).

Um ponto que chama bastante atenção é perceber como o casamento é utilizado como uma estratégia no processo de acumulação e manutenção do capital, tanto o caso de Flávio onde ele casou com sua sobrinha com o intuito de manter os bens materiais dentro da própria família, o caso de João Úrsulo ter se casado com

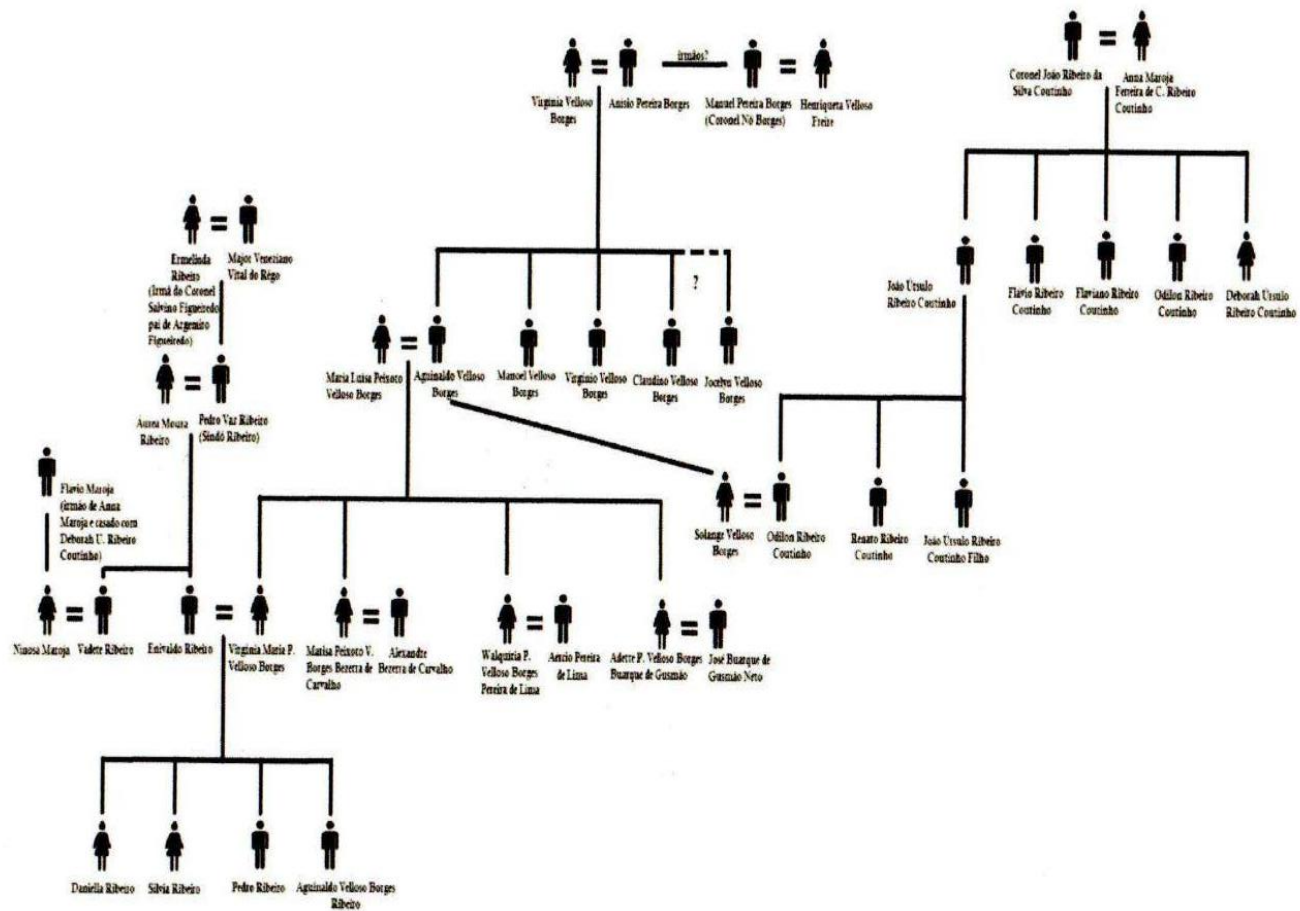
Helena Pessoa, que trouxe um condão que proporcionou a família a compra de inúmeras terras um outro ponto que chama atenção que dos quatro filhos homens (Odilon, Flávio, Flaviano e João Úrsulo) todos tenham formação de nível superior, destaco aqui dois dos filhos que são Flávio e João Ursulo, isso porque, o segundo, em 1928, já testava álcool em seus tratores e se casou com Helena Pessoa, herdeira da Usina Aliança. Enquanto isso Flávio, com a morte de João Úrsulo Ribeiro Coutinho, em 1930, toma a dianteira dos negócios da família e passa a ampliar a movimentação política que antes era ocupada pelo seu tio Flávio Maroja.

O destaque sobre Flávio Ribeiro Coutinho é extremamente necessário, pois, o latifundiário e político paraibano também fundou e presidiu a UDN, importante ressaltar que Flávio presidiu a UDN até o seu último dia de vida. Além disso, foi presidente da Assembleia Constituinte estadual de 1947. Em 1955 Flávio foi eleito governador do Estado da Paraíba com 90, 35% dos votos computando cerca de 180 mil votos, o vice governador eleito foi Pedro Gondim, do PSD que viria assumir o governo do estado depois do AVC que Flávio Ribeiro Coutinho sofre. Pedro Gondim será governador da Paraíba no período do conflito de Mari. Outro ponto importante que deve-se destacar sobre esta família é que Odilon, o primogênito, foi o único a herdar consigo o sobrenome Maroja (elite tradicional da paraíba), segundo Margo Matwychuck isso, foi uma estratégia de João Ribeiro (pai) de tentar não se atrelar a antiga oligarquia e projetar a construção de uma nova elite. A tese defendida por Marciano Monteiro, intitulada: “A política como negócio de família: herdeiros e a força dos capitais no jogo político das elites na Paraíba (1985 - 2015)” destaca que a família Ribeiro Coutinho se encruzilha com os Figueiredo, Vital do Rêgo, com a família Cabral e com os Ribeiro de Enivaldo Ribeiro, pai de Daniela Ribeiro (senadora da república) e Agnaldo Ribeiro (deputado federal e ex-ministro) e com os Velosos Borges.

Imagem (João Úrsulo Ribeiro Coutinho Filho e Helena Pessoa)



(Diagrama da família Veloso Borges e do entroncamento com outras famílias. Fonte: MARTINS, p.165)



(Diagrama da Família Veloso Borges e do entroncamento com outras família. Fonte: MARTINS, p.165)

Como se pode observar nos parágrafos acima, uma das estratégias de permanência no poder era através dos casamentos. Sobre isso, o trabalho de Luanna Louyse Martins Rodrigues que estuda o processo de judicialização da questão agrária e a violência no campo da Paraíba no caso Margarida Maria Alves afirma a partir da leitura de Linda Lewin (1991): A reprodução das oligarquias na Paraíba deixou como herança para os alicerces da economia política no estado: 1) a resolução de conflitos por meio da violência entre famílias; 2) a importância assumida pela linhagem como base para a reivindicação do direito à autoridade política; e 3) a participação da família como fundamento dos direitos sobre a terra (RODRIGUES, 2018).

Através do que tenho lido nesta pesquisa, as principais famílias que compunham o Grupo da Várzea eram: Ribeiro Coutinho, Velloso Borges, Lundgren e Gadelha. Diferentemente da família Ribeiro Coutinho, a família Velloso Borges tem poucas pesquisas sobre sua atuação. O que se sabe é que o núcleo familiar era formado por quatro irmãos que eram: Aginaldo Velloso Borges, Virgínio Velloso Borges, Manuel Velloso Borges e Claudino Velloso Borges, todos eles são naturais da cidade de Pilar onde estão localizadas parte de suas terras.

Filhos de Virgínio Velloso Borges e de Anísio Pereira Borges destaco aqui que os quatro filhos tinham formação superior, no exemplo de Virgínio Velloso Borges (filho) o que se pode observar é que ele tinha formação em medicina e era farmacêutico. Além disso, destaco aqui que Virgínio foi um dos fundadores da Ação Integralista Brasileira em Santa Rita, além disso, outro ponto importante é que a filha de Virgínio Velloso Borges, Germana Velloso Borges se casou-se com João Úrsulo Ribeiro Coutinho Filho, que era filho de Helena Pessoa com João Úrsulo Ribeiro Coutinho. Já Manuel Velloso Borges, era médico e foi deputado estadual da Paraíba em 1929 e em 1933 e, além disso, foi senador da república em 1935. Além desses dois filhos destaca-se também o filho mais novo Aginaldo Velloso Borges que será peça primordial no “Grupo da Várzea”, Aginaldo teve participação fundamental na morte de João Pedro Teixeira e de Margarida Maria Alves, ambas lideranças camponesas em momentos históricos distintos.

Inauguração da sede da Associação Integralista Brasileira - PB em 1935.



Fonte: Jornal Brasil de Fato Paraíba, disponível em: <https://www.brasildefatopb.com.br/2021/03/24/dossie-grupo-da-varzea-parte-ii-era-de-interventores-e-de-consolidacao-de-imperio>

Outro destaque é sobre como as famílias que reagiram a Revolução de 30, isso porque, o que se pode observar é que os Velloso Borges estavam fechados com o grupo aliancista, ou seja, apoiando as candidaturas de Getúlio Vargas e de João Pessoa, enquanto que os Ribeiro Coutinho estavam juntos do grupo denominado perrepistas que apoiava o presidente deposto Washington Luís. Através disso o que se pode perceber é que a influência dos Velloso Borges na década de 1930, período do governo provisório alçando um dos seus familiares ao senado federal é muito por conta dessa relação que ocorreu na eleição de 30.

Na eleição de 1930, apesar de ter sido eleito deputado estadual, Manuel Velloso Borges não exerceu o mandato por conta da extinção de todos os cargos eletivos através do governo provisório, para que se tenha uma ideia na eleição de 1933 apenas 2,35 % da população paraibana votava, gente o suficiente para eleger Manuel Velloso Borges como deputado constituinte pelo Partido Progressista (PP), além disso, ele teve seu mandato prorrogado pela constituição de 1934 até meados de 1935.

Ainda em 1935, Manuel Velloso Borges e José Américo, (que tinham relação familiar), foram eleitos de maneira indireta para o Senado. Vale destacar que na década de 1930 o paraibano José Américo detinha em suas mãos o Ministério da Viação e Obras Públicas e o que se pode observar é que ocorreu uma série de políticas de favorecimento envolvendo terras da família Velloso Borges. Ainda por volta de 1934/1935 ocorrera outra mudança no cenário político paraibano que é a adesão por parte de Flávio Ribeiro Coutinho ao Partido Progressista, ou seja, ao partido de situação. Depois disso o que se pode perceber é uma intensa ocupação de cargos políticos estratégicos, um desses exemplos é a Associação Comercial, que era historicamente, dominada pela família Velloso Borges e passa a ser substituída pela família Ribeiro Coutinho. Vale o destaque de que no que se tem escrito sobre o “Grupo da Várzea” essas movimentações não se tratava de oposições internas, e sim, de alternância de poder entre as próprias oligarquias do que dissidências ideológicas.

Importante salientar que durante os governos Vargas as medidas políticas e econômicas de industrialização que já foi abordado em momento anterior desta dissertação, criação de um Estado Nacional que fosse centralizado e com uma forte tendência ao autoritarismo e construção de um arcabouço legal de proteção social aos trabalhadores das cidades. O que se pode observar é que essa articulação entre a família Ribeiro Coutinho e os Velloso Borges acaba por se tornar um marco

importante daquilo que viria ser na década de 1950 denominado de “Grupo da Várzea”. Importante identificar alguns episódios que delimitam essa espécie de plântula que vai gerar o Grupo da Várzea, a primeira é um acordo entre os Ribeiro Coutinho e os Velloso Borges sobre o controle da cidade de Santa Rita onde estava a maior parte das Usinas da família Ribeiro Coutinho e a Fábrica Tibirí garantindo a vitória de Flávio Maroja Filho, sobrinho de Flávio Ribeiro Coutinho. Um outro fato que mostra essa movimentação intra-oligárquica é justamente as eleições de 1947 onde através da mobilização das duas famílias o grupo de latifundiários construíram unidade em torno do nome de Oswaldo Trigueiro que foi eleito governador pela UDN. Essa mobilização em torno do nome de Oswaldo Trigueiro ficou conhecido na historiografia paraibana como acordo da várzea.

Um exemplo dessa ocupação dos cargos de poder do executivo e do legislativo por parte dessas famílias pode ser ilustrado através das duas tabelas utilizadas abaixo, com duas séries históricas- (1930 - 1945) e (1960 - 2010)- diferentes. A primeira tabela é em relação ao final da década de 1940 até o fim da década de 1950 mostrando a ocupação de cargos públicos pelas principais lideranças das duas famílias, já a segunda tabela é em uma série histórica da ocupação de cargos da família Ribeiro Coutinho até os dias atuais.

Quadro V: MEMBROS DO GRUPO DA VÁRZEA CANDIDATOS A CARGO LEGISLATIVO E EXECUTIVOS MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL (1945 - 1955)

NOME	CARGO	ELEITO	ELEIÇÃO
João Úrsulo R. Coutinho Filho	Deputado Federal	SIM	1945
Aguinaldo Velloso Borges	Prefeitura de Pilar	SIM	1947
Luis Ignácio Ribeiro Coutinho	Prefeito de Sapé	SIM	1947
Flávio Maroja Filho	Prefeitura de	SIM	1947

	Santa Rita		
Renato Ribeiro Coutinho	Deputado Estadual	SIM	1947
Aguinaldo Veloso Borges	Deputado Estadual	SIM	1947
Luís Ignácio Ribeiro Coutinho	Deputado Estadual	SIM	1950
Flávio Ribeiro Coutinho	Deputado Estadual	NÃO	1950
Otávio Ribeiro Coutinho	Deputado Estadual	NÃO	1950
Renato Ribeiro Coutinho	Vice - Governador	NÃO	1950
João Ursúlo Ribeiro Coutinho	Deputado Federal	Não	1950
Virgínio Veloso Borges	Senador	SIM	1950
João Ursúlo Ribeiro Coutinho Filho	Deputado Federal	SIM	1952
Aguinaldo Veloso Borges	Deputado Estadual	SIM	1954
Jocelyn Veloso Borges	Prefeitura de Pilar	SIM	1954
Cassiano Ribeiro Coutinho	Prefeitura de Sapé	SIM	1955
João Crisóstomo Ribeiro Coutinho	Prefeitura de Santa Rita	SIM	1955
Renato Ribeiro Coutinho	Deputado Federal	SIM	1966
Luis Ignácio Ribeiro Coutinho	Deputado Estadual	SIM	1955
Flávio Ribeiro Coutinho	Governador	SIM	1955

Fonte: <https://www.tre-pb.jus.br/>., Martins (2018), página 153.

Quadro VI: MEMBROS DO GRUPO DA VÁRZEA CANDIDATOS A CARGO LEGISLATIVO E EXECUTIVOS MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL (1958 - 2021)

NOME	CARGO	ÚLTIMA ELEIÇÃO
Flaviano Ribeiro Coutinho	Deputado Federal	1962
Flaviano Ribeiro Coutinho Filho	Deputado Federal	1966
Flaviano Ribeiro Coutinho Filho	Deputado Estadual	1958
Flaviano Ribeiro Coutinho Filho	Suplente Senador	1970
Flávio Maroja Filho	Deputado Estadual	1958
Flávio Ribeiro Coutinho	Deputado Estadual	1950
Flávio Ribeiro Coutinho	Governador	1955
João Úrsulo Ribeiro Coutinho	Deputado Federal	1958
Marcos Odilon Ribeiro Coutinho	Prefeito	1960
Marcos Odilon Ribeiro Coutinho	Deputado Estadual Suplente	1962
Marcos Odilon Ribeiro Coutinho	Prefeito	1976
Marcos Odilon Ribeiro Coutinho	Deputado Estadual	1982
Marcos Odilon Ribeiro Coutinho	Prefeito	1988
Marcos Odilon Ribeiro Coutinho	Prefeito	2004
Marcos Odilon Ribeiro Coutinho	Prefeito	2008
Flaviano Quinto Ribeiro Coutinho	Deputado Estadual	2006

Fláviano Quinto Ribeiro Coutinho	Deputado Federal Suplente	2010
Aguinaldo Velloso Borges	Deputado Federal	2010
Daniela Velloso Borges Ribeiro	Deputada Estadual	2010

Fonte: <https://www.tre-pb.jus.br/>.> Martins (2018), página 153..

O que se pode observar a partir de 1947 é uma ocupação cada vez mais permanente dos Velloso Borges e dos Ribeiro Coutinho nos cargos de poder da Paraíba, isso porque, tanto Flávio Ribeiro Coutinho quanto Renato Ribeiro Coutinho fizeram parte da elaboração da constituição estadual, Flávio foi presidente da casa e Renato Ribeiro Coutinho assumiu a Comissão de Produção, Estatística, Viação e Obras Públicas. O acúmulo criado desde a década de 1950 pode ser observado quando em 1955 Flávio Ribeiro Coutinho fora eleito através de um acordo como governador da Paraíba com mais de 90 % dos votos válidos.

Pode-se observar através do que se tem produzido sobre o tema que o período da década de 1950 e 1960 foi de consolidação do “Grupo da Várzea”, junto a isso o que se pode perceber enquanto resposta a isso uma intensa mobilização social por parte dos trabalhadores, principalmente os trabalhadores rurais na Paraíba como uma forma de resposta conjuntural. A resposta a isso pode ser observada através do acirramento que pode ser observados com os dois acontecimentos de 1962: o primeiro é o conflito no Engenho Miriri onde camponeses entraram em conflito com funcionários do latifúndio e o resultado foi o fuzilamento dois camponeses, tombaram no conflito, dois funcionários do latifúndio, o destaque pra esse conflito é a morte do presidente da liga camponesa de Miriri, Alfredo do Nascimento que acabou sendo uma das vítimas do latifúndio. Já o segundo ponto trata-se da morte de João Pedro Teixeira que foi assassinado a mando do “Grupo da Várzea” em uma emboscada, vale salientar que a morte de João Pedro aconteceu menos de um mês depois da morte de Alfredo do Nascimento e o conflito em Miriri.

O terceiro ponto foi um conflito que ocorreu em 1963 e que poucas vezes é retratado na produção historiográfica sobre o tema que foi a morte de Rubens Régis que era tesoureiro da Associação dos Proprietários Rurais (espécie de “Liga” dos Latifundiários), após um despejo de um camponês de uma área que tinha sido reconstruída pelos camponeses após os latifundiários derrubarem os casebres, a

comitiva que participou desse despejo contava com Aguinaldo Velloso Borges e Joacil Pereira, de outro casebre saíram os tiros que mataram Rubens Régis que ficou conhecido pela imprensa local depois da sua morte como o “João Pedro de Lá”. Já o quarto ponto a ser considerado nesta conjuntura é justamente o conflito que é a base de estudo deste trabalho onde na cidade de Mari, no dia 15 de janeiro do ano de 1964, depois de um conflito Fazenda Santa Rita, terra da esposa de Renato Ribeiro Coutinho, acontece o conflito mais sangrento em relação à luta pela terra aqui na Paraíba, onde morreram cerca de 11 pessoas sendo sete delas funcionários do latifúndio e quatro camponeses.

1.3 Pedro Gondim: Um governador entre Deus e o Diabo na Terra do Conflito

Nascido em Alagoa Nova, no dia 1º de maio de 1914, Pedro Moreno Gondim era filho de um pequeno produtor rural que acabou, por questões financeiras, o seu pai foi enquadrado no funcionalismo público. Pedro Gondim fez seu curso primário na sua terra natal (Alagoa Nova), estudou o secundário na cidade de João Pessoa e cursou direito na Faculdade de Direito do Recife, dois anos depois de ter entrado na Faculdade de Direito. Gondim passa a advogar, principalmente na região de Areia e Alagoa Nova, o que fez com que ele tivesse uma forte popularidade na região. No período de redemocratização em 1945, Ruy Carneiro, líder do PSD, convida Pedro Gondim para participar de uma disputa para a vaga de deputado estadual na Assembleia Estadual, Gondim é eleito por dois pleitos seguidos (1945 - 1950). Vale o destaque que em, 1950, Pedro Gondim é convidado por José Américo (Governador do Estado) para assumir a secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas, pasta de extrema importância, isso porque não se deve perder de vista o caráter estratégico desta pasta, principalmente por esse período ser também o período onde a “indústria da seca” na Paraíba se consolidou.

Segundo Monique Cittadino (2014) neste momento é que se consolida e que começa a se definir os grupos de apoio do “gondinismo”, partindo das leituras do próprio Pedro Gondim, onde ele mesmo diz que o seu discurso mobilizava a classe média e o proletariado. O Pedro Gondim é um autêntico representante do populismo paraibano, isso porque o seu discurso estava presente e fundamentado em um momento de crise de hegemonia, proporcionada principalmente pelas intensas mobilizações sociais que o Brasil passava e conseqüentemente a Paraíba também.

O gondinismo, ou seja, o modelo de governar de Pedro Gondim nada mais é do que a expressão de um determinado tempo e conjuntura histórica, que o colocou no poder através de alianças que são fruto das relações sociais existentes. Ao concluir o seu segundo mandato de Deputado Estadual, Pedro Gondim, indicado pelo PSD participa da chapa da pacificação sendo o vice de Flávio Ribeiro Coutinho, que era o cacique histórico da política paraibana pertencente a UDN. A eleição estadual de 1955 é destacada pela altíssima porcentagem a favor de Renato Ribeiro Coutinho, 90,5 % porcentagem essa que dificilmente se repetirá na história política paraibana, já Pedro Gondim foi eleito vice e na composição política, com a doença de Flávio Ribeiro Coutinho e o seu afastamento, com o afastamento de Renato Ribeiro Coutinho o pleito que só viria acontecer em 1960 se antecipa, vale o destaque que de 1958 até 1960 Pedro Gondim assumiu o governo da Paraíba.

Ele renuncia ao governo no final de 1959, pois era necessário já que ele iria tentar ser eleito governador na eleição de 1960, com a saída do Governo, Pedro Gondim sai também conseqüentemente do PSD, isso porque o cacique político do PSD da época era Ruy Carneiro que já tinha planos de indicar seu irmão Janduhy Carneiro como candidato a governador. É interessante notar que a partir da saída de Pedro Gondim do PSD e sua ruptura com a família Carneiro, cria também uma tensão nas próprias elites locais já que o discurso de saída e da campanha de Pedro Gondim é ancorada na denúncia do velho e a insurgência da transformação, é só observarmos o famoso telegrama de despedida de Pedro Gondim ao PSD em 1960, onde ele manifesta a célebre frase: “prefiro ser expulso por rebeldia a ser condecorado por subserviência”.

As eleições estaduais de 1960 foram extremamente disputadas, ao sair do PSD, Pedro Gondim se lança candidato pelo Partido Socialista Brasileiro, porém, antes do pleito entra no PDC (Partido Democrata Cristão), por não ter uma máquina política capaz de enfrentar o grupo pessedista, Pedro Gondim constrói um governo de ampla aliança que abordava diversas legendas partidárias: PTB, PDC, UDN, PL e PSB. O único partido que conseguiria se contrapor à máquina partidária do PSD era a UDN, por isso ela faz parte dessa composição que efetiva o gondinismo na Paraíba. A aliança por parte de Pedro Gondim com a UDN é muito representativa, principalmente pelo fato do partido que nitidamente era conservador, e detinha grande parte dos latifundiários estudados neste trabalho, mas que tinha também capilaridade eleitoral, principalmente no Sertão do estado, que era uma região onde Pedro Gondim

tinha pouco apoio, por isso, o escolhido pela UDN para compor a chapa junto com Pedro Gondim foi André de Paiva Gadelha, entretanto, nesta aliança também estavam o conjunto da classe trabalhadora. Compartilho da compreensão de Citadino (2015), a vanguarda deste processo eram os trabalhadores rurais, principalmente as Ligas Camponesas, pois o debate em torno da Reforma Agrária mobilizou tanto camponeses como setores urbanos, como estudantes, intelectuais, jornalistas, profissionais liberais e nacionalistas, formando uma chapa que foi vitoriosa, mas que lembrava uma verdadeira quimera.

Sobre as eleições de 1960 e a crise do populismo no pleito nacional, vale o destaque colocado por Dreifuss (2006): “O veredicto das urnas mostrava que a população brasileira, quando consultada, apoiava uma combinação de reformas populares sociais, de desenvolvimento nacionalista e de austeridade e eficiência administrativas.” A Paraíba também refletia o que acontecia no Brasil, a eleição de 1960 é marcada por isso, Pedro Gondim foi o primeiro governador eleito que não tinha passado pela UDN, entretanto, precisou da UDN por conta da máquina partidária enquanto precisava concomitantemente de um discurso que aproximasse a sua candidatura às demandas populares, e aí entra o papel da esquerda paraibana e principalmente do movimento camponês, através das Ligas Camponesas. Esse conjunto de mobilizações por parte dos trabalhadores, sejam eles do campo ou da cidade demonstrava a evidente crise de hegemonia que o estado vai passar a viver. Com a intensificação da luta de classes no campo, notadamente o Conflito de Mari, se consolidará a crise de hegemonia e o governo abandona os trabalhadores na suposta aliança de classes até então propagada. Segundo Gramsci (1999) em um determinado momento da história os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais naquela da forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos por sua classe ou fração de classe, nesta situação, geralmente temos um processo de crise de hegemonia, essa experiência pode ser também constatado na experiência gondinista de 1960 - 1966.

A mobilização social que vinha em uma crescente nos anos 1950 na Paraíba se acentua nos anos 1960, isso ocorre por motivos diversos, mas cabe destacar aqui a crescente mobilização das Ligas Camponesas e a defesa de sua existência por parte do governador Pedro Gondim através de veículos da imprensa ou mesmo em estudos de sua autoria. É interessante também perceber como o discurso do

governador vai se modificando ao longo do seu mandato e não se deve perder de vistas que em 1964, além do conflito de Mari, que é tema deste trabalho, também ocorre o golpe militar brasileiro. A chave teórica do conceito de crise de hegemonia é fundamental para entender este período e também o governo do Pedro Gondim. Compartilho da mesma leitura de Monique Cittadino (2014) quando ela aponta no sentido de analisar o governo de Pedro Gondim a partir de dois momentos distintos: 1961 - 63 e em 1964. Isso porque em um primeiro momento, o governo estadual tenta manter uma postura de mediador e conciliador das classes, isso como já foi abordado acima se explica pela própria natureza da composição de disputa do pleito estadual de 1960, entretanto, em um primeiro momento o governador chega a defender a existência das ligas camponesas, discurso que entrava em sintonia tanto com a base que lhe apoiou quanto a nível mais geral com as propostas de reformas proposta por João Goulart enquanto presidente.

Durante todo o ano de 1962 através das declarações, seja do jornal oficial do governo (A União) ou através de entrevistas e também de estudos o governador se posicionou favorável às Ligas Camponesas, como é o caso do estudo apresentado no INES onde ele defende uma revisão do regime da terra e denuncia que aquele regime era, sobretudo para manter relações tipicamente “feudais e semi-escravistas”. Neste primeiro momento o que se pode observar é que Pedro Gondim fazia a leitura do problema agrário paraibano como um problema social e não de polícia, e que deveria ser feito o debate dentro da lei e não através de repressão policial, portanto, neste período entre 1961 - 63, apesar dos conflitos aumentarem de forma substancial o governo tentava pregar o discurso de que esse problema não seria resolvido através de repressão, e que as Ligas eram legítimas enquanto instrumento de classe. Sobre o fato de Pedro Gondim tentar ser a figura que tenta mediar as classes e que nesses processos de mediação em um primeiro momento não utilizar a força policial, como podemos ver em sua declaração ao jornal A União no dia 24 de fevereiro de 1962:

O problema da mobilização camponesa excluía-se das atribuições policiais, representando efetivamente, um estado de tensão social, cuja solução, que não pode ser da alçada repressiva da polícia, mas de medidas mais radicais que venham reformar em termos sociais o inquietante problema. (Cittadino,p. 22, 2014).

Entretanto, vale salientar é que foi durante esse período que ocorreram o assassinato de João Pedro Teixeira, espancamento de Pedro Fazendeiro e conflito do Engenho Miriri. Entretanto existia bastante insatisfação por parte dos proprietários por conta da postura adotada por Pedro Gondim em relação as Ligas Camponesas, ao ponto do secretário Sílvio Porto ir à Assembleia Legislativa, defender que as questões vinculadas a disputa pela terra são pertencentes a alçada do Poder Judiciário e não das forças policiais e ainda reafirma que a ação do governo deve merecer aplausos de todos os paraibanos, pois a nossa polícia não está fuzilando, nem desrespeitando o direito dos cidadãos mas colocada em uma posição de equidistância (CITTADINO, 2014). Por governar para tentar conciliar, o governo de Pedro Gondim sofreu ataques tanto de setores mais à esquerda devido a complacência do governo com a violência no campo já que os capangas e funcionários do latifúndio faziam o que bem entendiam e pouco sobrava para eles, um desses exemplos foi quando Assis Lemos e Pedro Fazendeiro foram espancados e também a morte de João Pedro. A pressão também era exercida por parte dos proprietários rurais, a forma de governo de Pedro Gondim que já começou problemático, em meio a uma evidente crise de hegemonia, através de uma quimera eleitoral, sofrer mais pressões por parte dos latifundiários, muitos desses latifundiários pertenciam a UDN, e estavam insatisfeitos com o posicionamento do governo em torno das ligas camponesas, o governador acabou que ficou isolado e a aliança com a UDN começava a ruir.

A partir de 1964 as lutas sociais começam a se acentuar e naturalmente o governo foi colocado na parede tendo em vista que a escalada de tensão social tem seu maior ponto de tensionamento no final de 1963 quando ocorre uma manifestação de estudantes (secundaristas e universitários) que lutavam para que o governo baixasse o preço das passagens de ônibus, porém, essa manifestação foi respondida pelo governo com uma forte repressão policial, inaugurando assim, outra forma de governo de Pedro Gondim, onde a força e violência se tornariam mais presentes. Outro fator também que demonstra essa mudança do governo de Pedro Gondim é justamente a sua reação diante do conflito de Mari, isso porque, além de sua Polícia participar ativamente do massacre, no dia seguinte, como demonstração de força ainda manda cerca de 100 policiais para a região de Mari para inibir qualquer manifestação. Outro episódio que demarca a mudança de interpretação de Gondim e o afastamento de vez da esquerda paraibana, foi o conflito ocorrido na Faculdade de

Direito e na Praça João Pessoa, onde estudantes protestavam contra a chegada de Carlos Lacerda (apoiador do golpe de 1964) na Paraíba. Esses três conflitos, segundo Cittadino, são emblemáticos da transformação que já vinha se processando entre no relacionamento entre o Governo e as forças de esquerda, porém, acredito que essa relação ela já nasce fruto de uma crise de hegemonia que o estado vivia, portanto, o que temos em um primeiro momento de 61 até 63 é o governo tentando conciliar e mediar essa crise, entretanto, pós 64 o que se observa é a guinada ao autoritarismo.

Observemos abaixo a leitura de Gramsci sobre como se constrói uma hegemonia e sobre como ela também pode entrar em crise, para entendermos a situação da Paraíba durante o governo de Pedro Gondim e principalmente no ano de 1964 que é quando ocorre o golpe militar, isso porque não se deve perder de vista que o exercício normal da hegemonia, se caracteriza pela combinação entre força e consenso, que se equilibram de forma variada, ponto chave é compreender que a força não suplanta o consenso, no período de instabilidade, pois esse está apoiado no consenso da maioria (que exercida através da chamada opinião pública).

Resgatando o conceito de Gramsci de crise de hegemonia e o aplicando para a realidade paraibana o que se pode notar é que desde a década de 1950 com a intensificação das lutas sociais no estado e a participação de setores até então excluídos da vida política, como os trabalhadores rurais, através das Ligas Camponesas e de segmentos sociais urbanos como API, UNE, UBES essa mobilização social já destacava que as massas populares haviam se contraposto as ideologias tradicionais e acreditavam em um intenso processo de mudança, evidenciando assim que a classe dominante paraibana, neste período havia perdido o consenso, junto a isso outro ponto que não se deve esquecer é a chapa da pacificação da eleição de 1955, que inclusive elege Pedro Gondim como vice-governador e por último a eleição de 1960 que elege Gondim através de uma composição diversa que dos partidos políticos locais só não continha o PSD que disputava o pleito contra o PDC, PSB, PTB, UDN e PL.

Junto a isso não se deve negligenciar os fatos acontecidos em 1962 (Conflito no Engenho Miriri e Assassinato de João Pedro Teixeira), além dos fatos ocorridos em 1964 como o Conflito de Mari e o Golpe Militar, o que acontece é que a classe dominante tanto da Paraíba quanto ao nível de Brasil perdeu parte do consenso, em Gramsci isso significa dizer que ela não é mais dirigente, e sim, apenas dominante, ou seja, detentora de força e coerção, mas ao perder parte do consenso, a alternativa

que se apresenta para as frações burguesas foi um golpe militar. Mais uma vez remetendo o intelectual sardo, a crise de hegemonia consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados, a esses fenômenos patológicos, no caso da Paraíba são os elementos pontuados acima que refletem essa crise de hegemonia. Sobre essa crise de hegemonia Gramsci (1999) afirma:

Quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos. Como se formam estas situações de contraste entre representantes e representados, que, a partir do terreno dos partidos (organizações de partido em sentido estrito, campo eleitoral-parlamentar, organização jornalística), reflete-se em todo o organismo estatal, reforçando a posição relativa do poder da burocracia (civil e militar), da alta finança, da Igreja e, em geral, de todos os organismos relativamente independentes das flutuações da opinião pública? O processo é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se “crise de autoridade”: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto. (GRAMSCI,p.60, 1999)

Já foi apresentado aqui que os anos 1950 foi de intensa mobilização no território paraibano isso porque as entidade sociais de caráter de classe começava a ganhar mais força principalmente pelo fato da crise de hegemonia que o estado começava a viver a partir de 1950 já apontado neste tópico, destaco aqui duas organizações que demonstram aquilo que Gramsci aponta sobre o posicionamento das massas sobre situação que a Paraíba vivia. A atuação das Ligas Camponesas aponta neste caminho, pois como será mais aprofundado mais à frente a situação estava insustentável, tendo em vista que a pauta da Reforma Agrária se tornava uma emergência e colocava em xeque toda uma estrutura que teve que fazer concessões, uma dessas concessões é a chapa eleitoral que elege Gondim em 1960. Gramsci afirma que os diversos estratos da população não possuem a mesma capacidade de se organizar dentro da crise de hegemonia, porém, a classe dirigente tem um numeroso pessoal treinado, muda homens e programas e retoma o controle que lhe

fugia, no caso da Paraíba pode ser visto através da chapa eleitoral de Gondim em 1960, isso porque quando as elites locais começam a perder o consenso, elas decidem construir uma aliança local, por mais que no pano de fundo se apresente a rivalidade histórica entre PSD e UDN, entretanto, o que existia no plano concreto é que essa rivalidade era apenas um aperitivo diante de um sistema complexo que passava por uma intensa crise de hegemonia.

Outro ponto que demonstra essa crise de hegemonia, é justamente a atuação dos advogados, na defesa de organizações sociais, como é o caso de João Santa Cruz, que havia sido candidato à prefeitura de João Pessoa pelo PCB que também era desembargador de justiça era também advogado das ligas camponesas. Além de João Santa Cruz, destaca-se também Ophelia Amorim, ambos, eram advogados das Ligas Camponesas, falando ainda sobre profissionais liberais, a própria Associação de Imprensa da Paraíba é também um reflexo disso, é interessante destacar que apesar dos jornais burgueses fazerem parte de um sistema complexo que se reflete nos aparelhos privados de hegemonia, entretanto, organizações como a API, que comportava um conjunto de profissionais liberais da imprensa, mas que neste momento tinham posicionamentos extremamente progressistas, defendendo, o conjunto de reformas de base que o governo Goulart apresentava a população.

Entretanto, os conflitos ocorridos em novembro de 1963 e janeiro de 1964 representam a crise de hegemonia populista. O conflito de Mari por exemplo, uma das coisas que mais inquietou Pedro Gondim foi o fato de existir uma mobilização de mais de 300 camponeses na região de Mari e o governo não ficar sabendo, por isso que uma das primeiras atitudes do Governador no pós conflito foi trocar o comando geral da Polícia Militar, que no momento do conflito era de responsabilidade do coronel Renato Macário, que além de comandante geral da Polícia era também Secretário da Segurança Pública, a justificativa da troca para o Governo é de que o Cel. Renato Macário havia ficado sobrecarregado por isso a troca, entretanto, isso mostra a falta de comunicação entre as partes, principalmente em torno do coronel e da polícia. Portanto, o nome escolhido pelo governador foi o do coronel João Gadelha de Oliveira que era bastante popular na corporação, oficial que havia sido vereador em João Pessoa, pela UDN, a ideia de Gondim era sanar um problema de diálogo já que o comandante Renato Macário tinha dificuldade de comunicação com alguns oficiais da polícia militar, entre eles o coronel Luiz de Barros que era extremamente conhecido pelo vínculo com as classes conservadoras paraibanas.

Outro ponto que vale o destaque também é a reação de Pedro Gondim em relação ao conflito, tendo em vista que diante do ocorrido o secretário de Segurança Pública, coronel Renato Macário, envia para Mari cerca de 110 homens da polícia militar paraibana que estava sob o comando de Luiz de Barros, polícia que tinha vínculo com a UDN e com o Grupo da várzea. O jornalista Evandro da Nóbrega, que fazia a cobertura do acontecido pelo jornal O Norte, afirma que quando estava voltando para a cidade de João Pessoa, o carro da reportagem que também abrigava os equipamentos da TV comércio tiveram que parar para serem revistados pelo comboio de militares que fiscalizavam as rodovias por conta da movimentação das Ligas Camponesas na região.

Além do conflito de Mari, outro evento que demonstra essa crise de hegemonia que a Paraíba vivia e não só a Paraíba, mas também o Brasil, é o golpe militar de 1964, isso porque, a própria ditadura militar é fruto de uma crise de hegemonia do populismo, como afirma Dreyfuss (19881) e parafraseando Gramsci, geralmente a solução orgânica desta crise de hegemonia é representada pela rapidez que as classes dirigentes tem de se reorganiza: muda homens, e programas e toma o controle que lhe fugia com uma rapidez maior do que a que se verifica entre as classes subalternas; faz talvez sacrifícios, expõe-se a um futuro obscuro com promessas demagógicas, mas mantém o poder. (GRAMSCI, 1999)

Como afirmou Monique Cittadino (2014), através de uma fala do deputado golpista Joacil de Brito, Pedro Gondim governava acendendo uma vela para deus e outra para o diabo. O seu modelo de governo e a forma no qual foi levado ao poder é uma expressão deste período histórico, isto porque a ascensão das lutas sociais atrelado ao desenvolvimento desigual do território brasileiro e, principalmente, do território nordestino, fez com que neste chão se juntasse um mistura única de fatores que se destoa, apesar de ter o chão comum da realidade do restante do país, principalmente quando falo do fato do fenômeno do populismo na Paraíba, diferentemente do restante do país onde a maior parte da base do populismo estava no meio urbano, entretanto, na Paraíba o fenômeno se deu com sua base situada principalmente no campo que foi a vanguarda desse processo na Paraíba.

A mudança de postura de Pedro Gondim nos últimos dois anos de mandato deve ser analisada à luz da história, a guinada ao autoritarismo e o apoio ao golpe pode ser compreendido também como uma forma de sobrevivência política e física.

Quanto à sobrevivência política, não adiantou muito tendo em vista que alguns anos depois o governador teve seus direitos políticos cassados devido à ditadura.

CAPÍTULO II

O MUNICÍPIO DE MARI: HISTÓRIA, RESISTÊNCIA E CONFLITO DE CLASSES

2.1 História e estrutura fundiária do município de Mari - (1960 - 1964)

O risco que corre o pau, corre o machado; não há o que temer aqueles que mandam matar também podem morrer! Essa é a nossa proposta E a gente vai ganhar! Se levarem um daqui, surgem mil em seu lugar! (Ocupação Urbana - O Pau e o Machado)

A historiografia brasileira, em especial a paraibana, nos últimos vinte anos, vem discutindo o papel da ditadura militar na vida política, econômica e social do país. Pode-se perceber que os/as pesquisadores olharam para a ditadura militar como uma questão importantíssima para se entender o atual cenário em que o Brasil se encontra. Muitos foram os fatores que impulsionaram pesquisas sobre o tema citado, entretanto, após Comissão Nacional e Estadual da Verdade e abertura de parte dos arquivos da ditadura ajudaram nesse crescimento em relação a pesquisa sobre o tema. Um exemplo desses esforços da comissão estadual da verdade na Paraíba foi a organização do livro: Golpe Civil Militar e Ditadura Militar na Paraíba: História, Memória e construção da cidadania. O objetivo central deste capítulo é discutir como os eventos de quinze de janeiro de 1964 influenciaram nos rumos da política paraibana e brasileira, mexendo com todos os setores da sociedade.

Antes de adentrar diretamente no assunto relacionado ao conflito de Mari, se faz necessário entender a formação social do município, localizada na microrregião de Sapé, segundo o último IBGE de 2010 Mari tem 21.176 mil habitantes e tem uma área territorial de cerca de 154,824 km² fazendo fronteira ao norte com os municípios de Araçagi e Mulungu, enquanto que no sul o município faz fronteira com o Riachão do Poço e a leste com o município de Sapé. Segundo Maria Clyvia (2017), Mari está

predominantemente inserida na unidade geoambiental dos tabuleiros costeiros e também na unidade geoambiental da depressão sublitorânea. Por conta disso, a sua estação pré-chuvosa se dá no período entre fevereiro e abril, ou seja, para que a terra esteja boa para ser plantada se faz necessário um trabalho que começasse anteriormente a fevereiro, o que nos leva ao mês de janeiro. Como já foi dito, o processo de exploração da região onde hoje conhecemos por Mari teve como ponto de partida a retirada das riquezas naturais do seu território, principalmente as riquezas vegetais, o comércio do pau-brasil e do jatobá era feito com Portugal e esses eram os principais produtos exportados.

O núcleo urbano de Araçá se consolida a partir da chegada do trem que assim, a máquina de ferro, como em outras cidades do Nordeste, representa uma grande transformação na vida política, econômica e social das cidades⁵. A estrada de ferro da Vila de Araçá foi construída por engenheiros ingleses por volta de 1873 além de todas as transformações que a chegada do trem trouxe, uma delas não pode ser esquecida que é o fato de colocar Mari na linha de produção do iniciante capitalismo brasileiro periférico e dependente. A vila só passou a ser chamada de Mari por volta de 1943 por conta da grande quantidade que existia do fruto do “Umari” ou “Marizeiro”. Esse nome se deu por conta dos locais onde a estrada de ferro passava e próximo a ela existia uma grande quantidade do fruto, em homenagem a sua vegetação, por volta de 1943 a vila que antes se chamava Araçá se transformou em Vila de Mari. Apesar da mudança de nome, a Vila de Mari ainda continuava submetida ao município de Sapé, essa submissão durou até 1958 quando Mari deixa de ser vila e é colocada na condição de cidade. Segundo o IBGE, em 1960 Mari já tinha uma população de cerca de 12.687 habitantes e em 1959 aconteceu a sua primeira eleição direta.

Quando vamos pensar a concentração fundiária da região deve-se recorrer aos dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de acordo com os dados do censo de 1960 sobre o número de estabelecimentos rurais existentes na região de Mari. Pode-se observar que cerca de 97,82% dos estabelecimentos rurais de até 200 hectares ocupavam cerca de 21,51% da terra produtiva da região, enquanto que 78,5% das terras estavam nas mãos de oito estabelecimentos rurais

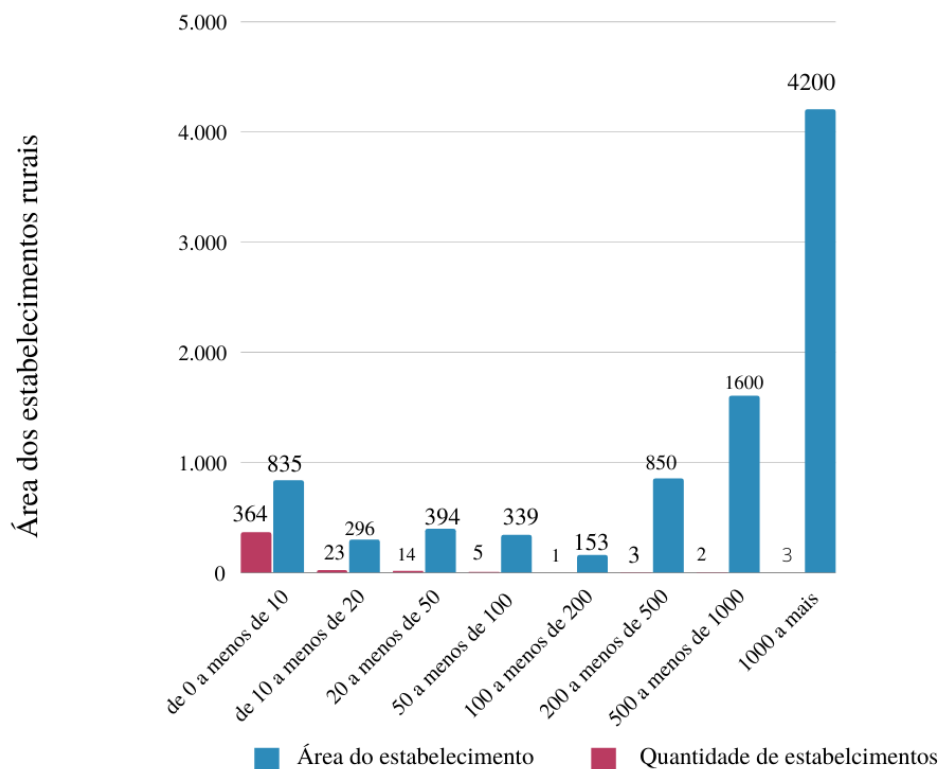
⁵ Para entender mais sobre a importância do Trem no nordeste é só consultar o trabalho de Gervácio Batista Aranha intitulado: “**Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas políticas-econômicas e práticas culturais (1880-125).**”.

que concentram assim o latifúndio marizeiro. Para ilustrar melhor esses dados observe na tabela e no gráfico abaixo:

Quadro 7: concentração fundiária do município de Mari de acordo com o censo do IBGE em 1960

	Estabelecimentos rurais	%	Área Total	%
0 a menos de 10 hectares	364	87,71	835	9,63
10 a menos de 20 hectares	23	5,54	296	3,42
20 a menos de 50 hectares	14	3,37	394	4,55
50 a menos de 100 hectares	5	1,20	339	3,91
100 a menos de 200 hectares	1	0,24	153	1,77
200 a menos de 500 hectares	3	0,72	850	9,51
500 a mais de 1000 hectares	3	0,48	850	18,46
1000 e mais hectares	3	0,72	4200	48,46
total	415	100	8.667	100

Fonte: FIBGE. 1960. Maria Clyvia . P.67. 2017



Fonte: Censo do IBGE 1960. Maria Clyvia (2017).

O gráfico acima evidencia o papel centralizador e monopolista quanto ao quesito era terra. É um tanto quanto constrangedor quando olhamos os dados do gráfico e observamos que apenas três estabelecimentos ocupam um espaço de cerca de 4200 hectares de terra, enquanto que todos os outros estabelecimentos rurais se somando ocupam uma área de 4467 hectares de terra. Os números nos mostram que a concentração fundiária da região de Mari era praticamente insustentável e o barril de pólvora uma hora ou outra iria explodir, isso porque, a luta camponesa está atrelada literalmente as condições sociais que a região enfrentava por isso que os dados nos servem para compreender a estrutura social da região, mas também refletir sobre as motivações que levou a região ao conflito estudado no dia 15 de Janeiro de 1964.

A atividade predominante do município de Mari na década de 1960 segundo o IBGE era a agricultura e a pecuária. Isso porque dos 415 estabelecimentos rurais existentes cerca de 399 eram destinados à agricultura e a agropecuária, com esses dados pode-se perceber que as lavouras permanentes no município ocupavam aproximadamente 160 hectares em 15 estabelecimentos rurais enquanto que 401 estabelecimentos utilizavam-se cerca de 2404 hectares de terra para as lavouras temporárias. A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística definia que as lavouras permanentes entendiam-se conceitualmente por terras ocupadas com cultivos de longa duração, um exemplo desse tipo de lavoura são as plantações de café, banana, laranja e etc. Esse tipo de lavoura não precisa ser replantada após a colheita, enquanto que as lavouras temporárias precisam ser replantadas a cada colheita e geralmente tem um ciclo produtivo de um ano.

O que se pode observar a partir tanto do quadro VI acima, quanto no gráfico colocado acima é justamente que apenas três estabelecimentos rurais detinham cerca de 4.200 hectares de terra, resultado direto do latifúndio. Além disso, quando vemos o censo agrícola do município de Mari em 1960 pode-se ver que o espaço utilizado para a lavoura permanente foi de 160 hectares de terra em apenas 15 estabelecimentos enquanto para lavoura temporária pode-se notar que cerca de 404 estabelecimentos ocupavam cerca 2404 hectares fruto direto de uma organização que tinha como base o latifúndio além disso vale destacar que cerca de 5535 hectares concentradas em 70 estabelecimentos serviam apenas para pastagem natural.

Quadro VIII: lavoura permanente do município de Mari 1960

Lavoura Permanente		
Produto	Quantidade	Área (há)
Coco	26 (c)	2
Laranja	1320	-
Agave	110 (t)	-

Fonte: IBGE, 1960. Maria Clyvia (2017) pg.69

Quadro IX: lavoura temporária no município de Mari 1960

Lavoura Temporária		
Produto	Quantidade	Área
Abacaxi	19.349 (c)	-
Algodão	468 (t)	714
Milho	7(t)	10
Cana-de-açúcar	360 (t)	-
Feijão	10 (t)	25
Fumo	65 (t)	-
Mandioca	1988 (t)	439
Inhame	160 (t)	-
Total	-	1.190

Fonte: IBGE, 1960. Maria Clyvia(2017) pg.70

Pode-se destacar nestes dados coletados através da pesquisa de Maria Clyvia (2017) que tanto a cultura dos abacaxizeiros, cana de açúcar, mandioca e fumo tinham uma importância relativa no município de Mari. Porém, vale salientar que a importância da cultura do plantio do fumo na cidade vai para além dos dados, isso porque, um dos desafios que o trabalho científico nos coloca é que se deve compreender que os números não conseguem dar conta da realidade por completa, mas nos ajuda a compreender como essa realidade. Sobre o caso de Mari isso se reflete na produção tanto de abacaxi quanto de fumo ao ponto de fazerem parte da bandeira do município como se pode observar na imagem abaixo.

Imagem VI: bandeira do município de Mari



Disponível em: <https://mari.pb.gov.br/cidade/simbolos/>, acessado no dia 23 de Setembro de 2021

O amarelo da bandeira do município é demarcador de como o espaço produtivo pode interferir na construção e na invenção de tradições, por exemplo, o amarelo da bandeira de Mari é representado pela farta produção abacaxizal. A produção do abacaxi de Mari é extremamente importante para o desenvolvimento da região neste período era comercializado com o exterior através do porto de cabedelo⁶ inserido na região durante a década de 1930 pelos fazendeiros João Estevão e Joventino Sebastião nas fazendas Umari e Bonito, logo depois a família Ribeiro Coutinho passou também a plantar nas suas propriedades se apresenta a plantação de fumo é importante para cidade ao ponto de fazer parte da bandeira. Como já foi debatido no capítulo anterior através do processo das maneiras que o estado tentou combater as crises internas decorrente da queda da produção algodoeira, a partir da década de 1940 se cria linha de crédito para latifundiários poderem investir na plantação de abacaxi.

Os galhos verdes são plantas do gênero *Nicotiana* que através de um processo agrícola se transforma no fumo, atividade essa que era uma das principais atividades produtivas da região e foi implantado por dois primos de Arapiraca - AL cidade

⁶ Para saber mais sobre a importância da produção abacaxizeira da cidade de Mari consultar o documento: "Introdução do Abacaxi em Mari, segundo Manoel Leriano" 1987, EMATER- MARI.

tradicionalmente conhecida como produtora de fumo na região nordeste. Um dos primeiros que deu início a produção fumieira de Mari era um dos principais produtores de fumo de Arapiraca, o seu nome era Manuel de Paula Magalhães e o nome do seu primo era José Leão de Oliveira. Em Arapiraca sua família era responsável por ter modernizado e desenvolvido novas técnicas na indústria do fumo, introduzindo utensílios de madeira, como: macaca, moleque, banco, até então desconhecidos na região; também a secagem das folhas que até essa época era feita à sombra dos cajueiros, passou a ser em sequeiros; tudo isso contribuiu para a evolução da cultura fumageira. Um pouco mais à frente também será discutida a importância das terras compradas por Manuel de Paula porque foi lá o palco principal do conflito entre camponeses e representantes do bloco agroindustrial.

Neste caso da bandeira do município de Mari, vale o destaque da contribuição dada por Eric Hobsbawm no seu livro *A Invenção da Tradição*, onde o historiador inglês desenvolve o conceito de tradição inventada que consiste em dizer que as tradições se manifestem em um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas, que são abertamente aceitas, seja essas regras de natureza ritualística e simbólica essa noção implica automaticamente a uma continuação do passado. Os exemplos da bandeira e das cores se enquadram perfeitamente na discussão levantada por Hobsbawm, quando vemos os relatos de camponeses que viveram dependendo da plantação de fumo e abacaxi, pode-se perceber que essa exaltação não era sentida na classe trabalhadora:

A cultura naquela época era fumo, era abacaxi, era cana de açúcar, inhame, era assim, diversos aspectos. Era uma variedade que eles plantava. Naquela época, os trabalhadores se sentiam uma forma de escravidão, era escravidão. Hoje, trabalha uma pessoa da família que dá pra sustentar uma família, e naquela época trabalhava cinco, seis pessoas da família, chamava alugado né, e num conseguia manter o sustento da casa. Trabalhava e não conseguia o sustento da casa, quer dizer, era tão pouco que se morasse numa casa de fazenda ele teria que pagar um dia por semana para ele morar e ser obrigado a trabalhar os cinco dias (...) E o que não aceitasse ele [o proprietário rural] botava pra fora (L.A.T, camponês assentado, familiar integrante da Liga Camponesa de Mari, pesquisa de campo, janeiro de 2016. Maria Clyvia, pg.71)

Outro produto extremamente importante para se entender a região é justamente a produção canavieira. Isso porque apesar de ser uma produção que nos números se apresentam enquanto secundária ou menos produtiva, era o espaço principal do latifúndio e das lutas sociais. A produção açucareira vai aumentar ainda

mais no período dos anos de 1980 com o desenvolvimento da campanha do Proálcool, porém esse trabalho não se propõe a dar conta deste momento histórico. Por isso é importante não perder de vista dois pontos centrais que todo esse processo foi: 1) sobre a exploração de uma quantidade gigante de trabalhadoras e trabalhadores que trabalhavam em relações pré-capitalistas tendo que praticamente pagar pelo que produzia; 2) o modo de produção capitalista influencia desde o nascimento através da condição de classe até a construção dos símbolos e identidades dos povos como é o exemplo da bandeira do município de Mari.

Feito esse panorama mais geral, entendendo que o movimento da história, é, sobretudo, construído através de relações sociais que estão constituídas sobre um sistema, a luta entre as classes sociais representa termômetro fundamental para se entender parte do andamento da sociedade se fazendo necessário pensar sobre o conceito de luta de classes, conceito este por muitas vezes rebaixado por alguns teóricos por considerar ultrapassado. O conceito de luta de classes ainda é fundamental para se propor a compreender o movimento da história, vale salientar como esse conceito está extremamente atrelado a um processo de projeção de uma sociedade futura e essa projeção está vinculada intimamente à ação dos sujeitos(as) históricos que ao agir também se constroem e constroem o movimento histórico falo isso pois não podemos perder de vista que a região da várzea paraibana no período estudado misturava todos os elementos para um conflito entre as classes sociais.

2.2 A organização do trabalho em Mari: uma reflexão sobre as relações de trabalho no município de Mari

As classes sociais, parafraseando Nelson Coelho (2004), estavam realmente no limite da impaciência, entretanto, faz parte do ofício do historiador procurar quem determina esses limites e quais são os limites impostos. Por isso é importante situar as relações de trabalho e as formas de trabalho na região canavieira de Mari como fruto de um processo histórico marcado por uma profunda desigualdade de classe. Segundo Benevides (1984), esse processo histórico é resultado consequente do modo de produção capitalista. A região onde está localizado o município de Mari fica muito próximo a uma estreita várzea do Rio Paraíba passando pela antiga região da Zona da Mata, sendo esse espaço o local onde se tinha mais gado no estado no período estudado, que é de 1960-1964. Pensar as relações de trabalho no município

de Mari na década de 1960 é ir de encontro direto com as pautas defendidas pelas Ligas Camponesas nos períodos posteriores. O censo de 1960, no tocante às condições legais da terra, buscou investigar a constituição dos estabelecimentos rurais e podem-se observar as seguintes determinações: existiam terras próprias (inclusive por usufruto e foro), existiam também as terras arrendadas (mediante a quantia fixa em dinheiro ou parte da produção), terras ocupadas (ocupadas a título gratuito com ou sem o consentimento do proprietário), além dessas, existem também as terras próprias e arrendadas, e ocupadas partindo do censo de 1960.

A transformação do engenho em usina modifica todo o espaço produtivo canavieiro da Paraíba. Isso pode ser observado através da modernização do processo de produção do açúcar baseado em moendas maiores, vácuos de triplice, fez com que ocorresse um aumento da produção efeito esse que fez com que ocorresse uma modificação não só nas forças produtivas, mas também na intensificação de acumulação de propriedade por parte das elites agrárias, sendo essa acumulação pedra basilar do capitalismo agrário brasileiro.

A forma encontrada pela classe dominante para eficiência da concentração da propriedade foi baseada no sistema de hereditariedade e casamentos intrafamiliares. Considere-se que essas famílias, que implantaram as usinas na várzea, já tinham capital, porque o avanço nas relações de produção exigia altos investimentos. Essa realidade econômica impunha, para manutenção e defesa de seus interesses, alianças políticas, especialmente, para garantir o regime de trabalho com resíduos coloniais, caracterizando, sobretudo, relações não capitalistas de trabalho no interior do sistema canavieiro. (BENEVIDES pg.21,1984)

Pode-se perceber que cerca dos 415 estabelecimentos, segundo a tabela seis produzida pelo trabalho de Maria Clyvia (2017), oitenta e nove desses estabelecimentos eram próprios e somavam juntos uma área de 7.815 hectares de terra, enquanto que 326 estabelecimentos rurais eram arrendados e possuíam cerca de 832 hectares. Seguindo o raciocínio de Clyvia o que se pode compreender é que 80 % dos estabelecimentos rurais eram arrendados, sendo pequenas unidades de produção que tinham acesso a uma pequena parcela de terras. Além disso, segundo a autora, o que se pode perceber é que 324 estabelecimentos eram arrendados o pagamento desses estabelecimentos era em dinheiro e utilizavam cerca de 835 hectares e os outros dois estabelecimentos pagavam em produção utilizando apenas 17 hectares do total usado para a categoria. É importante também pensar que além

desses dados na década de 1960 no município de Mari existia cerca de 1.538 trabalhadores que se declararam responsáveis pela renda de casa e membros de família que não recebiam nenhum tipo de remuneração. Em relação ao número de trabalhadores empregados, a região contava com cerca de 1603, enquanto que o número de parceiros era de 40. A categoria de empregado é utilizada pelo FIBGE como uma forma de demarcar o trabalho temporário e o trabalho permanente. O que se pode observar é que as quatro principais formas de trabalho do município no período estudado eram: arrendamento, parcerias, foro, trabalho assalariado, inquilinato, trabalho forçado e cambão.

Seguindo o raciocínio de Octávio Ianni (1961) e Caio Prado Jr. (1966) existiam cerca de seis tipos de relação de trabalho entre proprietário/produtor, importante salientar que essas relações faziam parte da dinâmica do capitalismo brasileiro. As formas de trabalho mais comuns eram: diaristas, inquilinato, arrendamento, parceria e trabalho com pagamento em espécie. O **arrendatário** era aquele que pagava pelo uso a terra através do dinheiro, existia também a forma de trabalho denominada **inquilinato** onde se vendia força de trabalho pelo uso da terra enquanto que o sistema de **parceria** o pagamento do uso da terra era geralmente feito com produtos que os trabalhadores rurais produziam, existia também a venda de trabalho por dinheiro, nesse caso era chamado de **diarista** e, além disso, pode-se perceber o **trabalho forçado** onde muitos camponeses pagavam o uso da terra com seu próprio trabalho, essa forma se assemelha ao trabalho escravo. Além dessas relações de trabalho existia também o **cambão** onde o trabalhador rural tinha que dedicar um dia ou mais de trabalho gratuito nas terras dos senhores, o fim do cambão foi uma das principais bandeiras das ligas camponesas na região.

Destaco acima a partir da leitura de Ianni e Caio Prado as relações mais comuns no campo brasileiro no período estudado. Entretanto, segundo minha pesquisa, as relações mais comuns na região açucareira de Mari eram os arrendamentos, as parcerias, o foro e o trabalho assalariado. Um outro destaque levantado nesta pesquisa era a imposição dos barracões, não bastasse as formas de trabalho levantadas acima, os barracões eram espécies de mercearias que existiam no interior das fazendas, geralmente os produtos eram vendidos acima do preço e os trabalhadores assalariados geralmente eram obrigados a comprar nesses barracões, deixando parte significativa dos seus salários e contraindo dívidas enormes com os latifundiários, fazendo com que muitos trabalhadores chegavam ao fim do mês sem

nenhum centavo no bolso. É sempre importante entender que a relação entre o proprietário da terra e o trabalhador pode mostrar diversas contradições na relação entre capital e trabalho. Isso porque o trabalhador frequentemente deve pagar não só pela terra, mas, também, pelo monopólio de crédito que o latifundiário tem, seja por meios de armazenagem, de transporte, da comercialização das mercadorias ou até mesmo de consumo, tendo em vista que muitos trabalhadores rurais se alimentavam através os barracões. O que se pode perceber de maneira muito evidente nesta pesquisa, era que os produtores rurais da região da várzea Paraibana exerciam um poder que era monopolista em diversas esferas.

Através dessa estrutura complexa o capitalismo agrário brasileiro e conseqüentemente suas elites herdaram e se apropriaram para uma economia de mercado de uma estrutura onde mesmo que os pequenos produtores, parceiros ou arrendatários produzissem mais do que necessitava, não podiam vender seus excedentes nas feiras ou em outros mercados, isso por carecer de meios de armazenagem, inseticidas e por precisar do dinheiro imediatamente, vendem seus produtos para os latifundiários para comprar a um preço maior no futuro. Como afirmou Stédile no Volume 6 da Questão Agrária no Brasil: “Se o monopólio do latifundiário sobre esses fatores comerciais não basta por si só para forçar o parceiro a “vender-lhe” sua produção, seu monopólio da terra e seu monopólio do trabalho, além de seu conseqüente poder de excluir de sua propriedade os arrendatários que não cooperem permite-lhe extrair até a última migalha o produto do trabalhador.”

O que se pode perceber, seguindo a leitura do artigo de Octávio Ianni intitulado: “A formação do proletariado rural no Brasil - 1971, que ele divide a história política do trabalhador agrícola brasileiro em três períodos: 1) escravismo 2) lavrador 3) proletário. Segundo o autor, desde a Lei do Ventre Livre até o estatuto do trabalhador rural de 1963 criaram a esteira do processo de transformação do escravo em trabalhador livre: “A lei de 1871 declarava livres os filhos de mães escravas nascidos a partir desse momento. E a lei de 1963 regulamenta as condições de contrato de trabalho e da sindicalização no setor agrário. Ao longo dessas décadas houve escravos (indígenas, negros, mestiços), meeiros, colonos, parceiros, assalariados, diaristas e outros.” (IANNI, 1971, p.127).

O sociólogo paulista continua sua análise afirmando que no meio desse processo também ocorreram pelourinhos, troncos, emboscadas, invasões de terras, greves, prisões e assassinatos políticos, e o que se pode observar na região da

Várzea paraibana é que todos esses apontamentos podem ser enxergados a luz da ciência histórica, pois esse conjunto de manifestações, de crises e de lutas nada mais são do que a formação do campesinato brasileiro, portanto, se faz necessário compreender que esse processo não foi um processo generalizado, foi necessário quase um século para que isso se concretizasse, o que se pode observar através da leitura de Ianni é que esse processo só foi desenvolvido somente na medida em que desenvolveram as forças e as relações de produção no setor agrário.

2.3 Os Sindicatos Rurais e as Ligas Camponesas: elementos para compreender uma reorientação tática (1954 - 1964)

O objetivo deste ponto é discutir a relação entre as ligas camponesas e o processo de sindicalização rural dando luz a uma falsa polêmica sobre a tática de atuação do Partido Comunista Brasileiro e das Ligas Camponesas. Através do que se foi produzido nos últimos tempos nas academias, uma grande quantidade de material sobre a atuação das ligas camponesas e da esquerda brasileira sobre a questão dos trabalhadores rurais e da pauta da reforma agrária, o que se pode perceber é que a multiplicidade de interpretações sobre a atuação das ligas camponesas e dos camponeses na conjuntura histórica abordada.

A proposta deste tópico é fazer um apanhado geral sobre o debate em torno da sindicalização rural no seio do movimento camponês no período de 1950 até 1964. Para isso o primeiro momento das ligas camponesas que é datado pela historiografia no ano de 1945/ 1947 é tratado neste capítulo como momento embrionário, isso porque parto metodologicamente das ligas camponesas em dois períodos distintos: 1º fase é demarcada temporalmente de 1954 até 1961 fase compreendida como uma tática mais legalista, que procurava lacunas jurídicas para ampliar direitos dos trabalhadores rurais e a 2º fase que é de 1961 até 1964 é de reorientação tática, em especial através de um debate proposto por Francisco Julião e Clodomir Moraes que é sobre o papel do campesinato no processo revolucionário brasileiro, essa reorientação tática entrava em conflito teórico com a linha adotada pela União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) que era influenciada politicamente pelo PCB. É evidente que tento não transformar análise em algo linear, compreendendo que essas duas fases das ligas camponesas é, sobretudo processual.

Ao fazer essa movimentação de compreender as ligas camponesas a partir desses dois recortes distintos (1954- 1961) e (1961 - 1964) não anula a possibilidade de se compreender alguns fatos que aconteceram no entre períodos, por exemplo, o ano de 1959 onde temos vários movimentos históricos que corroboram para essa distinção metodológica do tema, como por exemplo, o ano de 1959 onde se pode observar através da historiografia uma intenção movimentação em torno da questão do campesinato brasileiro, isso pode ser refletido na desapropriação do Engenho de Galiléia, a frente nacionalista colocando em pauta a questão da reforma agrária, é nesse ano também que a igreja doa parte de suas terras para a criação de colônias agrícolas, criação da SUDENE e primeira conferência nacional da ULTAB. Abaixo podemos observar as mobilizações e encontros realizados entre 1954 e 1961:



Nesta primeira fase o que se pode observar é que existia um debate em torno das brechas jurídicas em torno do trabalho sobre a terra. A orientação do movimento camponês organizado neste primeiro período é de conquistas de direitos através da legalidade, por isso, o que se pode observar neste período é uma intensa mobilização através da luta jurídica, que segundo Julião, quando era travada automaticamente virava em luta política. O maior exemplo desta perspectiva de luta seja a desapropriação do Engenho de Galileia fruto de uma luta travada por trabalhadores rurais ao fundarem Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco em 1955 e quatro anos depois conseguem a desapropriação do Engenho de Galileia.

As primeiras ligas camponesas foram fundadas pelo PCB em 1947 e na região Nordeste surgiram no estado de Pernambuco, nas cidades de Escada, Goiânia, Pau D'Alho e Iputinga, entretanto com o golpe de 1947⁷ e o aperto do regime essas ligas que eram embrionárias foram desarticuladas e só oito anos depois em 1955 seria retomada. Já em 1955 com influência dos comunistas surge a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, na cidade de Vitória de Santo Antão, a associação, posteriormente ficou conhecida como Liga de Galiléia, onde no mesmo ano de 1955 é construído o primeiro congresso da associação de Galiléia que estrutura as ligas enquanto entidades estaduais. Segundo Julião, os nomes Ligas Camponesas foram dados pela imprensa do estado de Pernambuco na tentativa de criminalizar a organização dos trabalhadores, resgatando as ligas de 1947 no sentido de desmobilizar os trabalhadores, entretanto, o tiro saiu pela culatra o nome caiu bem junto aos camponeses.

Entrando na primeira fase de estudo, que é demarcado neste capítulo entre 1954 até 1961, é possível entender como se formou o sindicalismo rural brasileiro neste período. Sobre os sindicatos rurais o que se pode observar é que em 1956 foram registrados cerca de 49 sindicatos rurais onde a fundação tem influência direta do Partido Comunista Brasileiro. Os sindicatos eram amparados juridicamente através do decreto 7.038/ 144 de 10 de novembro de 1944 no Art. 1º E' lícita a associação para fins de estudo, defesa e coordenação de seus interesses econômicos ou profissionais, de todos os que, como empregadores ou empregados, exerçam

⁷ Por golpe de 1947 se compreende as medidas de Eurico Gaspar Dutra que tinha como objetivo: 1) suspender o funcionamento do Comando Geral dos Trabalhadores, 2) cassação da justiça eleitoral do PCB, 3) O STF determina o fechamento de todas as sedes do PCB no Brasil.

atividades ou profissão rural. Os dois primeiros estados do Nordeste a terem sindicatos rurais foram Pernambuco e o estado da Bahia.

Porém, grande parte dos sindicatos rurais não era reconhecida pelo governo, o primeiro sindicato rural a ser reconhecido no Brasil foi em 1933 no estado do Rio de Janeiro. Aued (1980) afirma que até 1960 existiam apenas dois sindicatos rurais reconhecidos pelo governo no Nordeste, um em Pernambuco e outro na Bahia. Com a falta de reconhecimento por parte do Estado, os camponeses se organizam na União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, criada em 1954 pelo comunista Lindolfo Silva, militante que, nas eleições de 1945, e que participou da campanha para o candidato comunista Iêdo Fiúza. Lindolfo Silva é um daqueles nomes que por muitas vezes não ouvimos falar muito, entretanto, ele foi o primeiro presidente da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil e um participante no debate da transformação da ULTAB na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e, ainda em 1963, é o autor do documento do Estatuto do Trabalhador Rural. Na criação da ULTAB é construído um documento chamado: “Carta de Direitos e Reivindicações” que orientava a ação política da organização, os principais objetivos: 1) congregar associação de trabalhadores que já existiam; 2) organizar novas associações ou sindicatos; 3) promover a unidade entre as associações e sindicatos existentes; 4) fornecer assistência jurídica aos camponeses.

As principais reivindicações da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil eram reflexo da conjuntura estudada, assim como do debate feito em relação à estrutura fundiária desigual que é marcada pela realidade brasileira. Através da leitura do documento pude fazer uma síntese sobre as principais pautas defendidas pela organização. Vale salientar que o documento intitulado: “Carta dos direitos e reivindicações dos lavradores e trabalhadores agrícolas do Brasil” o documento foi aprovado na II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizada em São Paulo em 1954 e coloca as principais pautas defendidas que se apresentam como um reflexo da conjuntura histórica.

O documento faz um apanhado geral sobre a situação dos camponeses brasileiros e seus direitos através de cada setor produtivo, portanto, neste documento você percebe que as pautas iam desde o trabalhador da zona cafeeira até o trabalhador da zona açucareira, os direitos que a carta evidenciaram eram: 1) ampliação dos direitos civis para o campo 2) reforma agrária 3) previdência e

seguridade social 4) reivindicações específicas dos trabalhadores da zona açucareira 5) reivindicações específicas para os trabalhadores da zona do café 6) reivindicações dos lavradores 7) pautas dos posseiros e meeiros 8) a questão da juventude rural 9) luta das mulheres e trabalhadoras agrícolas.

Segundo Sigaud (1979) nesta conferência realizada pelos camponeses foram registrados cerca de 122 organizações independentes que não eram subordinadas à Confederação Rural brasileira (órgão patronal)⁸ e cerca de nove organizações de caráter estadual, essas organizações organizavam cerca de trinta e cinco mil trabalhadores rurais. Por isso o caráter amplo da carta passando por diversas situações de trabalho. Logo abaixo fiz uma síntese sobre as principais reivindicações dos trabalhadores da zona canvieira apresentada no programa da ULTAB.

As principais reivindicações foram distribuídas em dezessete pontos que também nos servem para entender as principais reivindicações dos trabalhadores do município de Mari como pode ser observado na tabela abaixo:

QUADRO X: PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES DA UNIÃO DOS LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS DO BRASIL

1) Aplicação do salário mínimo
2) Aplicação do estatuto da lavoura canvieira
3) Aplicação do decreto lei n 9.827 de 1946 que obrigava os usineiros a destinar dois cruzeiros por saca de açúcar produzida na usina em assistência social sob fiscalização dos trabalhadores
4) Pagamento da taxa de insalubridade
5) Favorecimento pelas usinas, fazendas e engenhos de carteiras profissionais a todos os trabalhadores com a anotação dos salários, tempo de serviço, férias e outros requisitos estabelecidos por lei.
6) Aumento do tempo do horário da refeição para uma hora e meia
7) Direito à sindicalização num mesmo sindicato a todos os trabalhadores da usina e da lavoura da cana
8) Pagamento do salário até o dia 10 de cada mês

⁸ CRB - CONFEDERAÇÃO PATRONAL

9) Participação nos lucros e na direção da empresa por parte dos trabalhadores, além de condições financeiras para o trabalhador e sua família, para que possa continuar sua função
10) Abolição do trabalho por tarefa ou por braça na lavoura da cana
11) Salário igual entre trabalho igual feito por homens e mulheres
12) Pagamento do tempo de deslocamento do trabalhador até a empresa
13) Fiscalização em torno dos pesos dos vagões
14) Fiscalização dos barracões e serviço de saúde
15) Pagamento em dia e no ato da entrega aos fornecedores de cana
16) Proibição da obrigatoriedade de trabalhar aos domingos, feriados e dias santos, pagamento em dobro quando for livremente consentido

É importante compreender que essas pautas são da conjuntura histórica e reflete a necessidade de organização por parte dos camponeses brasileiros, tendo em vista que todos os trabalhadores que trabalhavam na zona canavieira sofriam dessas mesmas questões, a ideia é pensar o documento da conferência da União dos Trabalhadores e Lavradores sendo fruto de um conjunto de lutas sociais que foram travadas no período estudado. A partir da falta de existência de uma legislação específica para o trabalhador do campo pode-se observar que os trabalhadores rurais estavam sujeitos a vários tipos de abuso e vários tipos de exploração que não eram nem colocados na ordem do dia nem na perspectiva jurídica, muito menos política.

Só virou algo da ordem do dia através de um processo intenso de luta no qual as Ligas Camponesas cumpriram papel fundamental. Ao fornecer assistência jurídica, ao leitor de primeira viagem parece algo muito técnico, entretanto, o salto proposto por Julião sobre a organização das Ligas no sentido jurídico era de transformar a luta jurídica em luta política.

Um dos exemplos que podem nos ajudar a compreender essa discussão é perceber que durante o período os contratos de arrendamento ou parceria ou mesmo contrato negociados diretamente entre camponeses e latifundiários (negociações construídas informalmente diretamente com os latifundiários) e rompidos assim que os latifundiários desejassem segundo Ferreira (1990).

Já em relação aos trabalhadores rurais assalariados que não contavam com legislação específica, os conflitos eram teoricamente cuidados pela CLT - Código de Leis Trabalhistas, entretanto esse “cuidado” era no sentido organizativo estatal, meramente representativo, um outro exemplo que demonstra que o conjunto de leis pensado para a cidade não se chegava a zona rural é só observar a lei de 7.038/44 que garantia a sindicalização rural, porém, na ordem prática a sindicalização rural era meramente ilustrativa pois na prática a pressão patronal impedia que os camponeses de se sindicalizassem.

Porém, o próprio direito deixava brechas para a atuação dos camponeses no campo jurídico, isso porque o código civil do período regulamenta a relação entre contratos comerciais e a propriedade a partir dessa legislação pode-se compreender que o arrendatário e o parceiro mantinham do ponto de vista jurídico uma relação no campo comercial, com o proprietário da terra, existindo a possibilidade de apelar aos tribunais para permanecer no seu sítio, roçado ou até mesmo para receber indenização de benfeitorias era ali que estava o cerne da questão da tática organizativa das Ligas Camponesas influenciadas por Julião.

Logo cedo eu me convenci de que o caminho para a libertação do campesinato deve ser aberto pelos arrendatários e pelo colono, os únicos que têm condições de lutar pela fixação à terra. Por isso, ao invés de cuidar da sindicalização rural que não existe, praticamente, ainda, no Brasil, entendo que se deve criar associações de foreiros e colonos com a configuração das Ligas Camponesas de Pernambuco.” A justificativa tática para Julião se justificava através de dois motivos: “O camponês ao ter acesso ou posse da terra, tem melhores condições para sobreviver e resistir (através de sua cultura de subsistência cujo excedente vende nas feiras próximas) enquanto enfrenta o grande proprietário no tribunal. Por outro lado, no momento em que se reúne para lutar contra o preço da locação da terra ou pela permanência nela, fere, de pronto, o cerne da questão que é a propriedade privada. A luta, de imediato, passa do campo jurídico ao campo político. (JULIÃO, 1962

A estrutura desigual do campesinato brasileiro além de criar um vácuo social entre as classes, também foi responsável por complexificar as relações de trabalho no campo e fez com que surgissem diversos agentes históricos, as ligas camponesas do final da década de 1950 também serviram no processo de construção de uma consciência de classe camponesa. Sobre isso Regina Reyes Novas (1997.p 41):

No decorrer do processo em questão, “a defesa dos legítimos direitos” de arrendatários, assalariados e pequenos proprietários “de acordo com as leis do país” (segundo a formulação dos estatutos, concretizou através de duas palavras de ordem: contra o cambão e pela reforma agrária). Diferentes situações e categorias de trabalhadores que passaram a se reconhecer como camponês.

A partir do momento em que o camponês passa a ter acesso à terra o direito era estendido e o recurso jurídico abria uma brecha fazendo com que as ligas pudessem articular a partir desse pressuposto pequenos produtores de várias categorias, sobre isso Francisco Julião afirma: “O latifundiário, a princípio, apela para forças visando derrotar o inimigo que organiza, comete violências, faz ameaças de morte, põe o gado no roçado, arranca a lavoura, derruba casebre miserável, decreta o despejo sumário camponês... É então que se inicia a batalha jurídica.”

Vale salientar que das organizações que fizeram parte da conferência destaque a atuação das ligas camponesas que em 1959 tinha organizado no território brasileiro cerca de 25 núcleos, dois anos depois em 1961 no ano já se podia observar I Congresso dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil que as ligas pularam de 25 núcleos para 40 núcleos e cerca de 10 mil organizados por todo o país, sua principal força estava concentrada no Nordeste, principalmente em Pernambuco e na Paraíba. As lutas sociais construída no período de 1950 fizeram com que os anos 1960 fossem primordiais na história brasileira, isso para além de todas as questões apontadas através de um processo onde as lutas sociais foram cada vez mais agudas.

Nesta primeira fase o que se pode observar através das fontes e historiografia produzida em torno do tema é que a tática de sindicalização rural para ganhar força nas lutas era uma tática do PCB e que podia ser compreendida no estado de Pernambuco apesar da forte influência das Ligas Julianistas. Entretanto, o que se pode observar é que a partir de 1961 que é onde temos o segundo momento de análise sobre as ligas camponesas, existe uma reorientação tática principalmente depois de duas viagens que Julião faz a Cuba e passa a ter conhecimento sobre a experiência cubana e outro ponto extremamente importante para se compreender essa reorientação tática é o congresso que estava dividido entre prestistas e julianistas.

Segundo Francisco Julião a cidade de Belo Horizonte foi escolhida para ser a sede do primeiro congresso dos trabalhadores agrícolas do Brasil por dois fatores: o

primeiro, porque Minas Gerais está localizada no centro do território brasileiro fato que facilitaria a chegada dos camponeses até o local de destino e o segundo motivo era para poder incentivar os camponeses mineiros a construírem as ligas camponesas em Minas, tendo em vista que as ligas não eram tão fortes no estado. Além de ser importante por conta da conjuntura histórica, esse congresso também tem uma importância para o debate em torno do movimento social camponês da década de 60, pois as duas principais forças sociais do campesinato brasileiro participaram desse congresso, que eram as Ligas Camponesas e a União dos Trabalhadores e Lavradores Agrícolas.

Sigo a linha de pensamento de Socorro Rangel quando ela aponta que não podemos pensar um lugar pré-determinado para as ligas camponesas ou diametralmente oposto da linha apontada pelo PCB, se trata na verdade em compreender que a ação política tanto das Ligas julianistas quanto da ULTAB partem de táticas diferentes, mas refletem uma conjuntura histórica onde a discussão sobre o horizonte revolucionário fazia parte dia após dia dessas organizações. Segundo Rangel (2006), entender como suas ações políticas coincidiram com as aspirações dos camponeses que mesmo estando submetidos a uma relação desigual imposta pela hegemonia dos senhores, lutam para preservar a autonomia do seu trabalho, as miúdas experiências de alegria e os frágeis direitos conquistados em longos anos de uma difícil relação de equilíbrio entre suas necessidades e necessidades dos donos da terra.

Segundo Jean Sales, em tese de doutoramento defendida em 2005 na Universidade Estadual de Campinas, afirma que essa mudança do projeto político das ligas camponesas, que instaurou uma segunda fase de sua história (1960 - 1961), nesse período, o discurso do movimento (principalmente das ligas mais próximas a Julião) se afasta cada vez mais das propostas de reformas dentro da lei, o que vai aparecer claramente na sua participação do I congresso nacional da ULTAB, neste congresso, os representantes das ligas, mesmo em minoria aprovam a proposta de uma “reforma agrária na lei ou na marra” rompendo com a sua trajetória de atuação dentro dos marcos legais. É interessante notar ainda que esta proposta derrotou as teses apresentadas pela direção da ULTAB (organização criada pelos comunistas em 52), as teses apresentadas pelo PCB tinham como objetivo garantir política salarial e de segurança social as massas do campo como caminho para se chegar à reforma agrária. Isso apresentou um ponto fundamental de divergências entre os dois grupos,

que até então tinham convivência pouco conflituosa, chegando a ter ações em conjunto.

Além disso, cabe sempre compreender que a questão em torno das Ligas Camponesas e a ULTAB eram divergências de natureza tática, onde para as Ligas Camponesas julianistas o sujeito da revolução brasileira passava a ser o campesinato, essa ideia entrava em contraponto com as teses revolucionárias defendidas pelo PCB. Entretanto essa reorientação era no campo da tática política, pois na estratégia do horizonte revolucionário da sociedade socialista permanecia em ambas vertentes.

A questão é que ao mudar a tática toda a orientação política também é mudada, entretanto, essa não era única diferença da reorientação tática dos julianistas, isso porque, às duas viagens que Julião e Clodomir de Moraes fazem a Cuba recém socialista, que foram realizadas por volta de 1961 e 1962 os ajudam a fundamentar teoricamente essa diferença tática. Isso porque ao ir pra Cuba Julião e Clodomir passam a ter contato com a experiência revolucionária cubana e percebe que o sujeito principal da revolução cubana havia sido o campesinato, ao voltarem para o Brasil, trazem consigo cerca de 500 kg de material sobre a revolução cubana. Sobre isso Sales (2005) afirma:

O dirigente das ligas camponesas (Clodomir Santos de Moraes) aproveitou para conhecer a experiência revolucionária cubana, sobretudo no que diz respeito à reforma agrária. Dada a importância do que acontecera em Cuba, teria comentado com Julião da necessidade de levar o máximo de material sobre a Revolução Cubana. Voltaram ao Brasil com 500 kg de material que após ser examinado, reduziu-se a 80 kg. Os papéis foram levados ao Comitê Estadual do PCB em Recife que em reunião com Clodomir chegou a conclusão de que as ligas podiam representar o pensamento da Revolução Cubana no Brasil, mas não o partido, que estava empenhado na campanha de Lott⁹. (Sales, p.133, 2005)

Vendo a aproximação entre as Ligas Camponesas e os revolucionários cubanos, principalmente depois do discurso onde Fidel afirma que os revolucionários brasileiros deveriam usar Cuba como exemplo e também depois de uma palestra de Julião que ele teria defendido que o caminho para a Revolução Brasileira era através do camponês e não do proletariado industrial. A partir disso, o militante comunista

⁹ O general Lott era um militar nacionalista que simpatizava com as forças de esquerda em especial com o PCB, entretanto era um crítico da Revolução Cubana.

Giocondo Dias, parte em defesa do programa político do partido ao afirmar que Julião não tinha compreendido a experiência cubana, pois Cuba para fazer a revolução, primeiro havia passado pela etapa democrática-burguesa para depois se instaurar o socialismo, que para Giocondo só foi mesmo efetivada depois que o proletariado se afirmou de maneira incontestável.

Importante entender como essa reorientação tática se reproduziu em terras paraibanas, isso porque, apesar de estar próximo a Pernambuco isso não significa dizer instantaneamente que a influência do julianismo era hegemônica no estado. As ligas camponesas foram fundadas durante a década de 1950 na Paraíba e rapidamente se espalhou e em 1961 se constrói a Federação das Ligas Camponesas da Paraíba a diretoria era presidida por Assis Lemos, agrônomo, nacionalista e simpático as pautas dos comunistas, como vice-presidente estava João Pedro Teixeira, fundador da Liga de Sapé e Antonio Dantas como secretário. Como advogado da Federação estava o ex-candidato a prefeito de João Pessoa e comunista João Santa Cruz.

Entretanto, é importante salientar que apesar de hegemônicos no movimento agrário da Paraíba, a partir de 1962 pode-se observar a mudança e aproximação de alguns quadros políticos das ligas camponesas paraibanas. O primeiro é o caso de Antonio Dantas que após ser expulso do PCB por ser crítico a linha pacifista e reformista do partido e também simpático às ideias da revolução cubana, Antonio Dantas que era presidente da Liga de Santa Rita se aproxima da vertente revolucionária de Julião. Enquanto que Assis Lemos e os comunistas defendiam que a luta deveria ser através de ocupação de espaços legais pelos camponeses, os julianistas defendiam a ideia de “reforma agrária na lei ou na marra” e defendiam que as Ligas Camponesas assumissem uma posição revolucionária e que dessem armas para os camponeses para construir uma revolução de cunho socialista.

Na Paraíba, esse debate de caráter político vai se intensificar mais em 1963 quando a Federação das Ligas Camponesas da Paraíba decide transformar todas as Ligas Camponesas do estado em Sindicatos Rurais, aproveitando a nova legislação para trabalhadores do campo editada pelo presidente João Goulart, os julianistas se recusaram a participar do processo de sindicalização acusando os comunistas de reformista.

Imagem VII: Trabalhadores Agrícolas de Mari na frente do Sindicato Rural de Mari



(Fonte: Maria Clyvia, 2017)

A sindicalização dos camponeses de Mari se deu ao longo do ano de 1963 e continuou até o início de 64 com o início da ditadura militar os camponeses e o sindicato rural da região passou a ser constantemente vigiado e o clima de insegurança era notório. A região de Mari ficou praticamente nos olhos do poder público e dos militares, principalmente depois da revolta que aconteceu no território. A foto acima é de 1963 e evidencia sobretudo o poder de mobilização que o sindicato tinha perante os camponeses e as camponesas. O debate em torno da orientação tática entre as ligas e os sindicatos rurais na Paraíba tombou mais para o lado do Partido Comunista Brasileiro, isso porque, a maior parte das ligas camponesas paraibanas vão tomar o caráter de sindicatos rurais.

CAPÍTULO III

LUTA DE CLASSES E ESTADO AMPLIADO: O CASO DA TRAGÉDIA DE MARI

*Faz escuro, mas eu canto,
porque a manhã vai chegar.
Vem ver comigo, companheiro,
a cor do mundo mudar.
Vale a pena não dormir para esperar
a cor do mundo mudar.
Já é madrugada,
vem o sol, quero alegria,
que é para esquecer o que eu sofria.
Quem sofre fica acordado
defendendo o coração.
Vamos juntos, multidão,
trabalhar pela alegria,
amanhã é um novo dia. (Thiago de Mel,
lo - faz escuro)*

Muitas vezes ao nos depararmos com a produção acerca das Ligas Camponesas sempre nos atemos às produções que tem como base a atuação das LC seja na sua formação no estado de Pernambuco na região da Galiléia ou na atuação das Ligas Camponesas no município de Sapé, onde a ação de João Pedro Teixeira e Elizabeth Teixeira protagonizaram os principais fatos históricos em relação à luta pela terra no Brasil, entretanto, devemos também colocar o Conflito de Mari no dia 15 de janeiro de 1964 como um dos pontos altos de tensão envolvendo a luta pela terra no período estudado isso porque todos esses fatos citados tem um vasto material sobre o assunto, evidentemente que não se trata de pormenorizar os conteúdos desse material, pois muito deles só existem hoje a partir de esforços de pessoas que dedicaram suas vidas para preservar esse tipo de material, seja através da videografia como é o caso do filme: “Cabra Marcado pra Morrer” de Eduardo Coutinho que foi gravado no calor do golpe militar de 1964 ou o trabalho de Socorro Rangel, intitulado: “Medo da morte; esperança da vida. A história das Ligas Camponesas na Paraíba” que foi fruto de um intenso trabalho vinculado a uma práxis

em um dos momentos históricos mais tenebrosos que a sociedade brasileira viveu que foi a ditadura militar de 1964.

O enfrentamento entre trabalhadores rurais e funcionários do latifúndio, ocorrido no município de Mari é uma luta travada no seio da escalada autoritária de 1964, não se deve esquecer que menos de 80 dias depois é instaurada a ditadura militar brasileira. O conflito também se destaca por conta que o maior número de baixas é por parte dos latifundiários e não dos camponeses, com isso este capítulo tem objetivo de 1) entender como se deu os conflitos a partir de ações dos sujeitos históricos envolvidos no enfrentamento e conseqüentemente pensar como o conceito de experiência de Thompson se aplica na luta de classe e consciência de classe 2) compreender que o conflito foi objetivado a partir de ações de classe e que essas ações encontrou uma resistência por parte dos camponeses, com isso a ideia é debater a Tragédia de Mari, compreendendo as limitações do termo Tragédia, mas ao mesmo tempo apontando para o crescente tensionamento político que a Paraíba estava vivendo no período estudado 3) entender através do conceito de estado guarda noturno de Gramsci como uma arma oficial do exército vai parar na mão de um latifundiário e porque homens da guarnição da polícia militar da Paraíba estavam no comboio privado que tenta recuperar a arma na Fazenda Olho D'água.

Como é de conhecimento acerca da literatura produzida em torno das ligas camponesas, a Liga de Sapé teve a maior liga camponesa do Brasil, chegando a ter cerca de 13 mil filiados e se espalhou pelo estado rapidamente as condições sociais, econômicas e políticas eram o caldeirão que esquentava a luta de classes que já estava em temperatura elevadíssima. Como era de se esperar de maneira rápida e já no início da década de 1960 foi fundada a Liga de Mari, é importante salientar que apenas 11 km cortam os dois municípios, portanto, era questão de tempo para que os camponeses de Mari se organizassem. No trabalho de Agassiz Almeida¹⁰ intitulado: "A ditadura dos generais: estado militar na América Latina o calvário na prisão", o autor afirma que quem fundou a Liga Camponesa de Mari foi Pedro Fazendeiro junto com João Pedro Teixeira.

¹⁰ Agassiz Almeida é um escritor, político e advogado natural de Campina Grande - PB e militante pró-direitos humanos. Durante o período estudado, Agassiz além de preso perdeu o seu mandato de Deputado Estadual com o golpe de 1964. Destaco nesta nota um trecho do seu trabalho que elucida sobre a formação da Liga de Mari: "Pedro Fazendeiro deixou desafiadora história, como a de tantos outros Pedros da vida. Carregava a opressão de quatro séculos de latifúndio. Foi um dos fundadores das Ligas de Sapé e Mari, juntamente com João Pedro Teixeira". (ALMEIDA, 2007, p.435)

Os meses de novembro e dezembro de 1963 foram marcados pelas fortes chuvas que não era comum ao período, possibilitando, assim, uma grande produção de produtos primários em toda região, principalmente na região da Várzea. Tendo em vista a quantidade de chuva que ocorreu nesse período, os senhores de terra passaram a preparar o solo destinado a grãos. Em contrapartida a isso, os camponeses mantiveram seus cultivos em pequenas áreas, situadas em propriedades onde eles eram apenas moradores, sendo esses sujeitos ao cambão. O cambão era uma forma opressiva por parte dos senhores donos da terra onde o camponês tinha que dar um dia ou mais de serviço sem remuneração ao senhor da terra, geralmente esse trabalho era feito nas segundas-feiras ou nos finais de semana.

Tendo em vista essa situação desumana e aproveitando as chuvas pouco comuns no fim do ano de 1963, os camponeses da região passaram a fazer mutirão de trabalho coletivo de produtos de subsistência. É possível, através da literatura produzida sobre o tema das ligas camponesas que muitas propriedades da região foram passadas por lideranças camponesas, convidando os trabalhadores para participarem desses mutirões. Em uma dessas visitas construindo trabalho de base, o agricultor Antônio Galdino da Silva, também conhecido como Carioca, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mari, convidou os trabalhadores que faziam parte do sindicato e eram sindicalizados a participarem de um mutirão na Fazenda Olho D'Água pertencente a Manuel de Paula Magalhães. Foi feito um acordo entre Carioca e o filho de Manuel de Paula, Nezinho de Paula que representava os interesses do pai.

Nezinho afirmou que havia feito um acordo com Carioca cinco dias antes onde dava usufruto por três meses aos camponeses de uma gleba de terra onde eles não poderiam plantar bem de raiz, e sim, milho e feijão para alimentar suas famílias. O que se pode verificar até então era que existia um acordo entre o proprietário da terra e a liderança camponesa sobre a utilização da terra, portanto, a especulação de que os camponeses haviam invadido a terra de Nezinho de Paula se coloca enquanto equivocada. Como já foi comentado anteriormente, os camponeses faziam esse trabalho de uma forma coletiva, era uma ideia relacionada a pedagogia revolucionária das ligas camponesas, tendo em vista que o trabalho era sempre vinculado à práxis. Esses mutirões eram divulgados de propriedade em propriedade, forma essa que tem relação também com um processo de agitação e propaganda, aquilo que Paulo Freire

pontua no famoso tópico: ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão, onde Freire afirma que somente quando os oprimidos descobrem nitidamente o opressor, e se engajam na luta por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o opressor.

É importante destacar que durante essa caminhada de divulgação do mutirão e trabalhado de base, principalmente por se tratar de luta de classes, retomo Paulo Freire (2014) na Pedagogia do Oprimido, onde ele pontua que se a educação é libertadora, o sonho do oprimido é se tornar o opressor. É de notório saber que os opressores só são opressores porque existem entre os próprios oprimidos, figuras que legitimam essas opressões, e essas figuras podem ser enxergadas no contexto estudado, como no caso dos funcionários da fazenda Santo Antônio.

Os camponeses passaram pela fazenda Santo Antonio que pertencia a esposa de Renato Ribeiro Coutinho com o intuito de divulgar e chamar outros companheiros a participarem do trabalho que aconteceria na Fazenda Olho D'Água, entretanto, foram barrados de forma ostensiva e com arma de fogo por dois funcionários da fazenda: Arlindo Nunes da Silva que era administrador da fazenda e Severino Carlos, vigia da fazenda. Severino Carlos conseguiu fugir, entretanto Arlindo Nunes que já era conhecido entre os camponeses como alguém que já ameaçava de forma desnecessária e destratava os camponeses foi açoitado, mandado de volta pra fazenda e desarmado. Segue abaixo os depoimentos de Antonio Pessoa, camponês que participou do mutirão e os depoimentos do processo crime de Arlindo Nunes e Severino Carlos que eram funcionários da Fazenda Santo Antônio:

O interrogado juntamente com outros agricultores, pela manhã de ontem dirigiram-se a uma faixa de terra aproximadamente de quatro cincoento de terra na propriedade denominada Santo Antonio do Sr. Renato Ribeiro Coutinho, onde destinavam a cultivá-la e plantar cereais; Que ao aproximarem-se da faixa de terra, encontraram-se com o vigia ou administrador da fazenda Santo Antonio em companhia de Severino Carlos, capitão de campo das Usinas, sendo que os camponeses procuraram prender o vigia ou o administrador de nome Arlindo de Tal e Severino Carlos que conseguiram fugir; que, o interrogado assistiu quando outros camponeses tomaram do dito Arlindo um revólver em seguida colocaram no mesmo um chocalho (...) (autos do processo crime 356/1964 Antonio Galdino Pessoa, camponês, fls.04) (Maria Clyvia, pg.88, 2017)

O que se pode perceber através desse primeiro relato do camponês Antonio Galdino Pessoa é que Arlindo Nunes já era conhecido na região como alguém que ameaçava e destratava os camponeses, principalmente com o porte de arma de fogo,

por Arlindo Nunes ser funcionário do latifúndio. Arlindo foi capturado pelos camponeses enquanto que tentava fugir junto com Severino Carlos (também funcionário do latifúndio), ao ser capturado Arlindo passa pela “lei do chocalho”.

Que, no dia quinze, aproximadamente às 9 horas, o interrogado em companhia do Sr. Severino Carlos encontrava-se nos campos da Fazenda Santo Antonio, quando avistou uma multidão de mais ou menos mil pessoas que se dirigiam para a fazenda Santo Antonio, sendo que o interrogado ao avistar a multidão, tentou fugir, mas aproximadamente a dois mil metros de distancia foi alcançado por elementos da multidão, todos camponeses e destes alguns o agarraram e um outro colocou no pescoço do interrogado um chocalho (..) Que o interrogado ao ser preso pelos camponeses tomaram do mesmo um revolver calibre trinta e oito marca Tauros e uma faca peixeira de oito polegadas. (auto do processo crime 356/1964, administrador da fazenda Santo Antonio) (Maria Clyvia, pg.88, 2017)

A lei do chocalho foi uma prática utilizada pelas Ligas Camponesas principalmente depois da morte de João Pedro Teixeira que consistia em coagir camponeses que traíssem a classe, ou seja, era colocado um chocalho no pescoço do traidor da classe e ele era exposto perante os trabalhadores rurais, foi assim que os camponeses tomaram um revólver que era de uso exclusivo das forças armadas da mão de um funcionário do latifúndio.

Que no dia quinze do fluente, mais ou menos às nove horas, o interrogado viu quando os camponeses se aproximavam da Fazenda Santo Antonio, tendo o mesmo se afastado para um lugar distante e aconselhado ao sr. Arlindo nunes da Silva administrador da fazenda Santo Antonio, afastar-se também para não ser enchucalhado; que, o interrogado encontrava-se a cavalo, conseguiu fugir e ficar a salvo (..). (autos do processo crime n 356/1964 depoimento de Severino João Gomes, vulgo Severino Carlos) (Maria Clyvia, pg.88, 2017)

Após o enchucalhamento, o interrogado foi conduzido para o campo onde encontravam-se moradores da fazenda Santo Antonio; Que o interrogado ao se aproximar dos moradores da fazenda Santo Antonio, a ele foi determinado pelo chefe dos camponeses que perguntasse ao seu pessoal quanto eles recebiam por dia, e os moradores em número de trinta e cinco pessoas responderam que o salário era de quinhentos cruzeiros por dia e que ainda Dr. Renato Ribeiro fornecia medicamentos, assistência médica (festas) e por outro lado não pagavam fórum, tendo toda a via a obrigação de darem três dias de serviço à fazenda. (autos do processo crime n° 356/1964 Arlindo Nunes da Silva, administrador da Fazenda Santo Antonio) (Maria Clyvia, pg.88, 2017)

Que, após o enchucalhamento em Arlindo, aproximou-se dos camponeses de nome Antonio de Tal que determinou a retirada do chocalho de Arlindo após o mesmo combinar que aceitava entregar duas cincoenta de terra para que os camponeses trabalhassem nas terras da fazenda Santo Antonio. (autos do

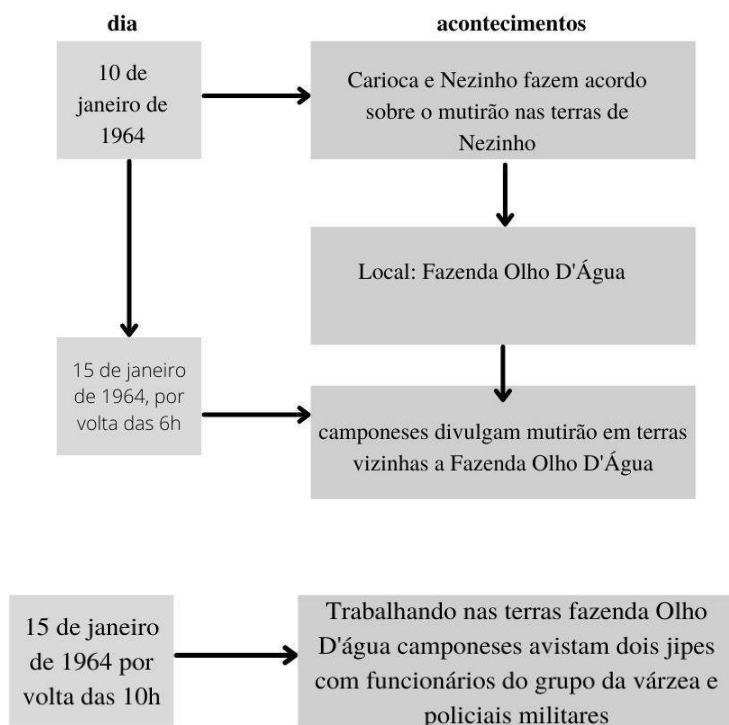
processo crime nº356/1964, Antonio Galdino Pessoa, camponês.) (Maria Clyvia, pg.89, 2017)

Que a seguir o chefe dos camponeses explicou que as terras plantadas iam ser divididas para os camponeses na base de três a quatro contas para cada um e tocando ao interrogado cinco ou seis contas; Que, após essa ocorrência os camponeses voltaram para a terra do sr. Nezinho de Paulo, tendo liberado o interrogado (autos do processo crime nº 356/1964 Arlindo Nunes da Silva, administrador da Fazenda Santo Antonio). (Maria Clyvia, pg.89, 2017)

Apesar da coerção, essa violência utilizada pelos camponeses não se equiparava a violência que o latifúndio proporciona esse tipo de reação. Como já foi pontuado logo acima, essa prática passou a ser comum entre os trabalhadores rurais depois da morte de João Pedro. Segundo Elizabeth, depois da morte de João, movidos por um sentimento de inconformismo e desespero dos trabalhadores, por isso esses partem para uma ação mais violenta, mas que era totalmente justificável.

Segundo relatos, esse conflito que aconteceu por volta das 6h da manhã, por volta das 9h da manhã do mesmo dia, segundo Nelson Coelho o governador Pedro Gondim já tinha noção do ocorrido através de Renato Ribeiro Coutinho, que tendo conhecimento do tamanho do problema que estava por vir contactou primeiramente ao governador. Pedro Gondim, quando ficou sabendo do ocorrido ordenou que o Coronel da Polícia Militar, Luís de Barros, que era o responsável pela polícia na região das ligas, porém o coronel não estava presente, pois tinha ido à manhã do conflito para o sertão do estado. Observe abaixo um organograma dos acontecimentos do dia 10 até o dia 15 e janeiro de 1964:

Imagem VIII: trajetória do conflito (elaboração do auto)



As Usinas São João e Santa Helena estavam cientes sobre o problema que tinha acabado de ocorrer e colocaram todos os olhos à procura de Antônio Galdino (carioca) liderança camponesa, para tentar recuperar a arma que era de porte exclusivo do Exército e estava sob a posse dos funcionários da Usina Santo Antônio. Entre tantos fatores que envolvem essa história, um deles chama a atenção é que mesmo com a ordem do governador Pedro Gondim de colocar a polícia para resolver a questão, uma comitiva entre funcionários da fazenda e policiais foram até a fazenda Olho D'Água tentar recuperar a arma de uso das forças armadas.

Fernando da Cruz Gouveia, homem de confiança de Renato Ribeiro Coutinho, para muitos que estudam o período, Gouveia era o homem de confiança da Família Ribeiro Coutinho, se dispôs a recuperar a arma apreendida pelos camponeses, além de Fernando Gouveia, partiu da Usina Santa Helena junto com ele também foram: José Daniel Vieira, agrônomo e funcionário das usinas, seu filho, o menor José Daniel Accioly Lima, os sargentos da ativa Cleudo Pinto Soares, Abdias Alves dos Santos da reserva, além dos vigias da empresa José Feliciano, Antonio Barbosa, Vicente Amaro, Valdemar Severino Araújo e Arlindo Nunes (que havia sido enchucalhado pelos camponeses) além de Severino Carlos. Vale salientar que todos portavam

armas pesadas, inclusive duas submetralhadoras. Saíram dois jipes e se encontraram com Antonio Galdino, conhecido também por Carioca e um grupo de cerca de 300 camponeses por volta das 10 horas da manhã do dia 15 de janeiro de 1964 às margens da rodovia PB - 08 em busca de um revólver Smith & Wesson DA - calibre 45.

Sobre o encontro do grupo de camponeses que trabalhavam nas terras de Nezinho de Paula, o que se pode observar através dos dois depoimentos de José Joaquim da Silva e Antonio Bernardino, ambos eram camponeses que participaram do mutirão nas terras da Fazenda Olho D'água, segundo relato dos dois, o encontro com o grupo do latifúndio se deu da seguinte forma:

Que o interrogado estava trabalhando por volta das 10 horas de ontem, dia quinze do fluente, na propriedade do Sr. Nezinho de Paula, no município de Mari, quando estacionaram na pista que liga Sapé a Mari dois veículos um dos quais era um jeep e que dos mesmos saltaram aproximadamente dez pessoas que se dirigiram para o local onde estava trabalhando o interrogado e cerca de quatrocentos homens que entre as pessoas que desembarcaram dos veículos encontravam-se o capitão de campo das Usinas, um vigia, um sargento e alguns soldados da Polícia Militar. (Autos do Processo Crime nº356/1964, depoimento de José Joaquim da Silva, camponês, flw.08) (Maria Clyvia, pg.91, 2017)

Que no dia quinze do corrente mês, aproximadamente às dez horas, o interrogado com outros camponeses em número mais ou menos de quatrocentas pessoas, trabalhavam-na propriedade do Sr. Nezinho de Paula, quando foram surpreendidos por um grupo de pessoas portando armas de fogo, como sejam fuzis e metralhadoras, não identificando o interrogado as pessoas que deles se aproximavam, menos um que o interrogado identifica como sendo o DR.GOUVEIA. (Autos do Processo Crime nº356/1964, depoimento de Antonio Bernadino de Oliveira, camponês, flw.13) (Maria Clyvia, pg.91, 2017)

Segundo o relato do camponês, Antônio Galdino Pessoa, quando o grupo de agentes do estado e funcionários do latifúndio chegaram, os camponeses já foram intimidados desde o início da conversa, como podemos observar no relato abaixo: “que, os soldados e os civis, ao deixarem os veículos, dirigiram-se para os camponeses que trabalhavam nas terras de Nezinho de Paulo, e de armas em punho, acenavam para os camponeses no sentido de que os mesmo não se aproximasse(..) (Autos do Processo Crime nº356/1964, Antonio Galdino Pessoa, camponês, fls.05). (Maria Clyvia, pg.91, 2017)

Sobre o encontro entre funcionários do latifúndio e camponeses reproduzo abaixo o diálogo entre Antonio Galdino (presidente da Liga Camponesa de Mari) e Fernando Gouveia (funcionário do Grupo da Várzea):

Gouveia: você tem a arma que os seus homens tomaram, nesta manhã do administrador da fazenda de Dona Anunciada? **Galdino:** tenho, doutor Fernando. **Gouveia:** Eu vim buscar a arma, ela pertence ao doutor Renato. **Galdino:** Eu só sei que o revólver estava na cintura do administrador de Dona Anunciada. **Gouveia:** os seus companheiros enchocalharam o rapaz sem necessidade **Arlindo (GRITAVA):** foram todos eles que me agrediram. **Galdino:** este homem vive ameaçando os camponeses, doutor Fernando. **Gouveia:** deixa de conversa, homem entrega logo o revólver - **Gouveia** falou aos gritos. **Galdino:** pois não doutor. Aqui está a arma - levou a mão ao alforje que conduzia e retirou o revólver entregando a Fernando Gouveia. (NELSON COELHO, 2004, p.61)

Vale o destaque de que quando os funcionários do bloco-agro industrial chegaram juntos com os policiais, os camponeses faziam o seu trabalho e todos pararam atentos para o que estava acontecendo, segundo o relato de José de Aciolly Lima, onde os milicianos apontavam as armas em direção aos trabalhadores perguntando pelo chefe dos camponeses, que segundo Maria Clyvia, os camponeses embora afirmasse que não tinham chefe, porém reconheciam no Carioca uma liderança. O teor da conversa entre Carioca e Gouveia já foi exposto, entretanto, vale salientar que depois da entrega da arma o Sargento Pinto ameaça enchocalhar Carioca, que prontamente se coloca contrário junto com os seus companheiros, no meio de toda essa discussão surge um tiro por parte de Fernando Gouveia que atinge letalmente Carioca que chegou a óbito no local do conflito. O primeiro tiro partiu através do próprio Fernando Gouveia, segundo Mirocem que era motorista de um dos jipes que levou o grupo até a fazenda Olho D'Água. Foi Fernando Gouveia quem deu o primeiro tiro e quem matou Carioca, além dessa testemunha.

Ao verem sua liderança abatida e receberem instantaneamente uma rajada de metralhadora os camponeses partiram para um confronto desigual, com seus materiais de trabalho, enxadas, foices, facas que proporcionaram suas subsistências, que colocava comida em suas mesas, passaram a ser literalmente sua única forma de sobreviver. Os camponeses lutavam bravamente contra funcionários do bloco agro-industrial, essa história que ocorreu em Mari remota a conflitos bíblicos, tragédias gregas, mas que no final das contas não era nada disso, era algo que estava

no plano da realidade concreta e acontecia nas vésperas do golpe militar brasileiro. Um confronto que parafraseando Julião (2013) que era desigual de foice e de enxada, metralhadora e latifúndio, contra foices e enxadas. No total foram 11 mortes, sete do lado do bloco agro-industrial e quatro do lado dos camponeses. Segue abaixo a tabela com o nome das vítimas e dos feridos:

Quadro XI: Números de Funcionários das Usinas São João, Santa Helena e Policiais mortos

Nome	Idade	Função	Causa da Morte
Abdias Alves dos Santos	55 anos	Policia Militar do Estado da Paraíba	Lesão Cerebral
Antonio Barbosa	35 anos	Funcionário das Usinas São João e Santa Helena	Lesão Cerebral
Fernando da Cruz Gouveia	40 anos	Superintendentes da Usinas São João e Santa Helena	Esmagamento da massa cerebral (anemia)
Cleudo Soares Pinto	40 anos	Sargento da Polícia Militar da Paraíba	Esmagamento de Crânio
José Feliciano	38 anos	Funcionário das Usinas São João e Santa Helena	Anemia aguda (colapso)
José Tomaz da Silva	28 anos	Soldado da Policia Militar da Paraíba	Distúrbio eletrólito e paralisia intestinal
Vicente Amaro	45 anos	Funcionários da Usina São João e Santa Helena	Lesão Cerebral (encéfalo)

Fonte: Autos do Processo crime 356/1964 e Nelson Coelho, 2004, p.68-70. Organização dos dados através de Clyvia, 2017

Quadro XII: Número de camponeses mortos no conflito

Nome	Idade	Função	Causa da Morte
Antônio Galdino da Silva	35 anos	Camponês	Anemia Aguda
Genival Fortunato Felix	25 anos	Camponês	Hemorragia (anemia)
José Barbosa do Nascimento	45 anos	Camponês	Hemorragia (anemia)
Pedro Cardoso da Silva	30 anos	Camponês	Hemorragia (lesão cardíaca)

Fonte: Autos do Processo crime 356/1964 e Nelson Coelho, 2004, p.68-70. Organização dos dados através de Clyvia, 2017.

Quadro XIII: Número de feridos por parte dos funcionários do Grupo da Várzea

Nome	Idade	Função	Ferimento
José Daniel Aciolly Lima	17 anos	Estudante	Ferimento por projétil de arma de fogo na região do ombro
José Daniel Vieira Lima	47 anos	Engenheiro Agrônomo funcionário das Usinas Santa Helena e São João	Ferimento por arma de fogo na região do ombro direito

Fonte: Autos do Processo crime 356/1964 e Nelson Coelho, 2004, p.68-70. Organização dos dados através de Clyvia, 2017.

Quadro XIV: Número de feridos camponeses (oficial)

Nome	Idade	Função	Ferimento
Manuel Fernandes Silva	49 anos	camponês	Ferimento por projétil de arma de fogo no braço

			esquerdo; ferimento de ambas regiões peitorais por projétil de arma de fogo. ferimento do flanco direito com suspeita de penetração abdominal
Antonio Galdino Pessoa	48 anos	camponês	Ferimento por projétil de arma de fogo na região do ombro esquerdo

Fonte: Autos do Processo crime 356/1964 e Nelson Coelho, 2004, p.68-70.
Organização dos dados através de Clyvia, 2017.

O conflito que se iniciou com a comitiva do bloco agro-industrial contra os camponeses continuou depois que o destacamento da polícia da região chegou ao local. Podemos dizer que os camponeses levaram dois ataques sequenciais, o primeiro sendo da milícia do bloco agro-industrial que contava com policiais da ativa e da reserva e o segundo ataque quando a policia de Mari que escutou os tiros, sob o comando do subtenente Ospício Mendes de Sousa, que afirmou que ao chegar ao local encontraram camponeses e foram recebidos com tiros. Segundo Nelson Coelho, a delegacia de polícia onde eles estavam fica acerca de 1,5 km do local onde ocorreu o conflito, portanto, com a demora no deslocamento dos soldados - feitos a pé - até a chegada destes ao local do conflito, é quase nula a possibilidade de ter havido uma segunda troca de tiros entre policiais e camponeses que resultou em ferimentos mortais no soldado José Tomás da Silva. Vale a pena destacar o trecho onde Nelson Coelho (2004, p. 65), levanta a possibilidade de fogo amigo:

Hoje, quarenta anos depois é quase impossível se chegar a detalhes que tornem verdadeiro o depoimento da autoridade policial. O certo é que não havia a menor possibilidade de ainda existir munição provisionando as armas que caíram nas mãos dos camponeses. Quase toda munição foi gasta, com certeza, pelos que portavam armas de fogo no primeiro entrevero. Será que não houve um fogo amigo? É possível que sim.

Um outro ponto que vale a pena destaque é justamente que durante o primeiro ataque uma metralhadora cai das mãos de um policial e um camponês chamado Antônio Galdino da Silva, que inclusive Maria Clyvia passa a ter acesso ao depoimento do camponês e ele afirma que já ferido largou a arma no meio do caminho por não saber manejá-la e por necessitar de ajuda, já que estava ferido e precisava buscar ajuda por conta dos seus ferimentos. Foi levado até o posto da SAMDU de Sapé. Segundo Clyvia (2017) o camponês depois foi prestar depoimento e explicou onde tinha deixado a arma. O segundo ataque vitimou dois camponeses que foram: Pedro Cardoso Da Silva e Genival Fortunato Felix, além do soldado José Tomaz da Silva. Temos um conflito que resultou em onze mortos, entre eles sendo quatro camponeses e sete pessoas ligados a o bloco agroindustrial da várzea.

Dentro dessa trama toda, vale destacar a importância que Nelson Coelho, autor do ensaio intitulado “A Tragédia de Mari”, onde coloca muito peso na arma do exército que estava sobre porte privado com um funcionário da usina Santa Helena, mas mal sabe ele que os abusos em torno do trabalhador rural era muito maior do que aquele factóide, é só repararmos na entrevista dada a Maria Clyvia por um ex-membro da CEPLAR:

(...) ele não tava o dia todo vendo o que as pessoas sofriam, num tava sabendo tudo que a gente sabia, das pisas, das maldades, a maneira como as pessoas eram tratadas, e tudo que foi o assunto discutido durante anos, visto, olhado né? Renato Ribeiro Coutinho, Aguinaldo Veloso Borges, Marcos Odilon Ribeiro Coutinho, Joacil Pereira, eram as pessoas mais fortes de uma tal liga [LILA] contra os camponeses e eles mantinham policiais particulares com o nome de vigias. Então era o vigia das usinas e eles iam lá, eles iam nos cantos pra fazer, pra matar, pra prender, quando eles não queriam ir chamavam a polícia, mas em geral eles estavam lá, por que eles eram treinados e tinham armas para fazer isso. A ligação de Renato Ribeiro Coutinho com a repressão armada e com o Exército, com a polícia e com os outros que mantinham essa mesma forma de repressão, era muito forte ele nunca foi bonzinho, esse revólver nunca foi um presente da mulher dele, esse revólver era parte do que ele tinha na casa dele. (M.C.A, ex-colaboradora da CEPLAR e membro do CPMVJ, pesquisa de campo de Maria Clyvia, p.126. 2017).

Acredito através das leituras para o desenvolvimento da pesquisa que Nelson Coelho coloca muito peso na questão da arma que foi tomada pelos camponeses e realmente essa questão é fundamental para compreender a trama acontecida em

Mari, entretanto, o revólver nada mais era do que a ponta de um iceberg muito maior e desigual que era toda a estrutura agrária, além da relação dúbia entre o privado e público que condicionava esse conflito.

Partindo da leitura de Gramsci, pode se observar a nota §6 do Caderno 26, de 1935, onde o autor italiano se contrapõe a tese do Estado mínimo, proposta por liberais, partindo da leitura de Hegel, nesta nota Gramsci reconhece que o filósofo alemão percebe a sociedade burguesa como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver os interesses de toda a sociedade, Segundo Gramsci, partindo da leitura de Marx, o Estado é um instrumento coercitivo das classes dominantes. Através desta interpretação Gramsci, vai além, vai chamar de Estado vigia noturno ou *veilleur de nuit*, essa expressão em português pode ser traduzida também para “Estado Policial”, isso significa dizer que o Estado Burguês é ampliado e está relacionado à dominação burguesa mediante a coerção, mas também ao consenso hegemônico por meio de aparelhos privados de hegemonia.

Na polêmica (de resto, superficial) sobre as funções do Estado (e entenda-se Estado como organização político-jurídica em sentido estrito), a expressão “Estado *veilleur de nuit*” (“Estado guarda-noturno”) corresponde em italiano a Estado *carabiniere* e quer significar um Estado cujas funções se limitam à tutela da ordem pública e do respeito às leis. Não se insiste no fato de que nesta ordem de regime (que, afinal, jamais existiu a não ser no papel, como hipótese-limite) a direção do desenvolvimento histórico cabe às forças privadas, à sociedade civil, que também é “Estado”, aliás, é o próprio Estado. (GRAMSCI, 2007 p. 85).

Dentro dessa compreensão de Estado Ampliado soma-se um ponto que não se deve perder de vista que é justamente a criação da Associação dos Produtores Rurais – PARA, criada em 12 de abril de 1962, não por coincidência no mesmo ano da morte de João Pedro Teixeira. A APRA ou LILA (Liga dos Latifundiários) era um aparelho ideológico que funcionava na sociedade civil como verdadeiro partido político na defesa dos interesses dos Latifundiários da região da Várzea. Além dela, os tradicionais partidos que encabeçavam essa organização era a UDN e o PL, além de alguns setores do PDC. A LILA funcionava ainda como milícia, contratando policiais de baixa patente para executar e perseguir oponentes políticos, entre eles podemos destacar João Pedro, Assis Lemos, Pedro Fazendeiro e Antonio Galdino. Foi dessa forma que Agnaldo Veloso Borges, membro da LILA contratou o Cabo Chiquinho e o Cabo Alexandre para executar João Pedro Teixeira, devido a

repercussão internacional que esse caso teve, a justiça paraibana chegou rapidamente ao mandante do crime que foi Agnaldo Veloso Borges, enquanto que Chiquinho e Alexandre foram os executores, apesar da agilidade da justiça, Agnaldo Veloso Borges contou com uma manobra do grupo da várzea, Agnaldo que era sexto suplente a uma cadeira na assembleia legislativa contou com a renúncia de cinco colegas deputados para assumir uma cadeira e se proteger através da imunidade parlamentar.

O que se pode observar é que no conflito que aconteceu na cidade de Mari a relação entre as forças privadas e as forças do Estado se confundem e fazem a teoria do filósofo italiano fazer sentido para analisar o caso de Mari. O primeiro fato deve-se a arma que foi encontrada em porte dos funcionários das usinas do grupo da várzea ser de uso privativo das forças armadas, o segundo fato e não menos importante trata-se da comitiva montada para retomar a arma que estava em posse dos camponeses, vale destacar a presença de três policiais paraibanos da ativa que eram: Cleudo Pinto Soares, Abdias Alves do Santos, que segundo Nelson Coelho foram resgatados por Fernando Gouveia (contador das Usinas) no município de Santa Rita. O terceiro ponto que justifica ação de guarda-noturno do Estado, foi o fato do governador já ter ciência do ocorrido na própria manhã do dia 15 pela própria boca de Renato Ribeiro Coutinho e o quarto fator é o pós conflito, onde mais de 100 soldados da polícia militar passam a patrulhar a região de Mari.

3.1 Os Guardiões da Propriedade: uma reflexão sobre o papel da Polícia Militar Paraibana, Exército e do Judiciário Paraibano no caso do conflito de Mari.

A interpretação do judiciário, forças armadas e polícia militar deve ser colocada dentro desse texto fundamentado na interpretação de Gramsci e sua noção sobre o Estado Ampliado. Sabendo disso, vale o destaque de que esses mecanismos de dominação estão presentes dentro da sociedade política e geralmente exercem a força para legitimar suas ações. Segundo Gramsci (1999), Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção.” Sobre a possibilidade de existirmos com liberdade e de que somos realmente iguais, o pensador sardo afirma:

As expressões Estado ético ou sociedade civil significariam que esta “imagem” de Estado sem Estado estava presente nos maiores cientistas da política e do direito, na medida em que se situavam no terreno da pura ciência (= pura utopia, enquanto baseada no pressuposto de que todos os homens são realmente iguais e, portanto, igualmente razoáveis e morais, isto é, passíveis de aceitar a lei espontaneamente, livremente, e não por coerção, como coisa imposta por outra classe, como coisa externa a consciência).” (GRAMSCI, 1999)

Os mecanismos que perpetuam essa coerção são o judiciário, o exército e as polícias civis e militares, além das milícias privadas, por isso não tem como pensar esse trabalho sem pensar na movimentação desses setores no pós-conflito de janeiro de 1964. Após o conflito, segundo Nelson Coelho (2004) o governador Pedro Gondim indicou o nome de Edinaldo Dias de Barros, que foi indicado por uma portaria assinada por Renato Macário (Secretário de Segurança Pública). Edinaldo Dias era o delegado do Deopse (Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Estado da Paraíba), como o responsável pelo inquérito policial que tinha como objetivo apurar os acontecimentos no Município de Mari.

O delegado indiciou as seguintes pessoas: Antônio Galdino Pessoa, Manuel Fernandes da Silva, José Joaquim da Silva, Arlindo Nunes da Silva, Antônio Bernardino da Silva, Valdemar Severino de Araujo, Severino João Gomes (Severino Carlos) e José. Além de indicar essas pessoas, ouviu José Daniel Aciolly Lima que estava acompanhando o pai, o agrônomo dos Ribeiro Coutinho, José Daniel Vieira de Lima. Vale o destaque que convicto da participação dessas pessoas no conflito o delegado Edinaldo Dias de Barros pediu a prisão dos indiciados ao juiz da comarca de Sapé que no dia 23, ou seja, oito dias depois do conflito, decretou a prisão de:

Assim sendo e levando em consideração os elementos colhidos nos autos e levando em consideração a garantida da ordem pública e a instrução criminal decreto a Prisão Preventiva dos indiciados Manuel Fernandes da Silva, Antônio Galdino Pessoa, JOSé Joaquim da Silva, Antônio Bernadino de Oliveira, Arlindo Nunes da Silva, Valdemar Severino de Araújo e Severino João Gomes, vulgo Severino Carlos, todos já qualificados às fls.43, isto com fundamento nos artigos 311 e 313 do Código de Processo Penal. (COELHO, 2004)

É importante salientar que o pedido de prisão foi efetuado no dia 24 de janeiro, logo, o governador Pedro Gondim determina a Secretaria de Segurança Pública, que efetuasse a prisão dos acusados, os mesmos foram encarcerados no mês de janeiro e conseguiram um habeas corpus cerca de um mês depois. Foi interpelado dois

pedidos de habeas corpus, um deles foi feito através do advogado das Ligas Camponesas paraibanas, o desembargador aposentado, ex-candidato a prefeitura de João Pessoa pelo PCB, João Santa Cruz, solicitando a soltura dos camponeses Manuel Fernandes da Silva, José Joaquim da Silva, Antônio Bernadino de Oliveira e Antônio Galdino Pessoa, outro pedido foi feito através da acusação pelo advogado Alfredo Pessoa de Lima, solicitou um habeas corpus interpelando pela soltura de Arlindo Nunes da Silva, Valdemar Severino de Araújo e Severino João Gomes (Severino Carlos), um fato curioso, porém, elucidativo, é que o advogado de acusação também pede um habeas corpus preventivo para José Daniel Vieira de Lima que era Engenheiro Agrônomo das Usinas São João e Santa Helena, e havia participado do conflito e era o único que não havia sido ouvido por está internado devido aos ferimentos proporcionados pelo confronto.

O relator do habeas corpus foi o desembargador Arquimedes Souto Maior, que deu voto a favor da soltura de Arlindo Nunes da Silva, Valdemar Severino de Araújo e Severino João Gomes estendendo a soltura para os pacientes Manuel Fernandes da Silva, Antonio Galdino Pessoa, José Joaquim da Silva e Antônio Bernadino de Oliveira, a justificativa da Câmara Criminal era de que a preventiva dos indiciados não estava fundamentada e não apontava o crime cometido e os réus foram colocados em liberdade. No dia 27 de Fevereiro de 1964 os acusados foram postos em liberdade.

Entra em cena também nesse momento o deputado Assis Lemos, isso porque foi o deputado quem tinha recebido em suas mãos a arma, o revólver Smith & Wesson, - Calibre 45 pertencente às forças armadas. Durante sua atuação como deputado, Assis Lemos havia denunciado a existência dessas armas espalhadas por vários locais da Paraíba, geralmente próximo a zona canavieira. A ideia de Assis Lemos era entregar a arma ao general Jair Dantas Ribeiro, que era Ministro da Guerra do governo João Goulart que iria fazer uma visita a Paraíba no dia 03 de Fevereiro, nesta passagem o Ministro, passaria no Palácio da Redenção para visitar Pedro Gondim. Assis Lemos até tentou uma reunião com o ministro, através do gabinete do chefe da Casa Civil, Edigardo Soares, mas o ministro havia dito que não se reuniria com nenhum parlamentar, entretanto, o deputado Assis Lemos continuava insistindo para que a reunião fosse feita, pois tinha algo muito importante para entrega, no gabinete do chefe da Casa Civil do Estado da Paraíba, estavam além de Edigardo Soares, Sylvio Porto (secretário do interior e da justiça) e dois coronéis da polícia

militar Gadelha (comandante geral) e Amorim (chefe do estado maior) e João Duarte, que era relações públicas do governo. Até que o Coronel Amorim afirmou que se o superior dele (Gadelha) autorizasse ele tomaria a arma do deputado, Nelson Coelho que era assessor de Pedro Gondim, com receio de ter a arma tomada pelo coronel Amorim, Assis Lemos, afirma no seu livro de memórias que se o coronel tivesse tentado tomar a arma ele teria reagido, entretanto, saiu do local, pois planejava entregar a arma ao ministro durante solenidades que iriam ocorrer no 15 ° RI em homenagem a visita do ministro a capital. A visita do ministro fazia parte de um conjunto de visitas que o ministro estava fazendo pra verificar a estrutura dos batalhões do exército Brasileiro, a ideia de Assis Lemos, porém, quando estava saindo do Palácio da Redenção, ele foi abordado pelo Coronel Galileu, que era chefe do estado maior do Exército na Paraíba, que afirmou que estava em nome do general Augusto Mata, e prometeu que abriria o inquérito para entender como uma arma do exército foi parar nas mãos de um administrador de fazendas. Para Assis Lemos, o general Mata e o coronel Galileu mereciam o nosso respeito. “Não tendo dúvidas de sua palavra, entreguei-lhe o revólver” Assis Lemos (1996).

Segundo Nelson Coelho (2004) o coronel Renato Macário, recebeu um ofício de número 75-AjG, com um erro na data, ao invés de 5 de Fevereiro estava 4 de janeiro que afirmava que o deputado Assis Lemos havia entregado um revólver Smith & Wesson DA - Calibre 45, que havia sido retomado após os conflitos. Reproduzo abaixo esse primeiro ofício, que é do coronel Galileu para o secretário de Segurança Pública Renato Macário:

Ministério da Guerra - IV. Exército - 1º Grupamento de Engenharia. Ao: Exmo sr. secretário de Segurança Pública da Paraíba, fez entrega a este comando de um Revólver Smith & Wesson DA - Calibre 45, como tendo sido apreendido do administrador da propriedade Santo Antônio, situada no município de Mari, neste Estado, por um camponês morador do referido município. - A arma em questão tem as seguintes características: número do cano e do tambor: 191 - 329 e número da armação do alojamento do tambor: 24.835-2 - Ao ensejo renovo a V.Exa. protestos de estima e mui distinta consideração. Assinado: Galileu Machado Gonçalves, ten. cel. chefe do Estado Maior - responsável pelo expediente do QG/ 1º GPT. (COELHO, 2004)

No dia 7 de Fevereiro de 1964 o secretário Renato Macário retornando a arma para o Delegado Edinaldo que era o encarregado pelo inquérito do ocorrido em Mari, a proposta era de que a arma fosse colocada junto aos autos do processo, entretanto,

vale salientar que durante o fim de fevereiro e início de março, o processo pouco andou, o golpe militar de 1964 também iria interferir no andamento do processo isso porque o delegado Edinaldo Dias de Barros, que era tido e interpretado por setores conservadores como um delegado 'esquerdista', apesar de Edinaldo Dias ser homem de confiança do deputado paraibano que apoiou o golpe de 1964, Luís Bronzeado, foi deposto do cargo de delegado do DEOPS pelo secretário de Segurança Pública, Renato Macário, em portaria assinada em 7 de abril de 1964, designando o bacharel Silvio Neves Ferreira, como delegado responsável pelo caso, delegado esse que era conhecidamente um apoiador dos golpistas de 1964 e também informante no momento anterior ao golpe. Segundo Nelson Coelho (2004), só no dia 8 de Abril de 1964 o delegado Silvio Neves Ferreira, ou seja, um dia após sua nomeação, mas sessenta e um dias depois a solicitação do secretário de segurança pública solicitar que a arma fosse anexada aos autos do processo, deu parecer favorável. Entretanto, observemos abaixo o ofício do 1º Grupamento de Engenharia, que foi destinado a Renato Macário no dia 26 de Fevereiro de 1964:

Ministério da Guerra - IV Exército - 1º Grupamento de Engenharia. João Pessoa, 26/fev/1964. Ofício n. 138 - AjG. Do comandante do 1º Grupamento de Engenharia. Ao Exmo. senhor secretário da Segurança Pública da Paraíba. Assunto: Destino de uma arma apreendida (participa). Referência: Of. N.75 - AjG, de 4 de janeiro de 1964. 1º Participa a V.Exa que, cumprindo determinação do Exmo. senhor comandante do IV Exército remeti àquela autoridade competente. 2. Ao ensejo, renovo a V.Exa protestos de estima e mui distinta consideração. Galileu Machado Gonçalves, tenente coronel - chefe do estado maior e responsável pelo expediente do QG do 1º Grupamento de Engenharia. (COELHO, 2004, pg.252)

Aqui o que se pode perceber é a relação íntima entre a polícia e o exército, isso porque a arma que havia sido entregue ao exército e que deveria pertencer aos autos do processo do caso do conflito, acabou sendo perdida e nunca mais apareceu. É observar toda articulação em torno das trocas de ofícios entre o secretário Renato Macário e o 1º Grupamento de Engenharia e depois da atuação do delegado Silvio Neves que mais de sessenta dias depois vai dar parecer favorável para que a arma fizesse parte dos autos do processo, entretanto, já havia sido extraviada e perdida ao longo do tempo, para nos ajudar a compreender essa relação da polícia com outras forças do estado, como no caso do exército, trago abaixo a interpretação de Gramsci

sobre como se forma as polícias dentro da sociedade moderna e sua forma de dominação:

A técnica política moderna mudou completamente pós 1848, após a expansão do parlamentarismo, do regime associativo sindical e partidário, da formação de vastas burocracias estatais e “privadas” (político-privadas, partidárias e sindicais), bem como as transformações que se verificaram na organização da polícia em sentido amplo, isto é, não só do serviço estatal destinado à repressão da criminalidade, mas também do conjunto das forças organizadas pelo Estado e pelos particulares para defender o domínio político e econômico das classes dominantes. (GRAMSCI, 1999, pg.77)

Um exemplo da manifestação desse domínio político e econômico é atuação do delegado de polícia Silvio Neves Ferreira, como já foi dito anteriormente era um notório defensor dos militares e ele conseguiu uma façanha isso porque trinta e cinco dias após assumir o inquérito, o delegado subitamente, ou como um passe de mágica chegou a uma resolução e encaminhou o caso para a justiça pública, segue o relatório de Silvio Neves Ferreira, segundo Nelson Coelho (2004):

Exmo Senhor juiz de direito da comarca de Sapé.

Relatório: Tendo o signatário do presente relatório sido designado para proceder às diligências necessárias à complementação deste inquérito, verificou que foram ouvidos todos os acusados, testemunhas, informantes, etc., com a juntada dos documentos devidos para a instrução do mesmo inquérito. Somente se faz necessário se fazia o relatório para envio à Justiça dos autos. Isto o que passamos a fazer após a leitura de todos os documentos: Ao quinze dias do mês de janeiro do corrente ano, no município de Mari, tiveram lugar lutosos acontecimentos envolvendo moradores de uma propriedade do sr. Nezinho de Paula e alguns funcionários das Usinas São João e Sta Helena. Tais fatos tiveram origem em uma invasão de terras da fazenda Santa Antônio daquelas usinas, por parte daqueles moradores. Estas invasões eram comuns, à época por orientação das famosas e famigeradas Ligas Camponesas, cujos chefes procuravam tumultuar o meio rural sem o respeito devido às propriedades e aos proprietários. Após a invasão já aludida, os camponeses sob a chefia de Antônio Galdino Pessoa, procederam ao enchocalhamento do vigia da fazenda, tomando-lhe um revólver que portava, na ocasião, e o soltaram após o mesmo prometer que as terras invadidas seriam entregues àqueles moradores. Tomando conhecimento do fato, o sr. Fernando da Cruz Gouveia, contador das usinas, em companhia de outras pessoas, dirigiu-se à propriedade do sr. Nezinho de Paula, para onde haviam retornado os invasores, a fim de esclarecer o caso e obter a devolução da arma tomada. Ao chegarem àquele local e mal iniciadas as conversações, houve o cerco dos circunstantes por parte dos camponeses e a imediata agressão ao sr Fernando da Cruz Gouveia, agressão essa procedida a golpes de enxadas que lhe ocasionou a morte imediata. Reagiram, então, os companheiros do inditoso senhor, travando-se sangrenta luta entre as facções, resultando da mesma, a morte no local das seguintes pessoas, além do já mencionado:

Fernando da Cruz Gouveia, Cleudo Pinto Soares, Abdias dos Santos, Vicente Amado, José Feliciano, Antônio Barbosa, Pedro Cardoso da Silva, Genival Fortunato Félix, José Barbosa do Nascimento e, posteriormente do soldado de polícia José Tomaz da Silva, do destacamento policial de Mari, que ali chegara, logo após o início do entrevero, bem como o líder camponês Antônio Galdino Pessoa, exames cadavéricos de fls.26 a 35 e atestado de óbito de fls.40. Além dessas mortes, ocorreram ferimentos nas pessoas de José Daniel Vieira Lima, do menor José Daniel Aciolly Lima e Manoel Fernandes da Silva (exames de corpo de delito de fls.36,37 e 39). Segundo depoimentos dos acusados e de testemunhas, envolveram-se, nos acontecimentos, tomando parte ativa nos mesmos, as seguintes pessoas, afóra outras não identificadas: Manoel Fernandes da Silva, José Joaquim da Silva, Antônio Bernadino de Oliveira, Arlindo Nunes da Silva, Valdemar Severino de Araujo e Severino João Gomes, vulgo Severino Carlos, além dos feridos e mortos. Pelo apurado, vê-se que os acima nomeados estão incursos nas penas dos artigos 121 e 129 do código penal. Isto o que se pode deduzir da leitura atenta e minuciosa dos depoimentos, interrogatórios e documentos, depoimentos aqueles prestados perante Bel.Edinaldo Dias de Barros encarregado do inquérito, cuja substituição pelo signatário deste se deu face à sua exoneração do cargo de delegado da ordem política, social e econômica. Devemos salientar ainda o fato de que os acusados se encontram em liberdade em face de habeas corpus concedido pela Egrágia Câmara Criminal do Tribunal de Justiça da Paraíba, como se vê da cópia do acórdão, às fls.51 a 54, por estarem os mesmos com prisão preventiva decretada pelo Exmo.sr.dr.juiz de Direito da Comarca de Sapé. O escrivão proceda à juntada deste aos autos, remetendo-os à autoridade judiciária competente o Exm.sr.dr. Juiz de Direito de Sapé, para os seus devidos e legais efeitos. João Pessoa, 15 de maio de 1964. Silvio Neves Ferreira - delegado especial de ordem política social e econômica. (COELHO, 2004, p.234)

Esse relatório do bacharel e delegado Silvio Neves é extremamente problemático, isso porque o delegado já começa afirmando o nome errado do proprietário da terra. Ele chama de Nezinho de Paula quem na verdade se chamava Manuel de Paula Magalhães, Nezinho era o apelido do filho de Manuel, entretanto, se fosse apenas esse equívoco até que daria para perdoar, porém, esse relatório é cheio de falhas e extremamente tendencioso. O segundo caso que mostra a incapacidade deste relatório escrito pelo senhor Silvio Ferreira, é que ele afirma que os camponeses enchocalharam e tomaram o revólver do administrador da fazenda, mas, em nenhum momento fala no relatório sobre o histórico de violência por parte do administrador Arlindo Nunes com os camponeses, além de não falar nem sequer uma linha sobre o fato do revólver que estava sob posse do vigia ser do exército brasileiro. Segundo o intelectual sardo Gramsci, aponta o papel que a polícia pode cumprir no processo de dominação:

O que é a polícia? Por certo, ela não é apenas uma determinada organização oficial, juridicamente reconhecida e habilitada para a função de segurança pública, tal como ordinariamente se entende. Este organismo é o núcleo central e formalmente responsável da “polícia”, que é uma organização muito mais ampla, da qual direta ou indiretamente, com laços mais ou menos precisos e determinados, permanentes ou ocasionais, etc, participa uma grande parte da população de um Estado. A análise destas relações serve bem mais para compreender o que é o “Estado” do que muitas dissertações filosófico-jurídicas. (GRAMSCI, 1999, pg.1961)

Ou seja, em Gramsci, a polícia está para além da compreensão do mantimento da segurança pública, presente na sociedade política, a polícia, é uma organização ampla na qual tem participação direta na manutenção de uma ordem dominante, com laços mais ou menos preciso, no caso deste relatório de inquérito policial, o que se pode observar é que e em nenhum momento se fala de indiciar José Daniel Vieira de Lima, que era agrônomo e pertencia ao alto escalão da elite agro-industrial e passa a ser protegido pelo delegado Silvio Neves, mostrando sua sintonia tanto com os golpistas de 1964 quanto com as elites locais. Um ponto que vale destaque também é sobre as condenações, pois, há nessas condenações um evidente caráter de classe, tendo em vista que todos os acusados, até aqueles que pertenciam ao grupo da várzea eram funcionários de baixo escalão, isso quer dizer que eram vigias ou vaqueiros que no final, foram indiciados pelo artigo 121 e 129 que, respectivamente, significam matar alguém e ofender a integridade corporal de alguém. Compartilho da mesma ideia de Nelson Coelho (2004), onde a intenção de Silvio Neves era de tentar construir uma narrativa onde levasse a criação de um júri popular, pois, não podemos perder de vista que escalada autoritária só estava começando e que um júri popular poderia ser facilmente manipulado e as penas serem diferentes, abrindo margem assim, para decisões que fossem legitimadas em preferências do regime.

Esse processo chega no dia 15 de Maio e é recebido pelo primeiro suplente da comarca de Sapé, Manuel Claudino Neto e no fim do mês de maio é entregue ao titular da praça, o juiz Walter Rabelo da Costa, que despachou o processo para o Ministério Público, é quando o promotor de justiça Eurico Santiago Rangel, denuncia José Daniel Vieira Lima agrônomo do Grupo da Várzea que até então não tinha sido nomeado em nenhum dos processos que tramitam sobre o caso do conflito em Mari. Segue abaixo a denúncia do promotor Eurico Santiago Rangel:

Excelentíssimo doutor juiz de direito desta comarca. O promotor público desta comarca, no exercício e seu ministério, vem denunciar, baseado no inquérito policial o dr. José Daniel Vieira Lima, agrônomo, residente na Usina Santa Helena, desta comarca; Arlindo Nunes da Silva, administrador da fazenda Santo Antônio, município de Mari, ali residente; Severino João Gomes, vulgo “Severino Carlos”, capitão de campo, residente na fazenda Munguengue, município de Espírito Santo; Valdemar Severino Araujo, vigia, residente na Usina Santa Helena, Antônio Galdino Pessoa, agricultor, residente na rua José Clementino de Paiva, nº 136, na cidade de Mari; Manuel Fernandes da Silva, agricultor, residente na Rua Severino Braz, n/ 347; estes últimos todos residentes na cidade de Mari, os indiciados, depois de violentas discussões, empenharam-se em luta, provocando grave conflito. Deste resultaram saírem mortos ou feridos gravemente, os indivíduos constantes dos laudos médicos de fls.26 e 40, bem como apresentarem ferimentos alguns dos acusados. Desta maneira puseram os denunciados a perigo a incolumidade pessoal dos presentes, causando séria perturbação da ordem na comunidade a que pertencem. Pelo exposto, incidiram na pena prevista no artigo 137, § único do Código Penal pelo que, contra os mesmos oferece o Representante do Ministério Público esta denúncia, requerendo a citação dos denunciados e a inquirição das testemunhas abaixo enumeradas. Nestes termos - Pede deferimento - Sapé 1º de julho de 1964 - Eurico Santiago Rangel, promotor. Rol de testemunhas: 1 - subtenente do estado, Ospício Mendes de Sousa da policia militar do Estado, comissário de Polícia de Mari e José Araújo, residente e domiciliado à Rua José de Luna Freire, 346 - em Mari. (COELHO,pg. 239, 2004)

A justificativa para Nelson Coelho em relação à decisão do promotor Eurico Santiago Rangel de inserir José Daniel Vieira Lima como indiciado havia sido influência de sua mãe Daura de Sousa Rangel, que era professora e tinha uma fama na Paraíba por ser simpatizante de posições políticas mais à esquerda.

O papel que o promotor Eurico Santiago cumpre não é um papel de um revolucionário de esquerda, mas sim de um liberal que acredita que as instituições jurídicas e consequentemente do Estado devem agir de acordo com o jusnaturalismo, ou seja, a ideia de que todos os homens são iguais e devem ser julgados também de maneira igual. Outro ponto importante é que acusação levantada pelo promotor adicionava mais um crime (artigo 137 o código penal que é o artigo que interpreta e acusa a partir de participação de rixa) aqui vemos mais uma vez que o debate sobre a estrutura desigual agrária paraibana quando passou para o campo da disputa em que lembra um jogo de futebol, mas quando na verdade, o que se ver é um estado desigual, atrelado a uma crise de hegemonia que já caminhava para o conflito entre as classes. Apesar de avançada a leitura de Eurico Rangel para colocar, entretanto, o que se pode observar no decorrer do processo é que a atuação desse promotor

acaba por ser isolada, pois, apesar do juiz da comarca de Sapé aceitar a denúncia do promotor em relação a José Daniel, o processo no caminhar mostrou suas vicissitudes e o seu posicionamento, observemos abaixo o posicionamento de Walter Rabelo Pessoa, que na ocasião era Juiz de Direito da Comarca de Sapé: “Uma ação crime que a justiça pública da comarca move contra Arlindo Nunes da Silva, Severino João Gomes, vulgo Severino Carlos, Valdemar Severino de Araújo, Antonio Galdino Pessoa, Manuel Fernandes da Silva, José Joaquim da Silva, Antonio Bernadino Oliveira e dr. José Daniel Vieira Lima.” (COELHO, 2004, p.242)

O interrogatório aconteceu no dia 21 de agosto, os primeiros a serem escutados foram os camponeses Arlindo Nunes da Silva, Valdemar Severino de Araújo, Antônio Galdino Pessoa, Manuel Fernandes da Silva, José Joaquim da Silva e Antônio Bernadino de Oliveira que tinham como advogado de defesa, o bacharel em direito Joaquim Henrique de Almeida Honório. O interessante é que no caso do interrogatório dos camponeses não houve arrolamento de testemunhas, isso é, não foram chamadas testemunhas para a defesa dos camponeses, o destaque deste ponto é em relação. Quanto ao lado do bloco agro-industrial, o único que compareceu ao interrogatório na comarca de Sapé foi o agrônomo José Daniel Vieira, o único que participou ativamente do conflito e só foi ouvido sete meses depois por conta da ação do promotor Eurico Rangel. O advogado de defesa de Daniel era Miguel Paiva, além de Daniel, outro acusado de envolvimento no conflito, Severino Carlos também foi interrogado, mas na cidade de Cruz do Espírito Santo. Um outro ponto que vale o destaque é que o advogado Alfredo Pessoa de Lima através de uma procuração pública, pediu para participar do processo crime representando as viúvas dos funcionários do latifúndio que se envolveram no conflito e acabaram mortos, a questão é que segundo Nelson Coelho, o procurador Eurico de Sousa Rangel deu habilitação para o andamento do caso, porém, o advogado desapareceu e abandonou a continuidade do processo.

O que fica em relação ao caso do advogado Alfredo Pessoa Lima ter desaparecido do processo também se justifica se formos pensar a sentença favorável a acusação que a comarca de Sapé, através de Walter Rabelo da Costa determinou na sentença dois anos depois, em 1966, após parecer do Ministério Público, que escutou apenas duas testemunhas da acusação, isso porque com a escalada autoritária e com o golpe de 1964 o medo passou a ser uma constante, junto a isso a proibição da existência das Ligas Camponesas pós 1964 gerou também um forte

impacto na organização campesina, apesar de parte dos sindicatos rurais ainda existirem os camponeses com o golpe sofreram um forte baque organizacional, entretanto, o fato de não existir testemunhas por parte do camponeses, por decisão do Ministério Público evidencia algo que já vem sendo explicitado ao longo deste trabalho que é o profundo vínculo de setores do judiciário com as elites dominantes e sua relação servil a uma escalada autoritária como é o estudo do caso do conflito de Mari, abaixo reproduzo na íntegra a sentença de Walter Rabelo sobre o caso no dia 24 de Maio de 1966:

Ementa -- Constatada, através das provas, que o caso é de rixa, condena-se os réus às penas a que estão enquadrados de acordo com o Código Penal. Vistos etc. O ministério público através de seu representante denunciou de José Daniel Vieira Lima Arlindo N. da Silva, Severino João Gomes, vulgo Severino Carlos, Valdemar Severino de Araújo, Antônio Galdino Pessoa, Manuel Fernandes da Silva, José Joaquim da Silva e Antônio Bernadino, como incurso nas penas do art.137, § Único, do Código Penal, em virtude de terem participado do fato descrito na denúncia de fls.2. -- XXX -- Recebida a denúncia pelo substituto eventual do titular efetivo da comarca, foi designado dia para interrogatório e mandado expedido precatório. Ao interrogatório, compareceu apenas o réu José Daniel Vieira Lima, apesar de terem sido feitas as diligências de intimações aos demais, o titular da comarca mandou que se publicasse edital de intimação aos demais denunciados que não compareceram e tiveram defensor nomeado na forma da lei -- XXX-- No sumário, só foi possível serem ouvidas duas testemunhas de acusação, não tendo havido testemunhas de defesa. Decorrido o prazo para diligências, foi aberta vistas ao promotor público, que apresentou suas razões finais. Em seguida, vieram os seus defendidos -- XXX -- Estudadas as peças que compõem o presente processo, pode-se, através dos elementos existentes, chegar-se a uma conclusão real dos lamentáveis fato que se passaram onde tantos perderam a vida sem razão de ser. -- XXX -- Aquele que intervém em rixa, com o objetivo manifesto de apaziguar os contendores, não se torna passível de qualquer penalidade, desde que não aja com dolo e não se exceda em sua conduta de apaziguamento. (Ac. Da 3º Câmara Criminal do T.J. de S.P - 31/8/48 Rev. dos Trib. v 176-p.84). XXX -- Rixa, na definição de Bento de Faria, é contenda briga ou desordem entre várias pessoas. Altonila e Alimena: o número de pessoas a ser fixado, no mínimo, para caracterizar a rixa, é três ou mais. Rixa ocorre quando se verifica uma luta improvisada, subitânea, de mais pessoas entre si. - (Desemb. F.Cunha Pereira -- 1º Câmara do T.J do Paraná --17/11/1948) -- XXX -- Para que a rixa seja qualificada, basta que resulte a eventual morte ou lesão corporal de natureza grave. Cada um dos co-rixantes incorre na pena majorada porque contribuiu para criar e fomentar a situação de perigo, não respondendo pelas consequências que não produziu, mas pelas não previsíveis a que prestou sua cota de causalidade -- XXX -- No delito de rixa, a legítima defesa é impossível, pois a rixa se verifica de modo imprevisto, é a resultante dos ânimos disputantes. A rixa não deve ser compreendida, digo, confundida com agressão, pois os agredidos,

permanecem inativos, não rixam; os que reagem a uma agressão, se defendem, justificando-se então a legítima defesa, porém, grupos que se defrontam em campo, à margem de via pública, cometem rixa. -- XXX --Assim sendo e considerando os elementos existentes nos autos e ainda com apoio na vasta jurisprudência existente em relação ao caso, Julgo Procedente em parte a denúncia de fls. para absolver, como absolvo o denunciado José Daniel Vieira Lima, já qualificado às fls., por considerar que o mesmo satisfaz as condições de que entrou no conflito com o desejo de apaziguar; e condeno os demais denunciados como incurso nas penas do art. 137 § Único do Código Penal por concluir que os mesmos estão realmente enquadrados àquelas penas previstas no código e assim sendo, ficam os réus, Arlindo Nunes da Silva, Severino João Gomes, vulgo “Severino Carlos”, Valdemar Severino de Araújo, Antônio Galdino Pessoa, Manuel Fernandes da Silva, José Joaquim da Silva e Antônio Bernadino de Oliveira, condenados à pena de dois (2) anos de detenção, as custas do processo e a taxa penitenciária de Cr\$ 500 (quinhentos cruzeiros). A referida pena deverá ser cumprida na Penitenciária Modelo, em João Pessoa. Lance-se os nomes dos réus no rol dos culpados e expeça-se mandado de prisão às autoridades competentes. PIR. Sapé, 24 de maio de 1966 - Walter Rabelo da Costa - juiz de Direito.) (COELHO, 2004,pg.242)

Através dessa sentença emitida pelo juiz de direito da comarca de Sapé, podemos observar cumplicidade e o caráter de classe das decisões do judiciário, tendo em vista que na totalidade da sentença o que se pode observar é que os únicos condenados ao crime são condenados que tem uma classe em comum, apesar de compreender que existem divergências na atuação desses trabalhadores, e que os funcionários do Grupo da Várzea também legitimam diversos tipos de violência por parte dos latifundiários aos camponeses, entretanto, no caso desse conflito o que se pode observar é que os considerados culpados são homens pobres, talvez com poucas diferenças no processo de exploração, mas todos são homens pobres, por exemplo: Severino Carlos (vulgo Severino Carlos), exercia a função de Capitão do Campo, Severino Araújo era vigia da Usina Santa Helena e Arlindo Nunes era Administrador da Fazenda, sobre isso Paulo Freire (2019) constrói uma boa síntese: raros são os camponeses que ao serem promovidos a capatazes não se tornam mais duros opressores de seus antigos companheiros do que o patrão mesmo.

Entretanto, esses funcionários do latifúndio que foram considerados culpados, não deixam de ser oprimidos que “hospedam” e reproduzem vários mecanismos de dominação, mas pertencem ao mais baixo escalão dos funcionários do Grupo da Várzea. Os outros quatro que foram condenados eram os camponeses: Manuel Fernandes da Silva, camponês, e Antônio Galdino Pessoa, José Joaquim da Silva e

Antônio Bernardino de Oliveira que também ambos eram camponeses, assim como os funcionários do latifúndio do baixo escalão os camponeses também receberam dois anos de pena na penitenciária modelo de João Pessoa. Aqui observamos o caráter de classe da atuação do judiciário paraibano, outro ponto que confirma essa hipótese a absolvição de José Daniel Vieira Lima, que participou ativamente no conflito, mas que foi inocentado pois o próprio art.137 do código penal abria essa possibilidade de interpretação, tendo em vista que a defesa de José Daniel alegou que ele entrou no conflito com o intuito de apaziguar a situação, entretanto não devemos esquecer que o contexto desse caso está inserido no momento de escalada autoritária que respingou de maneira direta no setor judiciário, sobre isso e analisando a relação do judiciário com as elites locais, elites essas que foram ostensivamente favoráveis ao Golpe Militar de 1964. Embora a ditadura brasileira não possa ser considerada fascista, as palavras de Gramsci podem ser apropriadas para pensar o nosso regime militar:

Os fascistas só puderam realizar suas atividades porque dezenas de milhares de funcionários do Estado, em particular dos organismos de segurança pública (delegados de polícia, guardas-régias, carabineiros) e da Magistratura, tornam-se seus cúmplices morais e materiais. Estes funcionários sabem que a manutenção de sua impunidade e o êxito de suas carreiras estão estreitamente ligadas aos destinos da organização fascista, e, por isso, têm todo interesse em apoiar o fascismo em qualquer tentativa que este faça no sentido de consolidar sua posição política. (GRAMSCI, 2018)

O processo sobre o conflito de Mari já começou extremamente desqualificado tendo em vista as trocas no departamento de polícia e o relatório do delegado Edinaldo Dias (ostensivo apoiador do golpe de 1964), onde não sabia o nome do dono da propriedade, trocou nome dos acusados, não separou sequer uma linha sobre o segundo ataque que houve aos camponeses, com a chegada da polícia militar local e ainda ocultou o nome de um participante que foi José Daniel Vieira, que só veio a ser lembrado quando o promotor Eurico de Sousa Rangel indiciou José Daniel e o colocou na denúncia, aparentou-se um certo clima de imparcialidade, mesmo sabendo a inexistência desse termo na justiça burguesa, porém, quando o ministério público só convoca duas testemunhas, que pertenciam a acusação (ou seja ao Grupo da Várzea) negando o direito ao contraditório, mostrou que atuação do judiciário paraibano sobre esse caso foi em sintonia com os interesses do Grupo da Várzea e conseqüentemente com a escalada autoritária proveniente do golpe militar, o fato de

José Daniel ser absolvido da acusação mostra o papel que essas forças cumprem no mantimento de uma ordem dominante.

Acredito que esse caso exemplifica bem o reflexo da escalada autoritária aqui na Paraíba antes e depois 1964 e como o judiciário foi artífice e produtor dessa dominação, afirmo isso baseado nos Escritos Políticos de Gramsci, onde ele observa partindo da experiência italiana, afirma: “Na Itália – dado que jamais existiu um poder judiciário independente, mas apenas uma ordem judiciária submetida ao poder governamental -, jamais existiu a democracia., mas só um regime paternal, adocicado e mitigado. (...) Onde, como na Itália, a força armada depende do governo (que pode, quando assim o desejar, dissolver a Câmara com as baionetas), não existe democracia: existe ditadura, isto é, a reação permanente” (GRAMSCI, 2018). Observar essas colocações do intelectual sardo é notar a relação íntima que o judiciário brasileiro tem com as forças dominantes, a maneira em que o conflito de Mari foi carregado pelos guardiões da propriedade privada, o processo viciado de Mari e já determinado, estava sintetizados nas forças policiais, no exército ou no judiciário, ambos que contribuíram de forma direta com a abertura de um regime de exceção que durou cerca de 21 anos.

3.2 Diário da Borborema, Diário de Pernambuco, O Norte, Correio da Paraíba: Aparelhos Privados de Hegemonia

O mesmo raio luminoso, passando por prismas diversos, dá refrações de luz diversas: se se pretende obter a mesma refração, é necessária toda uma série de retificações nos prismas singulares. (Gramsci)

A imprensa escrita sempre foi objeto de discussões acaloradas entre docentes e estudantes de história, por muitas vezes o tema é levantado em torno do ofício do historiador e o manusear das fontes impressas de cunho jornalístico. Por muito tempo, a historiografia tradicional considerava por fonte apenas os documentos oficiais do Estado, porém, com o Marxismo e a Escola dos Annales em 1929 e a compreensão de ampliação das fontes, os jornais passam a ocupar cada vez mais espaço na compreensão do saber histórico, principalmente enquanto fonte, entretanto, não se deve negar que a leitura dessas fontes precisam ser minuciosas e cuidadosas, isso porque esses veículos de informação geralmente estão vinculados a um modelo

econômico, político e social, por isso que a leitura dessa fonte precisa ser feita criticamente.

A essa renovação historiográfica que começa na década de 1930 com o advento dos Annales, mas que só poderá ser sentida quase quarenta anos depois vale o destaque da profunda renovação que o marxismo passa, principalmente depois dos estudos de Thompson, Hobsbawm, Perry Anderson, Raymond Williams, com a construção da New Left Review, revista que procurava discutir uma história vista de baixo e desconsiderando as análises economicistas que o marxismo vulgar althusseriano colocava, esses historiadores ingleses provocaram uma verdadeira revolução por considerar outras categorias que até então eram renegadas pelo marxismo vulgar como: cultura, experiência, subjetividades e fontes das mais diversas.

O subsídio teórico retirado para análise deste tópico é influenciado pela teoria do Estado Ampliado de Gramsci, conceito esse que vem nos ajudando até agora na interpretação do conflito. O Estado Ampliado em Gramsci é uma interpretação que separa sociedade política (polícia, judiciário e exército) e sociedade civil (partidos, imprensas, movimentos sociais) que juntos compõem o Estado tal qual concebemos, a relação entre sociedade civil e sociedade política é marcada por uma relação de força e consenso. A força é determinada na maior parte das vezes pela sociedade política, já o consenso para o intelectual sardo é determinado pela sociedade civil por organismos que ele vai chamar de aparelhos privados de hegemonia, esses aparelhos são os responsáveis pela construção do consenso hegemônico, os aparelhos privados de hegemonia são parte da sociedade civil. Um destaque também que deve ser pontuado sobre esses aparelhos, é que no caso dos estudados em relação ao conflito de Mari apenas um não pertencia aos Diários dos Associados de Assis Chateaubriand.

Os quatro jornais analisados neste tópico são: Diário da Borborema, Diário de Pernambuco, O Norte e Correio da Paraíba. O primeiro, que aqui começarei fazendo a análise e estudo, o Jornal O Norte, fundado em 1908 pelos irmãos Oscar Soares e Orris Eugênio Soares na cidade de João Pessoa. O Jornal O Norte foi criado dentro dos padrões modernos de jornalismo, a qualidade gráfica impressionava, ao ponto de no seu lançamento o Jornal "A União" que era seu concorrente direto destacou a sua modernidade. O jornal por um determinado tempo, principalmente, ficou conhecido como o porta-voz do epítacismo na Paraíba entre 1915 - 1919. Durante o período de

1930 principalmente pós-consolidação de Vargas na presidência, pois a linha editorial do jornal defendia a chapa de Washington Luís, sendo opositora a João Pessoa. O jornal foi fechado em 1930 e só voltou a ter circulação em 1935. O destaque é que a partir da década de 1950, mais precisamente em 1954 o jornal é incorporado ao império de Assis Chateaubriand e passa a integrar os Diários Associados. Assim como outros jornais paraibanos de acordo com a comissão estadual da verdade, o jornal O Norte também teve entre seus jornalistas apoiadores do golpe militar de 1964, não devemos esquecer que Assis Chateaubriand, o dono dos Diários Associados, em nível nacional, desempenhava um boicote ao governo de João Goulart, na Paraíba coube a Antônio de Barrosos Pontes, colunista do O Norte, sobre o golpe militar de 64 afirmar:

Em vez daquela Revolução dos Arrais, dos Brizolas, dos Juilões, em que o povo democrata estava destinado a sucumbir e os líderes iriam para o 'paredon', os proprietários rurais picados a golpes de foice, tivemos graças a Deus que é brasileiro como já se disse, uma das mais providenciais revoluções do mundo. (C.E.V, 2014).

Feito esse parêntese necessário, pois, para entendermos o local social da produção do O Norte, se faz necessário compreender também de onde parte o seu discurso e com base em quais evidências. Quanto às matérias do jornal O Norte sobre o conflito ocorrido em Mari no dia 15 de janeiro de 1964 é escrita por Evandro da Nóbrega que logo após o ocorrido em Mari, o jornalista conseguiu ir à cidade no mesmo dia do conflito. Junto com Evandro estava uma equipe de cinegrafistas da TV dos Diários Associados. O texto escrito por Evandro do material apresentado e analisado neste capítulo é o que mais se aproxima, hoje, a luz da história, do que realmente aconteceu, apesar de apresentar alguns problemas.

O jornalista começa a matéria afirmando o número de mortos no conflito, entretanto, vale o destaque de que entre os mortos, o destaque inicial é o economista Fernando Gouveia, os dois policiais mortos e os três vigias da usina. Quando vai falar do lado de vítimas dos camponeses, apenas um merece destaque que é justamente Carioca que era a liderança local. Aqui, mesmo mais uma vez compreendendo as limitações que o jornalista teve de acesso a material e informação, ao não colocar o nome de nenhum camponês que foi assassinado, o jornal também contribui para uma espécie de apagamento e silenciamento da história dessas pessoas. Entretanto, pode-se observar que o jornal O Norte, dos jornais estudados neste tópico foi o que

de mais próximo nas versões apresentadas pelos jornais sobre o caso. Isso porque o jornal apresenta uma primeira versão que teria motivado o conflito que afirmava que camponeses armados e enfurecidos haviam atacado a fazenda Santo Antônio, entre elas José Daniel Vieira Lima e Fernando Gouveia e incendiado dois veículos existentes. Entretanto, o próprio Evandro da Nóbrega, nos apresenta uma versão mais próxima do ocorrido:

Com o envio de um choque da Polícia Militar para o palco dos acontecimentos e a chegada de feridos aos hospitais, nova versão veio à tona, podendo-se fazer um quadro mais realista do que ocorreu na verdade. Ouvidas diversas pessoas, entre as quais os feridos hospitalizados no Pronto Socorro da Capital paraibana, soube-se da sucessão dos fatos que culminaram com a contenda armada e a morte de dez pessoas. Um grupo de camponeses - cerca de 400 - há três dias chegara à propriedade conhecida por Fazenda Magalhães ou Fazenda Olho d'Água que inicialmente se disse ser do sr. Nezinho de Paula, mas que agora se sabe pertencer ao pai deste, Né de Paula (o proprietário rural, plantador e exportador Manuel de Paula Magalhães). Os trabalhadores aí chegaram a fim de realizar um mutirão, isto é, fazer plantações conjuntas, para sua própria comunidade camponesa. (COELHO,pg.126, 2004)

Um ponto importante que o texto do O Norte traz e que nenhum desses aparelhos estudados neste capítulo traz é o fato de que o que ocorreu não foi uma invasão, que o trabalho na Fazenda Olho d'Água havia sido feito um acordo informal prévio que disponibiliza parte da terra da fazenda para que os camponeses fizessem seu mutirão. Entretanto, como nem tudo são flores, o jornal não reserva nem sequer uma linha sobre os dois principais motivos que criaram as condições para que o conflito acontecesse, o primeiro é a estrutura agrária extremamente concentrada na mão de poucos latifundiários e o fato de que o comboio de representantes do latifúndio (policiais e funcionários das usinas) só foram no local onde os camponeses estavam no seu trabalho coletivo por conta do revólver Smith & Wesson calibre 45 que pertencia ao exército brasileiro e estava sob posse de um administrador da Fazenda Olho d'Água. No dia 17/06/1964 o Jornal O Norte, atualizando o ocorrido no conflito, entretanto, mais uma vez o jornal e o enviado especial Evandro da Nóbrega, reitera a versão anterior adicionando o fato de que os camponeses ao entrarem em conflito com Arlindo Nunes (administrador da fazenda) tomaram o seu revólver, entretanto, o jornalista não comenta sobre o fato de o revólver ser pertencente ao exército.

Uma outra questão que vale o destaque nos dois textos assinados por Evandro e reproduzido por Nelson Coelho, um do dia da tragédia, mas que se fora publicado

no dia 16 de janeiro e outro do dia 17 de janeiro é que ele afirma que o comboio de policiais de Mari que chegam no desenrolar do conflito foram recebidos por uma rajada de metralhadora que havia caído das mãos dos sargentos que tinham ido na primeira comitiva do bloco industrial na tentativa de recuperar a arma do exército que estava sob posse dos camponeses, entretanto, hoje a luz da história podemos dizer que essa história é pouco provável, isso porque Evandro Nóbrega afirma que os camponeses portando uma metralhadora belga, receberam os policiais a tiro. Um fato curioso que já foi comentado no tópico anterior é que se os camponeses realmente tivesse se apossado dessa arma, provavelmente ela seria utilizada nos autos do processo, entretanto, como vimos no tópico anterior nenhum dos dois delegados do caso não relataram nem sequer uma linha sobre essa famosa metralhadora belga.

Além da reportagem escrita por Evandro da Nóbrega, outro texto também chama bastante atenção, na coluna intitulada 'Ronda política', assinalada por José Morais Souto. O destaque aqui apresentado é que na sua coluna o autor constrói uma ideia de que os conflitos entre proprietários rurais e camponeses é fruto de um ódio plantado nos corações e não fruto de um sistema desigual que excluía um grupo enquanto dava todas as possibilidades para um outro grupo, legitimando assim uma paz agrária que de paz não tinha nada, já que funcionava a base da violência. Além de que o autor também, indiretamente, responsabiliza a questão das reformas de base pelo conflito, isso porque o colunista do O Norte chama as reformas de reformas altamente comprometidas pela demagogia generalizadora, como observamos abaixo:

Proprietários de terras, policiais, trabalhadores de nossos cmpos outrora muito tranquilos, pequenos e graduados funcionários de empresas industriais, sumiram deste mundo no rastilho de pólvora que tem enlutado tantos lares. Sempre temos feito, aqui, uma pergunta e ainda não nos convencemos de que ela não precise ser remetida: a única fórmula para solucionar estes problemas sociais que eclodiram de poucos anos pra cá, é a violência, o derramamento de sangue? Não existe mais na inteligência humana, entre nós, a possibilidade de elaboração de outros processos para encaminhar a solução de umas tais reformas altamente comprometidas pela demagogia generalizada? (COELHO, pg.205, 2004)

O destaque para esses textos do jornal O Norte se deve ao fato de os textos jornalísticos demonstrarem que a crise de hegemonia e o conseqüente papel dos aparelhos privados de hegemonia na disputa de um consenso era algo que se apresentava na ordem do dia na Paraíba de 1964. É importante entender que os aparelhos privados de hegemonia em Gramsci, isso é, o local onde uma classe luta e

desenvolve sua hegemonia pela direção da sociedade, não deve ser compreendida de uma maneira que esteja descolada da sociedade política, isso quer dizer que Gramsci evitava reduzir o papel dos aparelhos privados de hegemonia a apenas um reflexo da ideologia dominante, para Gramsci esses aparelhos tinham relação direta com a base, levando assim sua compreensão para além de uma “falsa consciência”, é de notória importância dentro da teoria do intelectual sardo partir do pressuposto de que quando os aparelhos privados não conseguem manter o consenso, provavelmente, a hegemonia dominante entra em crise.

§ 136. *Organização das sociedades nacionais.* Assinalei de outra feita que, numa determinada sociedade, ninguém é desorganizado e sem partido, desde que se entenda organização e partido num sentido amplo, e não formal. Nesta multiplicidade de sociedades particulares, de caráter duplo – natural e contratual ou voluntário –, uma ou mais prevalecem relativamente ou absolutamente, constituindo o aparelho hegemônico de um grupo social sobre o resto da população (ou sociedade civil), base do Estado compreendido estritamente como aparelho governamental-coercitivo. (Gramsci, pg.253, 1999)

Segundo Virgínia Fontes (2010) os aparelhos privados de hegemonia são a vertebração da sociedade civil já que eles compõem, se diferenciando das, se apresentam como associatividade voluntária de caráter diverso se apresenta através de associações, clubes, jornais, revistas e igrejas. Entretanto, apesar de se posicionarem como “neutros do chão social” essas organizações, especialmente, no caso desse tópico, os jornais são diretamente comprometidos com determinados com alguma classe social, no caso tanto do jornal O Norte, Diário de Pernambuco, Diário da Borborema e Correio da Paraíba, apesar de tentarem apagar seu comprometimento com uma ordem hegemonia, tentando se apresentar seja uma hora enquanto uma expressão da “unidade nacional”, como é o caso da coluna de José Morais Souto no jornal O Norte ou como organizações neutras que só tentam prestar um serviço transparente para a sociedade, quando sabemos que no final das contas e na realidade o funcionamento desses mecanismos é bem diferente, entretanto, eles só são possível de existir a partir da complexificação da vida dentro do sistema capitalista.

O Diário da Borborema é um jornal paraibano, fundado em 1957 pelo magnata da comunicação Assis Chateaubriand, também conhecido como Cidadão Kane brasileiro pelo seu ostensivo império de comunicação que chegou a ser o maior conglomerado de mídia da América Latina. O jornal Diário da Borborema é fruto de

uma promessa política de Assis Chateaubriand no período em que foi candidato a Senador pelo estado da Paraíba entre 1952-1957, a criação do jornal marca também o papel de referência que Campina Grande passa a ter como símbolo de modernização. O próprio jornal já surge no bojo de intensas mobilizações políticas, econômicas e sociais que o Brasil passava, o que se pode observar é que esse jornal vai ter uma interferência na vida social paraibana.

O período de hegemonia local do Diário da Borborema na Paraíba pode ser compreendido do ano da sua fundação até o início da década de 1970 principalmente quando surge o Jornal da Paraíba em 1971. Porém, o Diário da Borborema, ainda continua sendo uma fonte extremamente rica para se compreender um dos principais momentos da história brasileira, que é o período entre 1960 até 1985. Na comemoração de 50 anos do jornal, realizada na Câmara Municipal de Campina Grande, por muitas vezes foi escutado a importância do jornal na vida política paraibana de meados do século XX até os dias atuais. Vale o destaque que o Diário da Borborema foi um intenso apoiador dos golpistas de 1964 observe a capa do jornal no dia 12 de Abril de 1964:

Imagem IX: Capa do Diário da Borborema de apoio ao golpe militar, 1964.



O jornal foi um apoiador do golpe militar de 1964 como podemos ver na imagem acima, o seu dono Assis Chateaubriand já vinha em rede nacional participando de uma ostensiva campanha contrária ao governo de João Goulart. Os jornais desse período já vinham sabotando o governo do ex-presidente João Goulart que mesmo contando com apoio popular sofria um intenso ataque e boicote por parte da mídia imprensa, principalmente por parte dos Diários dos Associados como

analisaremos aqui neste tópico como essa tipo de mídia acabou por criar a situação confortável para que ocorresse o golpe militar e a consequente manutenção desses agentes políticos (militares) na vida política do país por mais de 20 anos, por isso o objetivo deste capítulo é entender como esses aparelhos privados de hegemonia que na tentativa de construir um consenso acabou por contribuir com uma das páginas mais tristes da história recente do Brasil que foi a ditadura militar. Resgatando a noção de aparelho privado de hegemonia de Gramsci pode-se notar que o Diário da Borborema atuava com o intuito de desestabilizar um governo que ameaçava fazer reformas de base, entre elas a reforma agrária, a relação desses jornais com os grupos dominantes pode ser percebida através dessa íntima ligação das pautas defendidas por esses jornais que geralmente estavam em sintonia com as pautas defendidas pelas classes dominantes tanto a nível federal quanto a nível estadual.

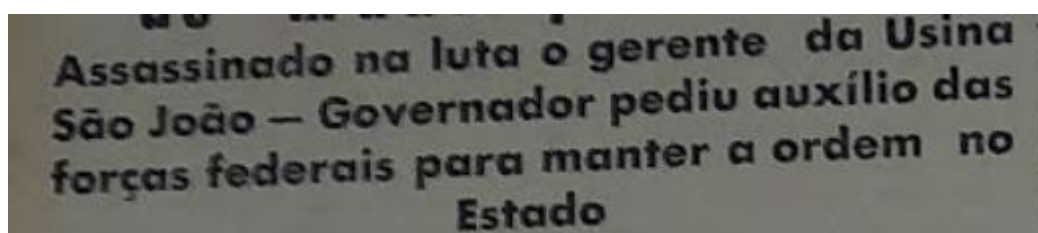
Imagem X: Capa do Jornal do Diário da Borborema no dia 16 de janeiro de 1964.



Essa é a capa do dia 16 de janeiro de 1964, ou seja, um dia após o conflito, do jornal Diário da Borborema, o destaque é que o conflito aconteceu para o Diário da Borborema entre camponeses e a polícia, com essa narrativa, você já marginaliza os camponeses que estavam em conflito com a Polícia. Quando na verdade, hoje sabemos que o conflito se deu com funcionários da Fazenda Santo Antônio que estavam em uma comitiva junto com a polícia da região. A relação aqui ela se complexifica, quando o jornal coloca que o conflito ocorreu apenas com elementos da polícia ele já induz que o outro, ou seja, os camponeses, que entram em conflito com a Polícia estavam fora da lei, pois a Polícia é a representante da lei, por tanto logo de cara percebemos que o lugar colocado para o camponês pelo jornal é o da ilegalidade.

Abaixo vemos uma imagem que é da capa do jornal um dia após o conflito, o DB erra ao afirmar categoricamente que o governador havia pedido auxílio às tropas federais para manter a ordem em torno do conflito, como é de notório saber não houve intervenção de tropas federais tanto no momento do conflito quanto no pós-conflito. Apesar da intensa repressão que aconteceu no campo paraibano no pós-conflito de Mari, o que se observa é que essa repressão é oriunda da polícia militar do estado da Paraíba e não houve pedido do Governo Estadual para que tropas militares federais ocupassem o território da Várzea. A ocupação se deu através da própria polícia militar do estado, o jornal relata o telegrama de Pedro Gondim com o Ministro da Justiça, onde o governador havia pedido o auxílio das forças militares federais. Entretanto, Clyvia (2017) e Coelho (2004) afirmam que o que ocorreu foi que Justino Alves Bastos (comandante do IV Exército) que tinha jurisdição em todo o Nordeste junto com Augusto da Matta que era do 1º Grupamento de Engenharia da Paraíba sugeriram a Pedro Gondim a ajuda das forças armadas na região, o que foi rejeitado pelo governador.

Imagem XI: Capa do Jornal Diário da Borborema 16 de Janeiro de 1964



Outro ponto que vale também o destaque é que o único morto que traz comoção para o jornal é justamente Fernando Gouveia, o gerente da Usina São João, o homem que provavelmente começou todo o conflito. Isso porque Fernando Gouveia é tratado como a principal vítima do conflito, uma coisa que fica nítida nisso é o fato da posição social ocupada por ele era de extrema importância tendo em vista de que ele era o economista responsável pelas Usinas São João e Usinas Santa Helena que era pertencente ao grupo Ribeiro Coutinho, Fernando Gouveia era um representante do famigerado grupo da várzea.

A demarcação de classe por parte do jornal é algo que tem que ser observado não como algo natural, mas como um projeto em uma ideia de construção de um

consenso. A teoria gramsciana sobre os aparelhos privados de hegemonia nos traz luz para entendermos como os jornais acabavam por reproduzir formas de ser adequadas aos interesses do mundo burguês, ou seja, de construção de uma hegemonia. Segundo Fontes (2015) o fulcro do conceito gramsciano de sociedade civil - e dos aparelhos privados de hegemonia - remete para a organização e, portanto, para a produção coletiva, de visões de mundo, da consciência social. É importante salientar por mais que esses jornais tentem se dissociar da vida econômica-política, se apresentando como porta-voz da neutralidade, sabemos que essa neutralidade não existe e esses aparelhos estão remetidos a formas organizativas que se relacionam com a esfera da produção econômica e também do Estado.

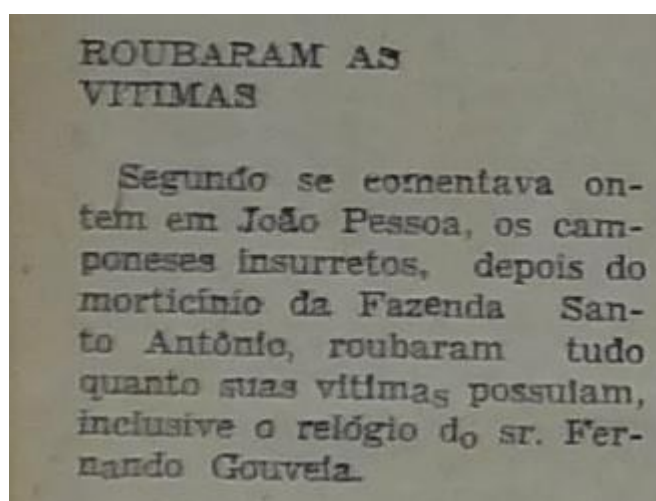
Imagem XII: Capa do Jornal do Diário da Borborema no dia 17 de janeiro de 1964.



Duas questões importantes valem ser destacadas nesta capa: 1º a construção de um imaginário de que existia um processo revolucionário à esquerda em curso na realidade brasileira e a 2º questão é que esse processo revolucionário estava tão avançado que os trabalhadores já estavam organizados em táticas de guerrilhas. Pode-se perceber que não se fala no jornal Diário da Borborema de que a arma encontrada com Arlindo Nunes (funcionário da fazenda Olho D'água) era de porte exclusivo das forças armadas brasileiras e quando o jornal fala sobre a tragédia é jogando a responsabilidade unicamente para os/as trabalhadores rurais.

Outro destaque que vale ser apresentado é quanto ao conteúdo do lide¹¹, onde a reportagem afirma: grave conflito da fazenda Santo Antônio, no município de Mari, onde foram trucidadas sete pessoas entre policiais, elementos das Usinas São João e Santa Helena e líderes camponeses, veio despertar na Paraíba a consciência de que já existe, no Estado, uma revolução em marcha. (DB, 17.01.1964). O texto ainda continua levantando suposições que hoje a luz da história pode ser considerada estarrecedora e evidencia o papel cumprido por esses organismos na manipulação de um ideal coletivo, já que o jornal exercia uma circulação considerável dentro do território de Campina Grande, mas uma vez destaco que em nenhum momento durante o texto, o jornal fala sobre a arma de porte exclusivo do exército que estava sob posse de Arlindo Nunes (funcionário da família Ribeiro Coutinho). No tocante ao conflito, o jornal ainda levanta um outro ponto que demonstra nitidamente o papel cumprido por esses jornais no tocante à criminalização e marginalização dos camponeses, isso porque o jornal afirma a partir de fontes que “se comentava em João Pessoa” que os camponeses haviam roubado as vítimas do conflito. Evidentemente que isso não se comprova e não se tem evidências de que isso realmente tenha ocorrido, abaixo podemos ver o trecho onde o jornal faz uma acusação escancarada na ‘neutralidade’ que esses organismos possuem.

Imagem XIII: Capa do Jornal da Diário da Borborema no dia 17 de janeiro de 1964.



¹¹ No texto do jornal, o lide é a primeira parte de uma notícia. Geralmente o primeiro parágrafo com duas linhas posto em destaque que fornece ao leitor informação básica sobre o conteúdo que será apresentado na matéria.

Outro jornal estudado como fonte neste trabalho é o jornal Diário de Pernambuco, periódico mais antigo da América Latina, fundado em 1825 por Antonino José Miranda Falcão, é um jornal que desde sua origem se demarcou contrário a escravidão e também foi veículo oficial de comunicação do Estado de Pernambuco, no período estudado nesta pesquisa a posição do jornal foi de oposição ao governo de João Goulart e uma denúncia sem sentido de uma revolução comunista em marcha, além disso, fazia oposição ao governo de Miguel Arraes do Partido Socialista Brasileiro. O jornal foi um profundo crítico das Ligas Camponesas e de Francisco Julião, motivo esse que despertou o interesse deste que vos escreve em colocar a interpretação desse jornal sobre os eventos acontecidos em Mari em 1964, além disso, foi um apoiador irrestrito dos golpistas de 1964 como podemos observar nas duas imagens abaixo:

Imagem XIV: capa do Diário de Pernambuco, 1 de Abril de 1964.



O jornal que era um dos mais antigos da América Latina na década de 1940 entra para o grupo dos Diários Associados de Assis Chateaubriand. Como podemos observar acima o jornal foi um efusivo porta-voz do movimento golpista de 1964, exercia também um papel de criminalização das organizações de esquerda, principalmente em torno das Ligas Camponesas.

Aqui, através dessas imagens fica evidente a afinação desses veículos de imprensa com uma agenda que vinha sendo pensada há um tempo e foi executada no início do ano de 1964 culminando no golpe empresarial-militar. Para entender a complexidade das relações desses veículos com as elites econômicas da região, se faz necessário resgatar a compreensão de Gramsci acerca do papel que os jornais têm na construção de uma coesão e de uma hegemonia através dos seus escritos diários. Estudando a realidade social através do conceito de totalidade, ou seja, não

há uma separação total entre economia e política, cultura o intelectual sardo constrói uma propositura teórica onde esse total está vinculado em uma relação dialética e histórica, mesmo compreendendo que essas esferas (política, economia e cultural) atuam dentro de uma relativa autonomia.

(Imagem XV: Miguel Arraes ex-governador de Pernambuco pelo PSB sendo preso e destituído do cargo, essa imagem é retirada da capa do jornal Diário de Pernambuco do dia 2 de abril de 1964)



Essa relação dialética pode ser vista quando Gramsci vai discutir a função do Estado como educador, formando consenso em relação a determinadas práticas, sejam elas culturais ou morais, Gramsci diz, na realidade, que o Estado deve ser concebido como 'educador' na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização (GRAMSCI, 2007). Portanto, as relações econômicas, políticas e sociais, estão atreladas ao desenvolvimento de uma hegemonia que pode ser vista não só nas relações de produção, mas também reside no plano político e cultural. A essa complexidade das relações políticas e sociais, faz Gramsci criar o conceito de Estado Ampliado, onde a composição desse Estado é colocada em duas esferas: sociedade política e sociedade civil. Para o intelectual sardo, a sociedade política é constituída por instituições e mecanismos por meio do qual as classes dominantes exercem o monopólio legítimo da violência e da coerção, geralmente o portador material que exerce essa função é o Estado. Já a sociedade civil, é constituída pelos organismos sociais que elaboram e difundem ideologias, escolas, partidos e jornais são exemplos e os portadores materiais para esses organismos

sociais existirem são os aparelhos privados de hegemonia. Os aparelhos privados de hegemonia são organismos coletivos que mantêm autonomia relativa do estado, onde a adesão ou participação é voluntária e se baseia no consenso e não na coerção, e é justamente por meio desses organismos que uma classe ou um grupo exerce sua hegemonia sobre a sociedade, um exemplo disso pode ser visto na capa do Diário da Borborema dois dias após o conflito de Mari, onde se busca construir e difundir determinada visão de mundo ocultando a natureza classista da relação dos jornais burgueses com a fração empresarial.

Imagem XVI: Capa do Diário de Pernambuco do dia 16 de Janeiro de 1964



No mesmo dia 16 de janeiro de 1964 do outro lado da fronteira da Paraíba, o Diário de Pernambuco traz uma capa que se assemelha a capa do Diário da Paraíba, isso porque ambos colocam o conflito na responsabilidade dos camponeses e dos policiais e colocam o destaque com fotos na capa principal, Fernando Gouveia e Renato Ribeiro Coutinho. Os cadáveres que vemos estampados na capa do jornal, apenas um é nomeado, que é o sargento de polícia Abdias Alves Santos. No corpo do texto o que se pode observar é uma leitura tendenciosa que relaciona a luta pela terra na Paraíba e toda a estrutura econômica desigual à presença de agitadores, e principalmente a figura de Francisco Julião.

Imagem XVII: capa do jornal Diário de Pernambuco, 16 de janeiro de 1964.

JOAO PESSOA, 15 (Meridional) — Feroz combate entre camponeses filiados às "Ligas" do deputado Julião, soldados da Polícia, trabalhadores e funcionários de usina ocorreu hoje no município de Mari, deixando um balanço tragico de 14 mortos e numerosos feridos.

Foi o maior conflito do genero já ocorrido no Estado e em todo o Nordeste, indicando que as "Ligas Camponesas" não têm agora apenas em Pernambuco o seu nucleo de agitação, mas resolveram alastrar à Paraíba a sua campanha — sangrenta — de sublevação rural.

O COMBATE

encontro de mais quatro latifundistas

É importante salientar que a intenção deste trabalho não é de cometer nenhum tipo de anacronismo ao olhar para essas fontes, entendendo as limitações temporais que ela nos proporciona, entretanto, vale o destaque de que o posicionamento do Diário de Pernambuco sobre o caso da tragédia fala muito sobre uma conjuntura histórica de criminalização das organizações sociais e escalada autoritária, isso porque, o jornal ainda levanta a hipótese de que pós conflito os camponeses incendiaram 6 veículos pertencentes à Usina São João e tocaram fogo nas plantações. Além disso, não tem uma linha onde se informa o nome dos camponeses mortos e até mesmo dos mortos pobres que representavam os latifundiários.

Resgato aqui a nota 8 sobre história de Walter Benjamin, onde ele afirma que o estado de exceção que os oprimidos vivem na história, na verdade é na verdade a regra geral, isso porque estamos falando de um conflito que aconteceu anteriormente ao golpe militar e a condução da narrativa sobre o conflito por parte do Diário de Pernambuco só reforça essa tese de Walter Benjamin. É importante salientar que dos jornais aqui analisados houve um forte negligenciamento na cobertura do enterro e do velório dos camponeses, ratificando assim a necessidade de se construir uma história que tenha nos subalternos seu meio e fim. Observando o jornal Diário de Pernambuco o que se pode perceber é que houve uma ampla cobertura em torno do sepultamento dos funcionários do latifúndio, entretanto não se coloca uma linha sobre o sepultamento dos camponeses.

Imagem XVIII: sepultamento dos funcionários da Várzea, Diário de Pernambuco, 16 de janeiro de 1964



Sobre o sepultamento dos camponeses da região de Mari, segundo Clyvia (2017) e Julião (2013) afirmam que cerca de 5.000 mil camponeses participaram do cortejo na cidade de Mari. Segundo relatos, os camponeses clamavam pelas mortes perdidas, é interessante fazer esse resgate, pois enquanto historiador marxista me sinto no dever de trazer a tona esse debate, pois, para os trabalhadores e os excluídos da sociedade, o direito de lamentar seus mortos é historicamente negado, observemos, como esses aparelhos privados de hegemonia constroem um consenso que inclusive desumaniza aquele sujeito. O fato de apenas um jornal desses analisados, que foi o jornal Correio da Paraíba colocar uma linha sobre o enterro dos camponeses, é extremamente elucidativo para compreendermos o papel cumprido por esses organismos sociais.

Imagem XIX: cortejo dos camponeses mortos no conflito.



Fonte: Clyvia (2017)

Na capa do dia 17 de janeiro o que se pode observar é que o jornal continua com a mesma linha, se desculpa e confirma o número de onze mortes, mas a linha editorial segue a mesma, ao proporcionar um maior espaço para o lado dos latifundiários, isso porque o funeral de Fernando Gouveia tem uma ampla cobertura, inclusive a foto acima, além de também dar um amplo destaque às manifestações de deputados representantes do latifúndio como o caso de Joacil de Brito, um exímio golpista, além de mais uma vez não reservar uma linha pra falar sobre os camponeses que tombaram no conflito. A leitura sobre quem na verdade era vítima do conflito já era consenso nesses dois veículos, as vítimas na verdade eram os funcionários do latifúndio e não os camponeses que foram vítimas de uma emboscada. Um outro ponto que vale destaque é a ostensiva da polícia militar paraibana que é exaltada pelo jornal como podemos observar abaixo.

Imagem XXI: mais de 100 soldados na região da várzea.



Voltando a Gramsci, a partir desses dois exemplos, pode-se compreender que os aparelhos privados são espaços onde a classe dominante pode exercer sua hegemonia, como diz Gramsci os jornais no capitalismo teriam vibrado todas as cordas dos sentimentos pequeno-burgueses, isso porque para o intelectual sardo os jornais asseguram a existência própria existência desse modelo de dominação, vale sempre frisar que essa dominação é feita através do consenso:

Tudo o que se publica é constantemente influenciado por uma idéia: servir a classe dominante, o que se traduz sem dúvida num fato: combater a classe trabalhadora. E, de fato, da primeira à última linha, o jornal burguês sente e revela esta preocupação. Mas o pior reside nisto: em vez de pedir dinheiro à classe burguesa para subvencionar a obra de defesa exposta em seu favor, o jornal burguês consegue fazer-se pagar pela própria classe trabalhadora que ele combate sempre. E a classe trabalhadora paga, pontualmente, generosamente. Centenas de milhares de operários contribuem regularmente todos os dias com seu dinheiro para o jornal burguês, aumentando a sua potência. Porquê? Se perguntarem ao primeiro operário que encontrarem no elétrico ou na rua, com a folha burguesa desdobrada à sua frente,

ouvirão esta resposta: É porque tenho necessidade de saber o que há de novo. E não lhe passa sequer pela cabeça que as notícias e os ingredientes com as quais são cozinhadas podem ser expostos com uma arte que dirija o seu pensamento e influa no seu espírito em determinado sentido (GRAMSCI, 2005, s./p.)

Vale o destaque que Gramsci, ao alertar o perigo do financiamento dos veículos de comunicação da burguesia, Gramsci também alerta para que os/as trabalhadores passem a boicotar os jornais burgueses: “É preciso dizer e repetir que a moeda atirada distraidamente para a mão ardida é um projétil oferecido ao jornal burguês que lançara depois, no momento oportuno, contra a classe trabalhadora.” (GRAMSCI, 2005). Nesse sentido, o despertar de uma consciência independente e crítica, com uma construção de uma cultura e práxis política própria da classe trabalhadora, isso porque para Gramsci, a tarefa fundamental para os trabalhadores era fazer uma reforma cultural e educacional. Na realização dessa reforma, o jornal operário assume o papel de partido político na função de organizar e direcionar a opinião pública como pode se observar abaixo:

Deve-se sublinhar a importância e o significado que têm os partidos políticos, no mundo moderno, na elaboração e difusão das concepções do mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequadas a elas, isto é, em que funcionam como ‘experimentadores’ históricos de tais concepções. Os partidos selecionam individualmente a massa atuante, e esta seleção opera-se simultaneamente nos campos prático e teórico, com uma relação tão mais estreita entre teoria e prática quanto mais seja a concepção vitalmente e radicalmente inovadora e antagônica aos antigos modos de pensar. Por isso, pode-se dizer que os partidos são os elaboradores das novas intelectualidades integrais e totalitárias [...] (GRAMSCI, 2006, p.105).

O jornal Correio da Paraíba foi fundado em 5 de Agosto de 1953 na cidade de João Pessoa por Teotônio Neto, o jornal teve seu momento de ápice de circulação na Paraíba nos períodos entre 1960, 1970 e 1980, isso porque o seu fundador está em profunda sintonia com o que estamos abordando neste capítulo, isto, principalmente por Teotônio ter vinculações extremamente estreitas com as classes dominantes paraibanas. O fundador do Correio da Paraíba iniciou-se na política no pleito de 1950 concorrendo a vaga de deputado estadual, elegeu-se suplente, porém não assumiu o seu mandato, além da vida política e da atuação no jornal O Correio da Paraíba, ele era dono de uma editora que se chamava Teone, além de uma livraria que possuía o mesmo nome, também era dono de uma Cooperativa Mista do Vale do Piancó, que

funcionava nas plantações de agave e de oliveiras, depois essa cooperativa virou uma Usina de Algodão em Piancó. Voltou a disputa política pelo PSD que fazia oposição a Pedro Gondim como já foi discutido neste texto, Teotônio foi o deputado federal mais votado do estado em 1962. Tomou posse em fevereiro de 1963 e na minha leitura, com o acirramento da crise de hegemonia o papel que Teotônio vai cumprir fica cada vez mais nítido, pois depois do golpe militar de 31 de Março de 1964 e a consequente extinção dos partidos políticos em 1965, Teotônio passa a participar da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) que nada mais era do que o partido de sustentação do regime militar foi eleito em 1970 e 1974, entretanto em 1978 não conseguiu se reeleger ficando na suplência, saindo da câmara em 1979, entretanto, através desse histórico conseguimos entender o vínculo que os donos desses aparelhos privados de hegemonia tem com os dominantes. O Correio da Paraíba, assim como outros órgãos de imprensa paraibana também apoiaram a ditadura militar, observemos abaixo em matéria assinada por Agrimar Montenegro onde ele afirma:

Agora podemos dizer que Deus é brasileiro de fato. Por um verdadeiro milagre, com as graças do Altíssimo e a intervenção rápida e enérgica das nossas Forças Armadas, não tivemos em nosso país uma autêntica revolução comunista, com massacres, fuzilamentos, roubos e de consequências imprevisíveis. Com apenas 24 horas de antecipação, o Exército de Caxias, sob o comando de seus bravos generais, liderou uma revolução democrática, sem derramamento de sangue, conseguindo libertar o Brasil dos impatriotas. Não estamos escrevendo demagogia, pois os falsos profetas, depois de desmascarados, é que estão confessando a trama sinistra, sendo que a imprensa tem divulgado apenas alguns fatos, ficando o grosso é inacreditável, mas verdadeiro, para depois de concluídos todos os interrogatórios. (CEV-PB, 2014).

No desenvolver da pesquisa história podemos perceber que por mais que esses jornais tentem apagar seu comprometimento com as classes dominantes, seja tentando pregar uma ideia de coesão nacional como o caso de Agrimar citado acima, onde ele afirma que graças ao milagre divino o Brasil não passou por uma Revolução Comunista e que graças aos verdadeiros patriotas, ou seja, mais uma vez a ideia de uma construção de uma unidade nacional. Como afirma Virgínia Fontes (2010) sobre a relação dos aparelhos privados de hegemonia, são formas organizativas que remetem às formas da produção econômica (infraestrutura) e política (ao Estado), embora sua atuação seja eminentemente de cunho cultural. Quanto à interpretação

do jornal sobre o caso do conflito, o que se pode perceber é que o papel do jornal parece ser o de colocar mais lenha na fogueira da marginalização e dos camponeses.

Na edição do dia 16/01/1964 o jornal logo na primeira matéria levanta uma hipótese que é no mínimo irresponsável, isso porque a matéria afirma que enquanto estavam encerrando o texto havia chegado a notícia de que o delegado de Mari, Ospício Sousa Mendes, havia sido assassinado, entretanto como sabemos hoje essa história não procede, entretanto, o papel cumprido pelo jornal a afirmar isso criava mais tensão e criminalizando ainda mais a organização dos camponeses, em um outro ponto da matéria, segundo Nelson Coelho (2004), intitulada 'ódio e violência', o jornal afirma que mais de quatrocentos homens tomaram parte na chacina, que produziu cenas de selvageria e barbárie. Mais uma vez a realidade desigual onde a estrutura fundiária determinava a vida da maior parte da população pobre, para o jornal o que fez os camponeses tomarem lado no conflito foi a 'barbárie', é como se a revolta camponesa não tivesse nenhuma justificativa plausível é a única coisa que poderia explicar o conflito não teria sido toda essa carga histórica que esses homens e mulheres carregavam nas costas.

Vale o destaque de que o fato de desumanizar os/as camponeses faz parte de uma estratégia desses aparelhos privados no sentido pormenorizar a revolta camponesa, quando o jornal vai falar sobre o momento do conflito, o jornal diz que os camponeses usando seus instrumentos de trabalho, caíram sobre os soldados e vigias com uma fúria diabólica, atingido os em todas as regiões do corpo (COELHO, 2004).

Além disso, a versão do jornal ainda retifica uma versão que não se confirma que é a de que depois do primeiro conflito, os camponeses pegaram em armas para entrar em confronto com o comboio da polícia militar que chega depois do conflito, entretanto, até hoje com as fontes e evidências que temos essa história não se confirma assim como não se confirma que os polícias tiveram que bater em retirada, pois se não fizessem os polícias seriam dizimados, essa é também mais uma história que também não se confirma na prática, isso porque simplesmente a conta não fecha pelo fato de os camponeses estarem portando seus instrumentos de trabalho e não armas de fogo que estavam sobre responsabilidade tanto dos funcionários do grupo da várzea quanto da polícia militar, segundo Nelson Coelho (2004) afirma que quase toda a munição foi gasta, pelos que portavam arma de fogo e que provavelmente alguém teria sido vítima de fogo amigo, o autor também afirma que é bem provável

que o ataque por arma de fogo foi um ataque unilateral que partiu dos funcionários do latifúndio.

Vale também o destaque de que se criou uma história no pós-conflito de que um dos soldados teria enterrado os 'miolos' do cérebro de Fernando Gouveia, essa versão se popularizou através dessa matéria do jornal Correio, entretanto, o próprio Nelson Coelho (2004) elucida que tecnicamente isso é impossível de acontecer isso porque o autor ao consultar o médico que segundo ele era referência no assunto Genival Veloso de França, chega a conclusão de que devido à constituição friável dos tecidos encefálicos, esta assertiva não tem nenhuma consistência técnica. O jornal também faz a cobertura dos dias posteriores ao conflito. Destaco aqui a última página do dia 17/01/1964, a manchete segundo Coelho (2004) intitulada: "Apreensão e Expectativa ante a Tragédia de Mari", pode-se perceber o papel de ferramenta de consenso que o jornal tenta ter:

Esta perplexidade se transformou, pouco a pouco, num clima de tensa expectativa ante o agravamento de um problema social, que adquire aspectos francamente imprevisíveis, ante a intransigência de dois grupos conflitantes em não ceder um palmo na luta que vem se travando pela conquista e manutenção de terras. Os ódios - diante dos últimos acontecimentos - se encontram cada vez mais acirrados. A luta, a essa altura, tem sido dominada exclusivamente pela violência, descambando para o irracional. (COELHO, p.211, 2004)

Já foi discutido no tópico anterior o papel que as forças repressivas do Estado cumpriu no pós conflito também é destacado nos jornais do período, principalmente pelo fato de depois do conflito, as ferramentas de trabalho dos camponeses do município de Mari foram todas recolhidas, a polícia intimidava as pessoas que ficavam do lado de fora de casa depois das 18 horas da noite e a região da várzea ficou sobre forte aparato policial, vale o destaque que essa determinação era ordem do governador Pedro Gondim, que havia sido eleito através do discurso de que o problema da terra na Paraíba, não era uma questão para ser resolvida com força policial e sim com ampliação do direito, entretanto, no pós conflito como o próprio Correio da Paraíba traz na edição publicada no dia 18/01/1964 de que o governo havia determinado que qualquer manifestação política teria que ser comunicada à polícia para ser realizada.

O clima de tensão e repressão na região pós-conflito pode ser percebida através da ação rotineira da polícia perseguindo camponeses, muitos desses camponeses evitavam sair de casa para evitar esses abusos, um exemplo que pode

ser citado é o caso do camponês José Joaquim de 31 anos, morador de Mari, que segundo o Correio da Paraíba a prisão do camponês pelo tenente da polícia militar Emanuel Ramalho, se deu porque segundo o tenente havia sido recolhido com o camponês uma arma que segundo a polícia havia participado do conflito, por isso, José Joaquim havia sido detido. Assim como os outros jornais analisados nas páginas anteriores, o Correio da Paraíba não dedica nem sequer uma linha sobre o fato da arma encontrada com o administrador da fazenda ser uma arma de porte exclusivo do exército brasileiro, insisto nessa questão em torno da arma por ser algo de extrema importância para que possamos compreender a profundidade desta questão, pois não se pode perder de vista que muitos camponeses ficaram sem ter como trabalhar pois seus instrumentos de trabalho haviam sido tomados pelo estado com apoio do Grupo da Várzea.

Diante desse contexto no dia 21 de Janeiro de 1964 o jornal O Norte anuncia que o delegado da SUPRA entidade criada em 11 de outubro de 1962, unificando em um órgão Serviço Social Rural, Instituto Nacional de Imigração e Colonização, Conselho Nacional da Reforma Agrária e Estabelecimento Rural de Tapajós, tinha como objetivo colaborar na política agrária. A reunião foi feita com proprietários de terras de Mari e lideranças rurais da região, segundo Clyvia (2007) compareceram a reunião os representantes do Sindicato de Produtores Autônomos de Mari, deputado Assis Lemos, Pedro Fazendeiro e os proprietários Manuel de Paula Magalhães (fazenda Olho D'Água), Joaquim Galvão (Fazenda Bonito), Aristeu Casado da Silva (Fazenda Cafundó) e o prefeito de Mari, Pedro Tomé de Arruda. O interessante é perceber que dentre os participantes da reunião que tomou como proposição destinar 210 hectares sob forma de arrendamento por dois anos aos camponeses, entretanto o destaque que desejo aqui mencionar é o fato de que mesmo sabendo que esses latifundiários tinham responsabilidade pelo ocorrido, porém, entretanto eles não eram os únicos responsáveis, isso porque Manuel de Paula Magalhães havia liberado parte suas terras para os camponeses plantar, porém quem começou o conflito foi a família Ribeiro Coutinho que como podemos ver acima não participou deste encontro, abaixo observemos o encontro, reproduzido pelo jornal O Norte.

Imagem XXII: encontro entre Latifundiários e Lideranças Camponesas



Fonte: (CLYVIA, página 113, 2017).

Entretanto vale o destaque que mesmo com o acordo proposto pela SUPRA, a região ainda continuava vivendo um forte esquema de repressão, isso porque a polícia monitorava quem entrava e quem saía do município, segundo moradores do município muitas pessoas tinham vergonha e medo de falar que era camponês, pois poderiam sofrer algum tipo de repressão por parte da polícia. Mesmo alguns jornais como é o caso do Correio da Paraíba, tentasse construir uma narrativa que após o acordo com os latifundiários o clima de normalidade havia voltado para região, entretanto, esse é mais um dos esforços dos aparelhos para tentar criar uma falsa sensação de tranquilidade na tentativa de construir um consenso.

Esse contexto (repressão policial e recolhimento dos instrumentos de trabalho), segundo Clyvia (2017) vai gerar muita revolta por parte dos trabalhadores e pelos líderes sindicais e o mais interessante é perceber que mesmo diante do arrocho do governo e da crise de hegemonia que as classes dominantes viviam. Fato é que os trabalhadores rurais não recuaram e ameaçaram o governo que caso as suas reivindicações não fossem atendidas, isso porque como já foi comentado aqui neste trabalho, o período histórico estudado é marcado por uma forte crise de hegemonia das elites paraibanas, pode-se perceber que o consenso que antes existia pautado na exploração do camponês e da “paz agrária” havia se esvaído, o camponês passava a ser antes de qualquer coisa um contestador da realidade que o oprimia.

De acordo com o Correio da Paraíba do dia 29 de janeiro de 1964, as lideranças sindicais havia se reunido com o governador dias antes e pontuado que caso suas principais reivindicações não fossem atendidas: entrega dos instrumentos

de trabalho tomado dos camponeses no pós-conflito, desarmamento dos proprietários rurais e a retirada das forças policiais que estavam em Mari. Se essas pautas não fossem atendidas por parte do governo estadual os trabalhadores paraibanos iriam construir uma greve como uma forma de denúncia aos abusos que a região da Várzea paraibana vinha vivendo principalmente no período posterior ao conflito, a repressão policial e o controle. A manchete do jornal Correio da Paraíba na imagem abaixo, já deixa bem nítido que mesmo diante da escalada autoritária os/as camponeses não iriam recuar diante das ameaças do latifúndio e do estado.

Os trabalhadores rurais haviam ameaçado diante das circunstâncias de repressão de que se a polícia não saísse da região de Mari a alternativa seria uma solução via ferramenta de classe: a greve. A ideia era construir uma greve geral que abarcasse todos os trabalhadores paraibanos com o intuito de denunciar os abusos que estavam acontecendo sob a responsabilidade do governo e do latifúndio. A capa do jornal Correio da Paraíba evidencia essa questão como podemos observar no título da matéria abaixo:

Imagem XXIII: Trabalhadores farão Greve Geral se Não Forem Retiradas Tropas de Mari



Fonte: (CLYVIA, página 113, 2017).

No mesmo dia dessa capa do jornal Correio da Paraíba, no jornal O Norte, o jornalista Antônio Barroso Pontes, publica um texto no jornal onde elogia a decisão do Secretário de Segurança Pública Sílvio Porto e também o papel do Coronel Luís de Barros, com a desculpa de que os comunistas estavam insuflando e acabando com o clima de tranquilidade que o povo da Região da Várzea. O que podemos

observar através desses relatos dos jornais, que são fontes importantíssimas para o ofício do historiador é que o conflito de Mari redimensiona a luta de classes na Paraíba, isso porque após o conflito o que se pode perceber é uma repentina mudança de atuação por parte do governo Pedro Gondim, como discutimos no subtópico, intitulado Pedro Gondim um governador entre Deus e o Diabo, onde a linha adotada por seu governo era a de resolver os problemas relacionados a luta dos camponeses contra os latifundiários não com a polícia e sim através da ampliação de direitos, entretanto, o conflito de Mari foi demarcador na vida política paraibana isso porque foi a partir desse conflito que o governador passou a atuar com mais força, principalmente contra os camponeses, como já foi evidenciado neste capítulo o fato da ocupação militar na região da várzea no pós tragédia ter durado mais que o esperado. Um fato que evidencia a violência por parte do governo estadual pode ser percebida quando o governador proíbe a gravação do filme “Cabra Marcado para morrer” filme dirigido por Eduardo Coutinho que estava marcado para ser gravado na região de Sapé, o filme, retratava a história de João Pedro Teixeira e seria gravado com Elizabeth Teixeira na própria região de Sapé, entretanto, devido a proibição do governo do estado da Paraíba, o filme foi gravado no Engenho Galileia em Pernambuco, entretanto, durante a gravação deflagrou-se o golpe militar de 1964, o filme foi interrompido e só pode ser retomado no final de 1984.

3.3 A imprensa subalterna no olhar de Gramsci: uma análise sobre o jornal Terra Livre

O conceito de sociedade civil em Gramsci como já foi discutido nos tópicos anteriores é, sobretudo uma arena de luta de classes, é importante salientar que a dominação através dos aparelhos privados de hegemonia que as classes dominantes impõem através dos seus organismos de dominação, no caso do tópico anterior estudado o exemplo é atuação dos jornais, entretanto, para o intelectual italiano assim como o consenso das classes dominantes é uma toada permanente na construção da hegemonia, a contra-hegemonia por parte das classes subalternas também deve ser permanente, principalmente no sentido de convencimento, de formação e também no processo educativo de seus quadros. Por isso a ideia desse tópico é estudar como os camponeses, através do jornal terra Livre repercutiram o conflito de Mari.

Vale o destaque de que quando Gramsci fala sobre o papel da imprensa operária ele fala muito influenciado por sua experiência da revista L'Ordine Novo que tinha o objetivo de construir um debate a partir dos jornais que se aproximasse das demandas da classe trabalhadora e concomitante disputasse seus corações e mentes. No Brasil tivemos algumas experiências de jornais que atuassem em uma contra-hegemonia, no caso da luta do trabalhador rural, destaco aqui o jornal Terra Livre, criado em 5 de maio de 1949, pelo Partido Comunista Brasileiro, mas com forte circulação entre 1954 e 1964 o jornal tinha o intuito de manter os camponeses informados sobre os seus direitos, principalmente a partir da CLT e do Estatuto do Trabalhador Rural.

Além de discutir os direitos, o jornal tinha também o objetivo de partilhar notícias sobre a organização dos camponeses no território brasileiro. O jornal tinha uma estrutura precária, isso porque funcionava a partir de doações e sofria intensas perseguições, Medeiros (1995, p.209) afirma que Elizabeth Teixeira lia em voz alta o jornal para os camponeses do município de Sapé. O jornal dedica a capa do seu periódico de fevereiro de 1964 aos acontecimentos de Mari, observemos abaixo:

Imagem XXI: Jornal “Terra Livre” apresenta sua versão sobre o conflito.



Essa edição foi escrita quase um mês depois do caso do conflito de Mari, aqui já vemos informações que até então, os outros veículos de comunicação não trazem. O primeiro sobre a questão da arma do exército, que estava sob a posse do capanga Arlindo Nunes e a segunda é que na verdade os camponeses reagiram contra uma agressão, o que pode ser observado e constatado ao longo da história, através de

trabalhos sobre o conflito de Mari como já foi explicitado neste texto nos capítulos anteriores. O papel cumprido pelo jornal Terra Livre era de disputa de corações e mentes em um momento onde a luta pela terra e a organização camponesa era a vanguarda das lutas populares tanto na Paraíba quanto no Brasil.

Um outro ponto importante que vale o destaque é sobre o corpo do texto da matéria, pois o jornal traz uma questão central que é o aumento do preço do açúcar e a necessidade por parte dos latifundiários de precisarem de mais terra para aumentar sua produção. Em nenhum momento ao me deparar com as fontes que fundamentam essa pesquisa, pude perceber que algum jornal local tivesse abordado esse tema, isso porque como sabemos os jornais que circulavam na Paraíba (Diário da Borborema, Correio da Paraíba, O Norte) não abordaram essa questão que é de extrema importância para se entender as reais motivações do conflito, que estavam pautadas, sobretudo na concentração agrária nas mãos de um pequeno grupo, como podemos ver abaixo o jornal Terra Livre argumenta sobre o principal motivo de o conflito ter ocorrido:

Imagem XVIII: O aumento do preço do açúcar concedido pelo IAA.

GANANCIA

Com o aumento do preço do açúcar, concedido pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), os proprietários daquela área de Mari e Sapé não querem desperdiçar um só palmo de terra: tudo deve ser canavial. Esta ganância faz com que os "coronéis de cana" não vejam as necessidades dos camponeses, que precisam plantar roçados para poderem viver, endividados que estão nos "barracões" dos patrões, e ganhando a miséria de 150 a 200 cruzeiros por dia. Como as chuvas tivessem chegado antes do tempo, os trabalhadores se apressaram em lavrar diversos locais, sem entendimento prévio com os latifundiários.

É importante compreender que a versão sobre o caso da tragédia apresentada pelo jornal Terra Livre, tem alguns problemas, como colocar Fernando Gouveia como um capenga e não um funcionário do alto escalão do grupo da várzea, entretanto o esforço por parte do Partido Comunista Brasileiro de construir um jornal de caráter de classe que representasse as demandas dos camponeses. Em Antonio Gramsci, descobrimos que a sociedade civil é um campo de conflitos onde a classe dominante

e exerce uma hegemonia política e cultura, através dos aparelhos privados de hegemonia que segundo o intelectual sardo viram verdadeiras trincheiras e fortificações da classe dominante (GRAMSCI, 2006). As classes só podem se tornar autônomas, segundo o intelectual sardo quando a conquista progressiva da consciência da própria personalidade histórica, espírito de cisão que deve tender a se ampliar da classe protagonista às classes aliadas potenciais: tudo isso requer um complexo trabalho ideológico, cuja primeira condição é o exato conhecimento do campo a ser esvaziado de seu elemento de massa humana. (GRAMSCI, 2006b, p.79)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desse trabalho era tentar fazer uma história, como nos ensinou Walter Benjamin a contra-pelo e que os protagonistas não seja um indivíduo, e sim a classe como um todo, por isso acredito que compreender as movimentações de classe e o conseqüente conflito ocorrido no dia 15 de janeiro foi cumprido pela pesquisa proposta. A intenção era entender como a movimentação de classes gerou fissuras internas que proporcionaram a realização dos eventos, o objetivo de entender como se formou o espaço produtivo paraibano, assim como o grupo da várzea e a atuação do governo do estado em relação a mobilização dos camponeses paraibanos.

Ao entender como estava formado a estrutura agrária paraibana e atuação das elites sobre essa estrutura, o próximo passo do trabalho que ao meu ver foi cumprido com sucesso, é entender a trajetória do município de Mari e como essa trajetória está atrelado a um processo de exploração do trabalho das classes subalternas, outro ponto importante e que deve ser considerado é a tentativa de compreender as mudanças a organizativas das Ligas Camponesas no período após 1960.

Entender o conflito sobre a égide da Luta de Classes nos traz uma ampliação para além do conflito em si., entender a movimentação de setores como o Judiciário paraibano, o Exército e a Polícia Militar do Estado é também compreender o conflito a partir de organismos de dominação que tiveram um papel importantíssimo, assim como compreender a história através do que os periódicos falam, que é o caso de trazer em discussão o papel cumprido pela imprensa escrita paraibana, assim como entender os mecanismos encontrados por parte dos camponeses de subverter essa lógica de consenso da mídia tradicional, construindo o seu próprio jornal.

Porém o intuito principal desse trabalho, para além dos números, quadros, gráficos e imagens é compreender como a ação humana é algo fundamental para a compreensão da ciência histórica, quando falo de ação humana, falo para além do discurso, falo da ação humana inconformada com a ordem vigente e que encontra na luta coletiva, com seus semelhantes uma forma de se sobrepor a exploração, sobreposição essa que está ligada dialética e historicamente as ações humanas no percurso do rio da história.

O intuito desse trabalho desde o início foi movido por uma frase que sempre me identifiquei na militância da luta popular, a frase diz assim: “aos nossos mortos,

nenhum MINUTO de silêncio, mas toda uma vida de luta” e é com esse intuito que escrevo esse trabalho, é por todos e todas os/as trabalhadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que tombaram nos últimos anos na luta incansável pela reforma agrária e que mesmo com todas as adversidades não arredam o pé da luta.

Esse trabalho é sobretudo para reivindicar a memória dos camponeses mortos no conflito, é um acerto de contas com Antônio Galdino Pessoa (Carioca), liderança camponesa que desempenhava papel de direção na região de Mari, esse trabalho também é para não deixar passar em branco a ação humana e indignada de Genival Fortunato Felix, camponês brutalmente assassinado por latifundiários, assim como José Barbosa do Nascimento, camponês que participava do mutirão na Fazenda Olho D'água e é mais uma vida ceifada pelo latifúndio, o mesmo aconteceu com Pedro Cardoso da Silva, camponês assassinado pelos latifundiários do Grupo da Várzea.

Por último, esse trabalho é um acerto de contas com os familiares desses camponeses assassinados, é para as mães que enterraram seus filhos, é para os filhos que ficaram órfãos de seus pais, assim como as viúvas que tiveram suas vidas destroçadas por mãos de homens ricos que s~o pensavam e só pensam no lucro e não na vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENEVIDES, Pedro. **Camponeses em Marcha**. Paraná, 1985.

MUNIZ, Roberto. **A Fabricação do Mito João Pedro Teixeira**. Campina Grande, 2010

CLYVIA, Maria. **“A tragédia de Mari”**: resistência camponesas no município de **Mari-PB 1964**. João Pessoa, 2017.

COELHO, Nelson. **A Tragédia de Mari**. João Pessoa, 2004. Ideia.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. o processo de produção do capital**. São Paulo, 2011. Boitempo.

_____. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. São Paulo. Expressão Popular. 2010

_____. **A Guerra Civil na França**. São Paulo. Boitempo. 1º edição 2011

MARX; ENGELS. **A ideologia alemã - crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes, Feuerbach, B. Bauer e Stirner**. Rio de Janeiro, editora: vozes. 2019

DEL ROIO, Marcos. **Gramsci e a emancipação do subalterno**. São Paulo. Unesp. 2018.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

_____. **Cadernos do cárcere**. tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000a. v. 3.

_____. **Cadernos do cárcere.** tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001. v. 4.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e os movimentos populares: uma leitura a partir do caderno 25.** Educ. Soc., Campinas v.35, n 126, p.61 - 76. São Paulo. 2014

MEDEIROS, Maria do Céu. **O trabalho na Paraíba escravista.** João Pessoa: editora universitária UFPB.1999

MÜLLER; DUARTE. **E.P Thompson - política e paixão.** editora: Argos. Chapecó. 2012

VENDRAMINI. **Experiência humana e coletividade em Thompson.** editora: Argos. Chapecó. 2012

LINHARES. Regina Célia. **O modo de fazer pesquisa do historiador E.P Thompson.** editora: Argos. Chapecó. 2012

MUNHOZ. Sidnei. **O legado de E.P Thompson ao estudo das multidões e dos protestos populares.** editora: Argos. Chapecó. 2012

MORAES; MÜLLER. **E.P Thompson e a pesquisa em Ciências Sociais.** editora: Argos. Chapecó. 2012

THOMPSON. Edward. **A Miséria da Teoria - ou um Planetário de Erros.** editora: zahar. Rio de Janeiro. 1981.

_____. **A formação da classe operária inglesa (vol 1).** editora: Paz e Terra. São Paulo. 2012

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** editora: unicamp. Campinas. 2010.

RODRIGUES, Irene. **A economia paraibana na etapa da articulação comercial (1930 - 1970).** 1999. editora: UFPB

RODRIGUES; AMORIM. **Atividades Produtivas na Paraíba.** editora: ufpb. 1999

MELLO, José Octávio. **Sociedade e Poder Político no Nordeste - o caso da Paraíba 1945/1964**. editora: UFPB. 2001.

MONTEIRO, Marciano. **A política como negócio de Família: herdeiros e a força dos capitais no jogo político das elites na Paraíba**. UFCG. 2016.

MARQUES, Maria Sedy. **Pequenos produtores rurais: ideologias orgânicas**. UFCG. 1987.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional - 1500 - 1960**. editora: expressão popular. São Paulo. 2005.

_____. **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda 1960 - 1980**. editora: expressão popular. São Paulo. 2012.

RODRIGUES, Luanna. **Terra que brota margaridas e encerra vidas: judicialização da questão agrária e violência no campo paraibano**. UFPB. João Pessoa. 2018.

DANTAS; NUNES; CARVALHO E SILVA. **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba - história, memória e construção da cidadania**. editora: UFPB. João Pessoa. 2014.

MATWYCHUK, MARGO. **Estratégias de casamento, história de mulheres e experiências de mulheres entre famílias de usineiros em Paraíba, Brasil**. Campinas. 1997.

BLONDEL, Jean. **As condições da vida política no Estado da Paraíba**. editora: FGV. Rio de Janeiro. 1957.

SALES, Jean. **O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959 - 1979)**. Unicamp. 2005

RANGEL, SOCORRO. **Medo da morte; esperança de vida: a história das ligas camponesas na Paraíba**. Unicamp. 2000

CITTADINO, Monique. **Pedro Gondim: um governador entre Deus e o Diabo**. Editora: UFPB. João Pessoa. 2011.

BANDEIRA; MIELE; GODOY. **Eu marcharei na tua luta - a vida de Elizabeth Teixeira**. editora: UFPB. João Pessoa. 1997.

FONTES, Virgínia. **O Brasil no Capital-Imperialismo**. Editora UFRJ. Rio de Janeiro, 2010.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Editora Fase. Rio de Janeiro. 1989

ZENAIDE, Maria Nazaré Tavares. **Educar para nunca mais: memória e resistência camponesa em Mari, PB, Brasil**. Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, Bauru.2014.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do Método de Marx**. Editora Expressão Popular, 2021.

FONTES

1. Jornais

Jornal Diário da Borborema. Arquivo Átila Almeida, Universidade Estadual da Paraíba. 02 de Abril de 1964, primeira página.

Jornal Diário da Borborema. Arquivo Átila Almeida, Universidade Estadual da Paraíba. 16 de Janeiro de 1964, primeira página.

Jornal Diário da Borborema. Arquivo Átila Almeida, Universidade Estadual da Paraíba. 16 de janeiro de 1964, primeira página.

Jornal Diário da Borborema. Arquivo Átila Almeida, Universidade Estadual da Paraíba. 02 de Abril de 1964, primeira página.

Jornal Diário de Pernambuco. Arquivo Hemeroteca Digital. 1º de Abril de 1964, primeira página.

Jornal Diário de Pernambuco. Arquivo Hemeroteca Digital. 2º de Abril de 1964, primeira página.

Jornal Diário de Pernambuco. Arquivo da Biblioteca Nacional, através da Hemeroteca Digital. 16 de Janeiro de 1964, primeira página.

Jornal Diário de Pernambuco. Arquivo da Biblioteca Nacional, através da Hemeroteca Digital. 16 de Janeiro de 1964, primeira página

Jornal Diário de Pernambuco. Arquivo da Biblioteca Nacional, através da Hemeroteca Digital. 16 de Janeiro de 1964, primeira página

Jornal Diário de Pernambuco. Arquivo da Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. 17 de Janeiro de 1964, primeira página.

Jornal Terra Livre. Arquivo da Biblioteca Nacional, através da A Hemeroteca Digital. Fevereiro de 1964, primeira página.

Jornal Terra Livre. Arquivo da Biblioteca Nacional, através da A Hemeroteca Digital. Fevereiro de 1964, primeira página.

Jornal O Norte. “A Tragédia de Mari”, Nelson Coelho. 16 de janeiro de 1964, primeira página.

Jornal Correio da Paraíba. “A Tragédia de Mari”, Nelson Coelho. 16 de janeiro de 1964, primeira página.

Jornal Correio da Paraíba. “A Tragédia de Mari”, Nelson Coelho. 17 de janeiro de 1964, primeira página.

Jornal Correio da Paraíba. “A Tragédia de Mari”, Nelson Coelho. 17 de janeiro de 1964, primeira página.

Jornal Correio da Paraíba. “A Tragédia de Mari”: Resistência Camponesa no município de Mari em 1964. 29 de janeiro de 1964, oitava página.

2. Trabalhos Acadêmicos

“A Tragédia de Mari”: Resistência Camponesa no Município de Mari em 1964. Maria Clyvia Martins, 2017. Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba

Camponeses em Marcha: Estudo das Ligas Camponesas Paraibanas (1960 - 1964). Cezar Augusto Benevides. Curso de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. 1985.

Esperança de Vida: A História das Ligas Camponesas da Paraíba. Socorro Rangel. Curso de Pós Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas. 2000.

O impacto da Revolução Cubana sobre as organizações comunistas brasileira (1959 - 1974). Jean Sales. Curso de Pós Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas.

3. Trabalhos não acadêmico

A Tragédia de Mari. Nelson Coelho. Editora Ideia, João Pessoa, 2004.

Nordeste do Vietnã que não houve: Ligas Camponesas e o Golpe de 64. Assis Lemos. Universidade Federal da Paraíba, 1996.

4. Documentos Oficiais:

Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1960.

BRASIL, Constituição dos Estados Unidos do Brasil. 1946.

BRASIL, Constituição Federal do Brasil. 1989.

Comissão Nacional da Verdade. Brasil, 2011.

Comissão Estadual da Verdade. Paraíba, 2017.